

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

LEONARDO LEITE DA CUNHA

**ANARQUISMO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL:
CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE PIOTR KROPOTKIN,
MURRAY BOOKCHIN E DA PEDAGOGIA LIBERTÁRIA**

Rio Grande – RS

Outono de 2020

LEONARDO LEITE DA CUNHA

**ANARQUISMO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL:
CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE PIOTR KROPOTKIN,
MURRAY BOOKCHIN E DA PEDAGOGIA LIBERTÁRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação Ambiental na Linha de Pesquisa em Fundamentos da Educação Ambiental.

Orientador: Carlos Roberto da Silva Machado

Rio Grande – RS

Outono de 2020

Ficha Catalográfica

C972a Cunha, Leonardo Leite da.
Anarquismo e Educação Ambiental: contribuições a partir de Piotr Kropotkin, Murray Bookchin e da pedagogia libertária / Leonardo Leite da Cunha. – 2020.
103 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Rio Grande/RS, 2020.

Orientador: Dr. Carlos Roberto da Silva Machado.

1. Anarquismo 2. Educação Ambiental 3. Piotr Kropotkin
4. Murray Bookchin 5. Pedagogia Libertária I. Machado, Carlos Roberto da Silva II. Título.

CDU 504:37

Catálogo na Fonte: Bibliotecário José Paulo dos Santos CRB 10/2344

LEONARDO LEITE DA CUNHA

“Anarquismo e Educação Ambiental: contribuições a partir de Piotr Kropotkin, Murray Bookchin e da Pedagogia Libertária.”

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Comissão de avaliação formada pelos professores:



Prof. Dr. Carlos Roberto da Silva Machado
(PPGEA/FURG)



Prof. Dr. Sérgio Botton Barcellos
(PPGEA/FURG)



Prof. Dr. Rodrigo Barchi
(Universidade de Ibirapuera)



Prof. Dr. Leonardo Dorneles Gonçalves (FURG)

RESUMO

Nesta dissertação são abordadas questões referentes às possibilidades de contribuição dos aportes teóricos libertários em relação à Educação Ambiental. Portanto, este trabalho se insere na linha de Fundamentos da Educação Ambiental. Desta forma, através do aprofundamento em relação à obra de Piotr Kropotkin (1842-1921) e Murray Bookchin (1921-2006), bem como das teorias e práticas da Pedagogia Libertária, buscou-se argumentos no sentido de atribuir possíveis contribuições dos libertários. O primeiro capítulo tratou de uma pesquisa, quantitativa e qualitativa, em relação às produções libertárias em Educação Ambiental relacionadas ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental-FURG. O segundo e terceiro dizem respeito à obra de Piotr Kropotkin e Murray Bookchin. Buscou-se, através das "macro-áreas" de interesse da Educação Ambiental, sociedade-natureza-educação, identificar a crítica ao capitalismo e ao Estado, a utopia e a concepção de natureza, bem como a educação, na obra de cada autor. O quarto capítulo, referente à Pedagogia Libertária, trata de apresentar a crítica da educação no capitalismo, pelos libertários, para posteriormente apresentar os princípios teóricos e as experiências práticas da Pedagogia Libertária. Nas conclusões finais, destaca a contribuição das teorias e práticas anarquistas para ampliar os horizontes críticos da Educação Ambiental.

Palavras-chave: Anarquismo; Educação Ambiental; Piotr Kropotkin; Murray Bookchin; Pedagogia Libertária.

RESUMEN

En esta disertación se abordan temas relacionados con las posibilidades de contribución de los aportes teóricos libertarios en relación a la Educación Ambiental. Por tanto, este trabajo forma parte de la línea Fundamentos de Educación Ambiental. Desta forma, a través de la profundización en relación a la obra de Piotr Kropotkin (1842-1921) y Murray Bookchin (1921-2006), así como a las teorías y prácticas de la Pedagogía Libertaria, se buscaron argumentos para atribuir posibles aportes de los libertarios. El primer capítulo abordó la investigación, tanto cuantitativa como cualitativa, en relación a las producciones libertarias en Educación Ambiental relacionadas con el Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental - FURG. El segundo y el tercero se relacionan con el trabajo de Piotr Kropotkin y Murray Bookchin. Se buscó, a través de las "macroáreas" de interés para la Educación Ambiental, sociedad-naturaleza-educación, identificar la crítica al capitalismo y al Estado, la utopía y la concepción de la naturaleza, así como la educación, en el trabajo de cada autor. El cuarto capítulo, referido a la Pedagogía Libertaria, intenta presentar la crítica de la educación en el capitalismo, por parte de los libertarios, para luego presentar los principios teóricos y experiencias prácticas de la Pedagogía Libertaria. En las conclusiones finales destaca el aporte de las teorías y prácticas anarquistas para ampliar los horizontes críticos de la Educación Ambiental.

Palabras-clave: Anarquismo; Educación Ambiental; Piotr Kropotkin; Murray Bookchin; Pedagogía Libertaria.

SUMÁRIO

1. Introdução	7
2. Referenciais libertários em Educação Ambiental	16
2.1. Dados quantitativos	18
2.2. Dados qualitativos	23
3. Kropotkin	32
3.1. Crítica ao capitalismo	38
3.2. Crítica ao Estado	41
3.3. Natureza	45
3.4. Utopia	48
3.5. Educação	50
4. Bookchin	54
4.1. Crítica ao capitalismo	56
4.2. Crítica ao Estado	60
4.3. Natureza	63
4.4. Utopia	67
4.5. Educação	70
5. Pedagogia Libertária	73
5.1. Crítica à educação no capitalismo	75
5.2. Antiautoritarismo pedagógico	78
5.3. Autogestão pedagógica	81
5.4. Educação Integral	83
5.5. Experiências práticas	84
6. Considerações Finais	92
7. Referências bibliográficas	101

Introdução

Esta pesquisa trata questões que dissertam acerca do campo dos fundamentos teóricos da Educação Ambiental. A Educação Ambiental, enquanto disciplina, tem origem na emergência dos debates sobre a crise socioambiental capitalista em nível planetário, cronologicamente identificados ao final da década de 1960. Este campo teórico permanece ainda em contínua construção de fundamentações e epistemologias, que são diversas. Tais vertentes caracterizam-se entre as favoráveis, explicitamente ou não, à dominação hegemônica capitalista até aquelas que se voltam contrárias a esta hegemonia. Estas últimas, propõem através deste campo do conhecimento, teorias e práticas identificadas com a crítica e a transformação das relações socioambientais e do modo de produção capitalista.

Convém salientar, desde já, que a formulação da Educação Ambiental, tal como ocorre em relação a qualquer âmbito da educação, se dá sob a influência dos mais variados interesses políticos, econômicos, socioculturais e socioambientais, mobilizando diferentes classes e grupos sociais em torno deste saber. Suas formulações ocorrem em ambientes distintos, que vão desde as organizações e encontros internacionais envolvendo cientistas, representantes estatais e corporações do setor privado, tais como o Clube de Roma, fundado em 1968, e a Conferência de Estocolmo realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1972, até as construções inspiradas por movimentos ecológicos e da aproximação de educadores populares e movimentos sociais da questão ambiental. Diferentes foram os questionamentos e, conseqüentemente, as respostas para a situação de crise socioambiental capitalista contemporânea que vivemos. Isso quer dizer aqui que os fundamentos da Educação Ambiental são permeados por diversas perspectivas teórico-práticas que realizam leituras próprias acerca das questões socioambientais, e principalmente sobre a noção de crise socioambiental capitalista. Alguns, inclusive, até mesmo a desconsideram enquanto crise capitalista, de acordo com os interesses e visões de mundo que envolvem estas problemáticas.

Dito isto, ao se enunciar que a perspectiva de abordagem das problemáticas da Educação Ambiental condiciona a perspectiva de resposta frente à crise socioambiental capitalista, e visando a possibilidade de crítica e construção de teorias alternativas às concepções existentes, esta dissertação se referencia no

pensamento libertário. Ou seja, ela considera aproximar as reflexões acerca da Educação Ambiental em relação às teorias sociais, ecológicas e educacionais anarquistas.

Educação e revolução social constituem uma relação fundamental na perspectiva de transformação anarquista (CODELLO, 2007). O fator essencial da conscientização para a emancipação social mobilizou historicamente este movimento, que elaborou uma pedagogia própria, a pedagogia libertária. A educação, para os anarquistas, permeia reflexões e práticas críticas às estruturas capitalistas e às relações socioambientais derivadas destas estruturas. Portanto, as teorias educacionais anarquistas consideram como ponto de partida as práticas educativas que contrapõem e subvertem a lógica estrutural hierárquica da educação, também da escola, e, principalmente, do modo de produção capitalista no âmbito social. Através da afirmação teórica e prática da liberdade e da igualdade, da autogestão e do apoio-mútuo, com o intuito de construir condições propícias para o desenvolvimento de um novo indivíduo e coletivo e(m) uma nova sociedade, formularam concepções pedagógicas próprias que buscam horizontalizar as relações humanas através da prática. Potencialmente outra Educação Ambiental poderia ser construída a partir destes pressupostos libertários.

Portanto, temos como finalidade constituir uma estrutura argumentativa na qual sejam demonstrados os aspectos de crítica socioambiental libertários, bem como as propostas utópicas em resposta a esta crítica. A estruturação desta abordagem está baseada principalmente nas concepções libertárias relacionadas com as categorias de sociedade (crítica ao capital e ao Estado, bem como a utopia proposta em contraponto ao vigente), natureza (concepção de natureza, relações entre sociedade e natureza, debate ecológico) e educação (crítica à educação no capitalismo e propostas da pedagogia libertária).

Através desta abordagem se buscou discutir temas relacionados com este tripé sociedade-natureza-educação e constituir um argumento articulado com as áreas de conhecimento familiares à Educação Ambiental através da ótica anarquista. Busca-se trazer à tona a perspectiva anarquista em Educação Ambiental sem, entretanto, pretender que esta perspectiva se torne uma corrente presente e enquadrada nas linhas de pensamento vigentes nos debates do campo da

Educação Ambiental. Tal iniciativa deve obter um respaldo coletivo, não individual.

Por outro lado, considera-se fundamental aplicar as potencialidades deste modo de pensar em relação às problemáticas referentes à Educação Ambiental, principalmente considerando a questão da crise socioambiental capitalista. Mais do que uma questão de suma importância para o germe e o processo de consolidação da Educação Ambiental, ela diz respeito às próprias condições de existência da vida neste planeta. É neste ponto que considera-se necessária a circulação das idéias anarquistas também neste debate. Em relação ao problema imposto pela questão da crise socioambiental capitalista a vertente libertária do movimento socialista elaborou historicamente algumas questões e respostas pertinentes à solução dos problemas que enfrentamos, individual e coletivamente, imersos no ambiente capitalista. Mesmo que muitos dos principais teóricos anarquistas do século XIX não tenham vivido em seu tempo todas as consequências a longo prazo da manutenção deste modo de produção, principalmente a da crise socioambiental atual, já tinham consciência do malefício imediato e potencial deste modelo no aspecto social, econômico e político. Neste contexto, esta pesquisa buscou destacar as elaborações teóricas anarquistas de Piotr Kropotkin (1842-1921) e Murray Bookchin (1921-2006) e suas contribuições para uma Educação Ambiental alternativa.

Piotr Kropotkin, militante anarquista russo, desde o desenvolvimento industrial de meados do século XIX até início do XX, já apontava contradições existentes nas relações de produção, distribuição e consumo da sociedade capitalista através da exploração material da humanidade e da natureza e, em resposta, concebeu uma sociedade de viés anarco-comunista, pautada pelos princípios da autogestão e do apoio-mútuo. Murray Bookchin, militante e teórico fundador da Ecologia Social, de viés anarquista, e do Municipalismo Libertário, sintetizou e reelaborou em sua obra as concepções clássicas do anarquismo, datadas de meados para o fim do século XIX e início do XX, com a efervescência das questões ecológicas de seu tempo, desde a década de 1950 até seu falecimento nos anos 2000, organizando os elementos fundamentais para a concepção de uma sociedade ecológica engajada politicamente com o viés libertário municipalista.

Através das teorizações destes dois autores, busca-se compreender e refletir as relações socioambientais no capitalismo. Contextualizando a crítica destas

relações a partir da perspectiva libertária, que identifica na hierarquia e na dominação estabelecidas socialmente, anterior, mas fundamental, ao capitalismo, o processo de dominação que parte da espécie humana estabeleceu em relação à natureza e aos demais seres humanos. Os autores auxiliam na compreensão deste processo civilizatório e, com isto, se vislumbram meios de superar esta conjuntura socioambiental que permanece hegemônica neste início de século XXI, apesar da crise socioambiental pela qual é diretamente responsável.

Uma vez explicitada esta contextualização, o problema de pesquisa a ser considerado trata de responder à seguinte questão: quais as possibilidades e limites das teorias libertárias de Piotr Kropotkin e Murray Bookchin e da pedagogia libertária para fundamentar uma perspectiva alternativa em Educação Ambiental frente à crise socioambiental capitalista?

Este problema de pesquisa apresenta-se como proposta de refletir as questões e as soluções a partir da Educação Ambiental para a crise socioambiental capitalista de acordo com uma perspectiva crítica de transformação socioambiental. No sentido de apontar um paradigma socioambiental alternativo à sociedade vigente, causadora da crise. Sendo este modelo alternativo baseado nas elaborações de Piotr Kropotkin e Murray Bookchin, contemplando de forma mais pontual acerca das questões de cunho socioambiental. Ampliando a perspectiva educacional, já presente na obra destes autores, com o legado teórico-prático da pedagogia libertária, argumentando em favor de uma educação que possa contribuir para apontar caminhos possíveis, de incluir o processo educacional neste projeto utópico. Vislumbrando uma sociedade libertária e igualitária sensível à questão ambiental.

Considerando esta aproximação inicial em relação ao campo dos fundamentos da Educação Ambiental e do campo teórico socioambiental e educacional anarquista, pode-se afirmar que o objetivo geral da pesquisa foi de desenvolver uma abordagem em Educação Ambiental a partir da aproximação com a perspectiva libertária. Com a finalidade de atingir este propósito geral e melhor estruturar a presente pesquisa, foram elaborados alguns objetivos específicos, o que contribuiu para a formulação dos capítulos seguintes a esta introdução.

O primeiro objetivo específico foi estabelecido com o propósito de identificar

quais eram as produções já existentes acerca da Educação Ambiental segundo uma perspectiva libertária e anarquista. Esta etapa da pesquisa foi realizada com a intenção de reconhecer quantitativa e qualitativamente as elaborações teóricas que dialogavam com a temática da presente pesquisa. Sobre a questão quantitativa, considerou-se de suma importância identificar o número de pesquisas relacionadas com a perspectiva libertária em Educação Ambiental, no sentido de apontar o espaço que este viés ocupa na formulação teórica brasileira a respeito desta área do conhecimento e, assim, perceber os desafios e as possibilidades que a presente pesquisa deveria contemplar. A percepção qualitativa destas produções foi importante para tomar conhecimento em relação aos temas, questões, propostas, referenciais teóricos, que estes trabalhos anteriores estavam tratando a respeito da Educação Ambiental, quando esta é tratada sob um ponto de vista libertário. Podendo, assim, partir destas produções já existentes, no sentido de localizar melhor a presente pesquisa dentro deste contexto teórico.

O segundo objetivo específico tratou de contextualizar a obra de Piotr Kropotkin segundo algumas aspirações temáticas capazes de contemplar alguns fundamentos socioambientais e educacionais da Educação Ambiental. Nesta etapa, objetivou-se a estruturação da pesquisa considerando as dimensões sociedade-natureza-educação na obra deste autor. Em termos de questões sociais, considerou-se relevante identificar a presença da crítica do capitalismo e do Estado na teoria kropotkiniana, com fins de constituir uma argumentação capaz de apontar indícios no modo de produção capitalista geradores da atual crise socioambiental. Igualmente se buscou argumentos em Kropotkin que apontassem para os meios de superação e transformação desta realidade social, tratando de salientar qual o projeto social, a utopia, que o autor propõe enquanto modo de organização para uma sociedade pós-capitalista. Considerando a questão a respeito da dimensão da natureza, considerou-se oportuno salientar a concepção de natureza e como ocorrem as relações entre sociedade e natureza segundo Kropotkin. Através desta concepção, se busca sustentar um debate em Educação Ambiental que não estivesse focado somente nos aspectos sociais da problemática. Mas, principalmente, em dissertar de que forma que estas questões sociais anteriormente citadas estão em relação direta com o ambiente natural, situando igualmente as dimensões de crítica e proposta transformadora a respeito destas relações nos

escritos do autor. Por fim, buscou-se as argumentações de Kropotkin a respeito de temáticas pertinentes à dimensão educativa, tratando de perceber quais eram as críticas que o autor elaborou em relação à educação, estatal e religiosa, de seu tempo e quais eram suas propostas em relação a este tema. Articulando estas propostas em relação às considerações que teceu a respeito das questões socioambientais, por exemplo, de que maneira as propostas educacionais em Kropotkin apontam para uma crítica do modo de produção vigente, bem como as relações estabelecidas socialmente com o ambiente na qual ocorrem, e de que modo a educação pode auxiliar em uma transformação social e ambiental coerente com suas aspirações utópicas.

O terceiro objetivo específico trata basicamente das mesmas questões que o segundo, só que desta vez o referencial teórico em questão é a obra de Murray Bookchin. Da mesma forma que em Kropotkin, objetivou-se perceber quais eram as críticas ao capitalismo e ao Estado que Bookchin salientou em sua produção teórica, igualmente buscou-se pesquisar quais os aspectos presentes na obra de Bookchin em sua dimensão utópica, ou seja, vias de superação do capitalismo e organização de um novo paradigma social de caráter libertário. Igualmente as considerações do autor a respeito da dimensão natural, tais como concepção de natureza, relações entre sociedade e natureza, bem como as proposições de Bookchin a respeito da ecologia. O aspecto da educação também fez parte deste objetivo específico, dimensionando-o em relação aos aspectos anteriormente citados, identificando como a crítica da educação no modo de produção capitalista e as propostas educacionais para uma nova sociedade são reveladas na obra de Bookchin.

O quarto objetivo específico teve por temática de pesquisa estruturar as considerações que a perspectiva educacional anarquista, conhecida por "pedagogia libertária", tece a respeito da crítica à educação no modo de produção capitalista, bem como as propostas pedagógicas elaboradas historicamente pelos militantes anarquistas em contraponto aos pressupostos educacionais capitalistas. Neste estágio do estudo, uma vez que os objetivos específicos relacionados com a obra de Kropotkin e Bookchin contemplam uma perspectiva de crítica ao paradigma socioambiental capitalista e apontam para uma superação deste modelo, cabe a esta etapa do trabalho evidenciar qual o papel que a educação tem neste processo. Neste sentido, através do educar, proporcionar condições para que indivíduos e

coletivos estejam aptos a transformar a realidade socioambiental presente, e desenvolvam as qualidades necessárias para viver em uma sociedade livre e igualitária.

Os procedimentos metodológicos utilizados para contemplar estes objetivos, e problema de pesquisa, se caracterizam pela utilização do método de pesquisa qualitativa de ordem bibliográfica, conforme Severino assinala em "Metodologia do Trabalho Científico":

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p. 122).

Considerou-se a possibilidade de responder a cada objetivo específico sob a forma de um capítulo interdependente. Organizados na mesma sequência em que foram apresentados os objetivos específicos desta introdução, construindo ao longo dos capítulos a resposta ao problema de pesquisa, a ser descrita nas considerações finais da dissertação. Será descrito a seguir, brevemente, os procedimentos metodológicos de cada capítulo, aprofundando-os nos parágrafos introdutórios dos mesmos. Deixando a caracterização pormenorizada dos critérios e eixos temáticos das obras escolhidas para o momento de cada capítulo.

Para o primeiro capítulo, desenvolveu-se uma pesquisa quantitativa e qualitativa em relação às produções de cunho libertário e anarquista em Educação Ambiental. Este capítulo tem por objetivo explicitar o estado da arte da pesquisa e, para isto, foi realizada uma busca, através de palavras-chaves relacionadas com a presente pesquisa (a serem melhor descritas no próprio capítulo), no acervo digital de teses e dissertações do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (PPGEA) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), único programa de pós-graduação em Educação Ambiental do Brasil, bem como nas revistas de Educação Ambiental deste mesmo programa de pós-graduação, a saber, Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental (REMEA) e Ambiente & Educação.

Em relação ao segundo capítulo, foram selecionadas algumas obras de Piotr Kropotkin considerando os diferentes momentos socio-históricos nos quais estas produções foram desenvolvidas pelo militante russo. Considerando que o conteúdo

destas obras estivessem permeados pelos eixos temáticos descritos anteriormente nesta introdução (crítica ao capitalismo, crítica ao Estado, projeto utópico, natureza e educação), não selecionando-as necessariamente com o critério de cada obra conter todos os eixos. Mas que o conjunto destas obras pudessem contemplá-los. Para, deste modo, realizar o fichamento destas obras de acordo com os eixos temáticos em questão e poder desenvolver o argumento em relação à obra do autor, costurando estas temáticas.

O capítulo referente à obra de Murray Bookchin, o terceiro, também parte dos mesmos pressupostos e procedimentos metodológicos pertencentes ao capítulo referente à Piotr Kropotkin. Foram selecionados livros e artigos de Bookchin considerando os eixos temáticos já explicitados anteriormente, fichando-os, no sentido de construir o capítulo trazendo à tona considerações que estivessem coerentemente interligados através da tríade sociedade-natureza-educação. Contemplando assim as principais áreas do conhecimento necessárias para uma melhor compreensão da realidade socioambiental e educacional de acordo com este teórico libertário.

No quarto, e último, capítulo, foram selecionadas obras referentes à educação anarquista, também conhecida por "pedagogia libertária". O critério de seleção das obras diz respeito à eixos temáticos diferentes dos relacionados com a obra de Kropotkin e Bookchin, uma vez que o segundo e terceiro capítulos têm por objetivo uma contextualização destes teóricos anarquistas em relação à realidade socioambiental capitalista, bem como seus respectivos projetos utópicos. Neste último capítulo os eixos temáticos giram em torno da questão da crítica da educação no capitalismo e as propostas teórico-práticas educacionais de cunho anarquista, são eles: crítica à educação capitalista; os conceitos teóricos norteadores da pedagogia libertária: antiautoritarismo pedagógico, autogestão pedagógica e educação integral; bem como as principais experiências históricas da educação anarquista.

Assim, através da pesquisa acerca dos fundamentos teóricos e das práticas anarquistas em educação, da pedagogia libertária, e das apreciações de Piotr Kropotkin e Murray Bookchin em relação à crítica socioambiental capitalista e suas propostas de transformação revolucionária, busca-se refletir sobre os limites e as

possibilidades que os aportes teóricos anarquistas oferecem. Considerando-os enquanto fundamentos capazes de responder alternativamente às questões socioambientais impostas por este início de século XXI, interrogações que estão diretamente relacionadas à condição existencial da Educação Ambiental em nosso tempo e espaço.

2. Referenciais libertários em Educação Ambiental

Neste capítulo serão apresentados os resultados de uma pesquisa quantitativa e qualitativa em relação às produções teóricas libertárias em Educação Ambiental. Esta pesquisa foi feita no sentido de que estes dados e estudos possam contribuir enquanto ponto de partida para a realização parcial dos objetivos e propostas que este trabalho de dissertação encerra.

Apesar da pouca produção libertária em Educação Ambiental, são contribuições que serviram enquanto um ponto de partida ao aprofundamento da temática e, assim, da construção de apoio à realização da pesquisa como um todo.

Na primeira parte, quantitativa, apresento como foi feita a pesquisa e a base de dados utilizada, bem como a sistematização dos dados encontrados. Na segunda, qualitativa, apresento uma resenha dos trabalhos encontrados, feita com o intuito de melhor conhecer estas propostas e estar situado em relação à própria dissertação.

Foi desenvolvida uma pesquisa no acervo de teses e dissertações do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), o único programa de pós-graduação da área no Brasil. Igualmente foram pesquisadas as revistas acadêmicas de Educação Ambiental deste mesmo programa de pós-graduação, a Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental (REMEA) e Ambiente & Educação.

A primeira etapa da pesquisa tratou de uma busca nestes acervos digitais através de palavras-chave com os principais temas e conceitos relacionados com as temáticas libertárias e anarquistas em Educação Ambiental já estudadas em períodos anteriores a esta pesquisa. As palavras-chave escolhidas para contemplar a pesquisa foram: *alternativa; anarquia/anarquismo/anarquista; autogestão/auto gestão; autonomia; crise capital/crise capitalismo; libertária/libertário; pedagogia libertária*. Primeiramente considerou-se de realizar uma busca quantitativa, nestes acervos anteriormente mencionados, considerando que as palavras-chave propostas pelo capítulo estivessem presentes no título, no resumo ou nas palavras-chave dos trabalhos, sendo esta a primeira triagem.

A segunda etapa constituiu-se de uma leitura dos resumos dos trabalhos encontrados na primeira etapa, considerando, no momento da seleção, se a proposta paradigmática dos trabalhos estava inserida no contexto das produções teóricas libertárias. Esta etapa se justifica pelo relativo intercâmbio conceitual existente entre as correntes contra-hegemônicas da Educação Ambiental, nos quais os termos alternativa, autogestão, autonomia, crise, dialogam com outras perspectivas teóricas que não são necessariamente libertárias, mas as propostas de marxistas, freireanos, as concepções críticas em Educação Ambiental, etc.

Em momentos nos quais a leitura dos resumos ainda não haviam respondido se a proposta do trabalho avaliado dizia respeito a um engajamento com a perspectiva anarquista, foi realizada a leitura dos itens "introdução", "considerações finais" e "referências bibliográficas" dos trabalhos, buscando identificar qual a vertente teórica que o material propunha.

Estas duas etapas iniciais do capítulo foram sistematizadas quantitativamente no formato de sete quadros de dados, considerando que as categorias relacionadas com cada quadro foram: teses, dissertações, artigos da REMEA e artigos da Ambiente & Educação. São quatro quadros demonstrando os resultados quantitativos da primeira etapa; os outros três quadros dizem respeito aos números evidenciados com o processo realizado pela segunda etapa da pesquisa quantitativa, ou seja, a quantidade de trabalhos que foram considerados enquanto aderentes da perspectiva teórica libertária em Educação Ambiental.

Um dos quadros referentes à segunda etapa foi desconsiderado por não apresentar nenhum resultado. Desta forma, foram consideradas as mesmas categorias utilizadas para os quadros. Neste processo se evidenciou quantitativamente o espaço, já previsto, que as produções libertárias em Educação Ambiental ocupam neste campo teórico.

Para a terceira, e última, etapa deste capítulo foram realizadas as leituras destes trabalhos selecionados anteriormente, no intento de analisar estas produções a partir de resenhas. A partir da apropriação em relação a estes conteúdos foi possível identificar as possibilidades de contribuições que as produções libertárias em Educação Ambiental já existentes representam, inclusive em relação às temáticas e conceitos presentes nesta dissertação.

Destes trabalhos pré-selecionados, nenhum correspondia à exigência principal da pesquisa, teorizar sobre a Educação Ambiental segundo um viés libertário (ver Tabela 1.1).

Tabela 1.1 – Teses do PPGEA de 2008 a 2018 selecionadas

Tema/Ano 20XX	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	Total
Teses defendidas/total	1	6	10	12	7	16	11	9	11	11	3	97
Alternativa												0
Anarquismo/anarquia/anarquista												0
Autogestão/ auto gestão												0
Autonomia												0
Crise capital/Crise capitalismo												0
Libertária/libertário												0
Pedagogia Libertária												0

A pesquisa em relação às dissertações do PPGEA-FURG consideraram o período de 2006 até 2018, pois não estão disponibilizadas

no site do PPGEA as digitalizações das dissertações do período de 1997 até 2005. Os procedimentos de pesquisa, realizados no dia 26 de agosto de 2019, foram idênticos aos praticados nas teses do PPGEA. Foram 213 dissertações publicadas no período pesquisado. Na etapa da pré-seleção foram 19 respostas para a palavra-chave alternativa, 1 para anarquia/anarquismo/anarquista, 6 para autogestão/auto gestão, 11 para autonomia, 6 para crise capital/crise capitalismo, 2 para libertária/libertário e nenhum para pedagogia libertária (ver Tabela 2).

Dos trabalhos pré-selecionados, três dissertações foram selecionadas para compor a pesquisa qualitativa: "Da ecologia social à Educação Ambiental: as contribuições do pensamento libertário de Murray Bookchin" de André Lemes da Silva no ano de 2007; "Educação Ambiental, Educação Libertária e a Agroecologia: uma pesquisa com o projeto 'Vivências com a terra'", de Diego Sabbado Menezes em 2013; "Reflexões por uma Educação Ambiental Desde Baixo: o cotidiano das comunidades utópicas", de Bruno Emilio Moraes, de 2016 (ver Tabela 2.1).

Tabela 2 – Dissertações do PPGEA de 2006* a 2018

Tema/Ano 20XX	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	Total
Dissertações defendidas/total	14	19	20	23	17	23	20	28	8	12	12	12	5	213
Alternativa		2	3		2	4	4			3	1			19
Anarquismo/anarquia/anarquista		1												1
Autogestão/ auto gestão		1	2		1		2							6
Autonomia	1	1	1		2		1	3				1	1	11
Crise capital/Crise capitalismo							2	1	1	1	1			6
Libertária/libertário		1						1						2
Pedagogia Libertária														0

* As dissertações defendidas no período de 1997 à 2005 não digitalizadas na página do PPGEA bem como no sistema de bibliotecas da FURG (ARGO-FURG).

Tabela 2.1 – Dissertações do PPGEA de 2006 a 2018 selecionadas

Tema/Ano 20XX	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	Total
Dissertações defendidas/total	14	19	20	23	17	23	20	28	8	12	12	12	5	213
Alternativa		1									1			2
Anarquismo/ anarquia/anarquista		1												1
Autogestão/ auto gestão		1					1							2
Autonomia		1					1							2
Crise capital/Crise capitalismo							1							1
Libertária/libertário		1					1							2
Pedagogia Libertária														0

Para pesquisar nas revistas de Educação Ambiental, a busca pelas palavras-chave foi feita no campo "Pesquisa", disponíveis nos sites das revistas em questão. Também foi realizado um levantamento do número completo de publicações através do acesso ao sumário de cada edição das revistas, com o fim de determinar uma comparação entre o número de trabalhos selecionados e o número total de publicações. A pesquisa referente a ambas revistas foi realizada no dia 12 de agosto de 2019.

Na Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, REMEA, foram contados um total de 955 trabalhos publicados, durante o período de 2004 até agosto de 2019. Destes, somando-se o resultado final de todas as palavras-chave, foram 39 resultados, considerando que pode ter ocorrido a presença de um mesmo trabalho em duas ou mais palavras-chave (ver Tabela 3).

Tabela 3 - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Tema/Ano 20XX	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	Total
Artigos publicados/Ano/Total	18	25	36	40	72	68	75	53	60	49	78	76	80	86	79	60	955
Alternativa					2	2		1	2	1	1	1		2	1		13
Anarquismo/anarquia/anarquista													1			1	2
Autogestão/auto gestão								1	1								2
Autonomia					2					1	2	1	1		1	1	9
Crise capital/Crise capitalismo	1					1				1	1	1		1		1	7
Libertária/libertário				1		1							1	2			5
Pedagogia Libertária														1			1

Após realizada a leitura dos resumos dos artigos, foram selecionados quatro trabalhos publicados na REMEA. De Rodrigo Barchi foram selecionados dois trabalhos, "Uma Educação Ambiental Libertária", de 2009, e "Educações inversas e ecologias infernais", de 2017; o artigo "Polifonia da Educação Ambiental Libertária", de Diógenes Valdanha Neto e Doris Accioly e Silva, de 2016; por fim, "Natureza, sociedade e educação para Elisée Reclus", de autoria de Horacio Rodrigo Souza Rodrigues, Leonardo Leite da Cunha e Carlos Roberto da Silva Machado, de 2019, estes dois últimos, respectivamente, autor e orientador da presente pesquisa (ver Tabela 3.1).

Tabela 3.1 - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental selecionadas

Tema/Ano 20XX	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	Total
Artigos publicados/ Ano/Total	18	25	36	40	72	68	75	53	60	49	78	76	80	86	79	60	955
Alternativa																	0
Anarquismo/anarquia/anarquista													1			1	2
Autogestão/ auto gestão																	0
Autonomia																	0
Crise capital/Crise capitalismo																	0
Libertária/libertário						1							1	1			3
Pedagogia Libertária																	0

Na revista Ambiente & Educação foram encontrados um total de 393 trabalhos, no período de 1996 até agosto de 2019, considerando que não foi possível visualizar o número de publicações do ano de 1997. Foram encontrados 6

resultados para a palavra-chave alternativa, 4 para autonomia, 3 para crise capital/crise capitalismo e 1 para autogestão/auto gestão, as outras palavras-chave não obtiveram resposta (ver Tabela 4). Após a leitura dos resumos deste total de 14 resultados, nenhum trabalho foi selecionado.

Em resumo: em uma década de publicações de teses no PPGEA, 2008 à 2018, totalizando 97 trabalhos, nenhuma tese foi publicada segundo a perspectiva libertária; o mesmo ocorre em relação à revista Ambiente & Educação, de 1996 até agosto de 2019, foram publicados um total de 393 trabalhos, dos quais nenhum se articulava com alguma proposta de tendência libertária em Educação Ambiental; foram pesquisadas as dissertações do PPGEA referentes ao período de 2006 até 2018, totalizaram 213 trabalhos, destes foram encontrados 3 dissertações com temática libertária; dos 955 artigos publicados entre 2004 e 2019 na Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, foram encontrados 4 artigos com viés libertário.

Tabela 4 – Ambiente & Educação

Tema/Ano 19XX/20XX	96	97	98	99	00/ 01*	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	Total
Artigos publicados/ Ano/Total	11	??*	7	7	11	7	9	11	17	11	10	9	30	26	18	18	24	17	15	26	35	62	12	393 ***
Alternativa	1								1		1			1							1	1		6
Anarquismo/ anarquia/ anarquista																								0
Autogestão/ auto gestão												1												1
Autonomia					1						1					1					1			4
Crise capital/ crise capitalismo													1	1						1				3
Libertária/ libertário																								0
Pedagogia Libertária																								0

* A edição foi lançada com o período de 2000/2001, não foi especificada no site da revista a motivação em questão.

** Não consta no site o número de publicações na edição (vol. 2, 1997).

*** Considerando a ausência da edição de 1997.

2.2. Dados qualitativos

A apresentação das resenhas das produções libertárias em Educação Ambiental, identificadas pela pesquisa quantitativa exposta anteriormente, serão apresentadas em ordem cronológica. Com isto, as possíveis referências existentes aos trabalhos resenhados, entre si, estarão devidamente contextualizadas.

A dissertação "Da Ecologia Social à Educação Ambiental: as contribuições do pensamento libertário de Murray Bookchin", de André Lemes da Silva (2007), representa a primeira aproximação entre o pensamento libertário e a Educação Ambiental encontrada pela pesquisa deste capítulo, considerando os recortes desta mesma. Neste estudo o autor busca apresentar o conjunto da obra de Murray Bookchin, salientando as questões teóricas que tratam dos argumentos ecológicos no autor, enquanto um aporte teórico para ampliar as perspectivas e o debate em relação aos fundamentos da Educação Ambiental.

Em termos de contextualizar o trabalho, o autor realiza um debate acerca da história e das diferentes perspectivas teóricas em Educação Ambiental, busca destacar as diferentes perspectivas críticas do debate em Educação Ambiental para, deste modo, identificar questões e temas pertinentes a estas tendências e estabelecer um diálogo entre estas temáticas e a teoria libertária de Bookchin.

Nestes mesmos termos de contextualização, disserta sobre as origens e desenvolvimentos históricos do movimento anarquista. É bastante perceptível a referência à perspectiva histórica do movimento na visão de George Woodcock, exposta em "História das idéias e movimentos anarquistas". A partir disto, expõe em detalhes a vida e a obra de Murray Bookchin, destacando a sua trajetória de vida relacionada com a participação em diferentes tendências do movimento socialista até a sua constituição teórica de perspectiva ecológica libertária, a Ecologia Social.

Bookchin avançou desde um marxismo tradicional até uma esquerda libertária, na tradição anarquista de Kropotkin. Sua maior contribuição a esta tradição foi integrar os conceitos de descentralização, da organização não hierárquica e do socialismo com a ecologia, desde uma ética e uma filosofia arraigadas na esquerda libertária. (...) da integração desses conceitos emergiu a perspectiva da ecologia social (SILVA, 2007, p. 101).

Mais adiante, busca apresentar aspectos da obra de Bookchin situando-o no contexto de crise ecológica. Os principais aspectos abordados pelo autor são o conceito de Ecologia Social, as elaborações de Bookchin acerca da questão da

dominação e da hierarquia, bem como a utopia municipalista libertária.

Conclui afirmando que a obra de Murray Bookchin colabora para a Educação Ambiental no sentido de ampliar as perspectivas possíveis de referências críticas. Destaca também que esta perspectiva de trabalhar com as questões ambientais enquanto questões sociais já existia nas elaborações de Bookchin anteriormente à própria formulação da Educação Ambiental e o esforço do anarquista em salientar que a problemática social da hierarquia é o principal fator gerador de dominação e exploração em relação ao ambiente natural (Ibidem, p. 155-6).

Em "Uma educação ambiental libertária", Barchi (2009) desenvolve uma reflexão de cunho filosófico propondo possibilidades de intercâmbios conceituais entre a Educação Ambiental e a educação libertária. Sua reflexão toma enquanto referência inicial as elaborações de Félix Guattari, presentes em "As três ecologias".

Vai destacar aspectos como uma educação para a produção de "singularidades", princípios da filosofia da diferença proposta por, entre outros, Deleuze e Guattari. Desenvolvida através de redes de saberes e que admita o conceito de "risco", em clara referência à obra de Silvio Gallo, sua dissertação de mestrado acerca da pedagogia libertária, "Pedagogia do Risco". Há referências a Paulo Freire. Também cita Bookchin de maneira breve:

Murray Bookchin, já nos anos 70, afirmava que tanto os anarquistas quanto aos ecologistas davam valor aos diversos grupos, e que essa diversidade sempre era espontânea. Por esses motivos, uma idéia de educação ambiental libertária é "indisciplinada" e subversiva às propostas pedagógicas massificantes (BARCHI, 2009, p. 76).

O autor salienta a necessidade da desconstrução de hierarquias no ambiente educacional e nas relações que o permeiam, discorrendo a respeito da necessidade da abertura ao diálogo entre educador e educando (Ibidem, p. 78). A partir disto, a condição existencial do ato educativo está permeado pela categoria do risco, uma abertura ao que é incerto, ao que é novo e criativo, e que não está respaldado por programas ou programações fechadas em si mesmas.

Trata-se de um educar para a resistência e na resistência, traçando estratégias de militância, reconhecendo o político no pedagógico e o pedagógico no político. Sugerindo elaborações para a Educação Ambiental, que se pretenda libertária, baseando-se em estratégias contra-hegemônicas em relação às mais

diversas formas de hierarquização presentes no ambiente educacional, e na sociedade como um todo.

Na pesquisação, e dissertação, "Educação Ambiental, educação libertária e a agroecologia: uma pesquisação com o projeto 'Vivências com a terra'", Diego Sabbado Menezes (2013) realiza uma pesquisa de campo na escola Zelly Pereira Esmeraldo, na cidade de Rio Grande, através de um projeto de extensão. Neste trabalho aborda as possibilidades de construção de uma Educação Ambiental libertária, tendo a agroecologia enquanto referência prática. Inicia sua abordagem dissertando sobre as concepções metodológicas que a "pesquisação" propõe e o contexto do projeto "Vivências com a terra", no qual foi realizada a pesquisa.

No capítulo seguinte, elabora uma contextualização teórica entre a Educação Ambiental, a pedagogia libertária e a agroecologia. Na questão da educação, busca compor seus debates dialogando os princípios da pedagogia libertária com as formulações da Educação Ambiental, tendo por referência no debate as elaborações de Félix Guattari. No sentido de propor reflexões sobre a Educação Ambiental libertária, infere que esta deve ter por finalidade, mais do que a crítica teórica, a prática, através da "criação, multiplicação e difusão de experiências alternativas concretas" (MENEZES, 2013, p. 43). Sobre a questão ambiental nesta educação, situa seus referenciais teóricos nos debates sobre agroecologia e agriculturas alternativas, também apresenta um histórico da agroecologia no Brasil.

Por fim, apresenta a construção e o desenvolvimento do projeto, que inicialmente tinha por título "Permacultura na Escola". Nesta etapa manifesta os objetivos do projeto e as oficinas planejadas a partir desta construção. O projeto inicial foi de desenvolver uma horta ecológica na escola, para, a partir desta aproximação inicial, introduzir alguns outros objetivos práticos. Dentre eles,

proporcionar vivências com a terra, de modo que o ambiente de aprendizado se amplie para além da sala de aula; (...) criar um espaço-momento de reflexão à respeito da sociedade de consumo, através da relação que se estabelece entre o consumo, necessidade, desperdício e lixo (Ibidem, p. 52).

Na sequência apresenta um relato descritivo das atividades desenvolvidas nos dias em que esteve no campo, considerando que o projeto contava também com outros educadores, que revezavam-se nas atividades desenvolvidas.

Dentre as considerações finais, afirma a importância deste projeto no sentido de inaugurar uma horta ecológica na escola; a inserção do projeto em relação à comunidade ao redor da escola; as iniciativas individuais autônomas de alguns dos educandos desenvolver experiências agroecológicas em casa; as alternativas pedagógicas desenvolvidas em contraponto às práticas formais escolares. Também manifesta esperança de continuidade autônoma e autogestionária desta experiência entre os educadores e educandos (Ibidem, p. 99).

No artigo "Polifonia da Educação Ambiental Libertária", escrito por Diógenes Valdanha Neto e Doris Accioly e Silva (2016), manifestam igualmente uma contribuição no sentido de aproximar as potencialidades da Educação Anarquista em relação ao campo de conhecimento da Educação Ambiental, que qualificam enquanto um campo em expansão. O termo "libertário" é tratado enquanto referência ao anarquismo, embora em alguns contextos ele também seja utilizado para qualificar outras tendências críticas, tais como as do marxismo libertário ou freireanas. A busca de referenciais anarquistas em Educação Ambiental, tem por base:

O interesse em ouvir esses autores é porque eles têm muito a dizer sobre os problemas de hoje. Não importa se trazidas à tona ontem ou há cem anos, o relevante é a sua contribuição para os dilemas atuais. Todos os autores aos quais se recorre nesse texto compõem essa polifonia. Partem de uma crítica ao que está dado para a constituição de novas práticas que possibilitem vislumbrar uma outra sociedade, um outro ser humano, um outro mundo no qual a diferença não seja transformada em desigualdade, onde as alteridades sejam vividas como necessárias e constitutivas da própria vida (NETO; ACCIOLY E SILVA, 2016, p. 5).

Foi realizada uma revisão bibliográfica em periódicos de Educação Ambiental nacionais, no sentido de identificar as produções libertárias em Educação Ambiental. As palavras buscadas foram "anarquismo", "libertário" e "libertária". As revistas pesquisadas foram:

Revista Ambiente & Educação (1996-2014), Revista Ambiente & Sociedade (1999-2015), Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA) (2004-2015), Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental (REMEA) (2004-2015), e Revista Pesquisa em Educação Ambiental (Revipea) (2006-2015).

Os períodos abordados são desde o início da publicação do periódico até o último número publicado (Ibidem, p. 10).

A constatação a partir desta pesquisa é a de que existe pouca produção anarquista em Educação Ambiental, da mesma forma que é considerada ainda insuficiente a produção em Educação no geral, segundo os autores (Ibidem, p. 14). A maioria dos

trabalhos encontrados na busca pela palavra-chave "libertário" diziam respeito ao uso deste termo em relação à perspectivas freireana ou da Educação Ambiental crítica, de cunho marxista.

Destaca-se o artigo de Rodrigo Barchi (2009), apresentado anteriormente neste capítulo, e uma passagem de Mauro Grün em que cita Kropotkin e Bookchin enquanto uma tendência ética em Educação Ambiental qualificada enquanto "comunitarismo libertário", destacando também a Ecologia Social de Bookchin (Ibidem, p. 12). Sobre o trabalho de Barchi, descrevem da seguinte maneira:

O texto de Barchi (2009) é um ensaio teórico no qual o autor defende o intercâmbio entre a Educação Ambiental e a educação libertária, sendo esta tratada claramente como a educação embasada na filosofia anarquista. Faz conexões também com Paulo Freire, apontando a potencialidade libertária das ideias educacionais do autor (Ibidem, 2016, p. 11).

Dentre os referenciais anarquistas que compõem a polifonia proposta estão os nomes de Piotr Kropotkin, Élisée Reclus, Murray Bookchin e Francisco Ferrer, também destaca-se a presença dos estudos de Silvio Gallo em pedagogia libertária.

Na dissertação "Reflexões por uma Educação Ambiental desde baixo: o cotidiano das comunidades utópicas", Bruno Emilio Moraes (2016) parte das experiências práticas das chamadas "comunidades utópicas" Arca Verde e Comuna Pachamama para refletir uma Educação Ambiental de acordo com os princípios manifestados pelo cotidiano prático destes espaços. Esta elaboração parte de uma crítica a uma Educação Ambiental realizada desde teorias acadêmicas ou de políticas educacionais estatais, percebida enquanto "desde cima", heterogestionada. Utiliza-se da etnografia enquanto metodologia de estudo destas comunidades. Posteriormente, contextualiza a pesquisa em relação à emergência de novas bandeiras e estratégias de resistência e mobilização nos movimentos socioambientais latino-americanos, dentre elas, a justiça ambiental, movimentos pela soberania alimentar, "bem viver", etc.

Na sequência, discute os principais dilemas e limites da Educação Ambiental contemporânea, que caracteriza em processo de crise. Dentre estes situa, duas principais limitações da Educação Ambiental crítica, uma de caráter político e outra epistemológica. Em resumo:

Essas limitações assumem dois aspectos, o primeiro referente a uma dimensão política, onde o processo de institucionalização da educação ambiental, junto às esferas do poder estatal, tem reduzido sua capacidade

de ação emancipatória. O segundo, indissociável do primeiro, refere-se a uma limitação epistemológica predominante na vertente crítica, que preserva uma postura colonialista ao defender a disseminação universal de uma perspectiva de educação ambiental considerada superior às demais formas existentes. Segundo este entendimento, a educação ambiental deve estender sua consciência crítica à sociedade, em um processo de objetificação do outro, considerando-o incapaz de desenvolver suas próprias perspectivas destoantes dos modelos hegemônicos. Ou seja, defende-se a conscientização da sociedade por meio de um processo vertical, onde as universidades e o Estado cumprem o papel de levar a luz da consciência às populações incapazes de produzirem suas próprias leituras críticas de mundo (MORAES, 2016, p. 61).

A partir desta contextualização teórica e reflexiva, aborda as bases teóricas que fundamentam as experiências das comunidades investigadas pela pesquisa. São elas a permacultura, no caso da Arca Verde, e o anarquismo na comuna Pachamama. Os aspectos em relação ao anarquismo abordados são as origens do movimento, os princípios e as comunas libertárias. Deste modo, apresenta a pesquisa realizada nas comunidades alternativas. Dentre os critérios de pesquisa adotados estão, dentre outros: as visões de mundo manifestadas pelos membros destas comunidades; as formas de organizar e dividir o trabalho; as relações estabelecidas socialmente e para com o ambiente natural. Sobre a organização da Comuna Pachamama, salienta:

Está sustentada na horizontalidade dos comuneiros e na não hierarquização das relações interpessoais e políticas. Tais pressupostos cristalizam-se a partir do princípio cooperativo que permeia tanto a organização das tarefas produtivas quanto ao uso compartilhado da terra e dos instrumentos de produção. Essa dimensão cooperativa facilita a aquisição de equipamentos, o aumento da produtividade, a ampliação das redes de escoamento dos excedentes produzidos e a melhoria na qualidade de vida dos comuneiros (Ibidem, p. 144-5).

Em algumas das considerações finais destaca a educação através do cotidiano vivido nas comunas autogestionárias; a aprendizagem através da liberdade e a perspectiva de uma Educação Ambiental desde baixo. Sobre a Educação Ambiental desde baixo, destaca algumas reflexões derivadas de sua pesquisa de campo, dentre eles: a educação ambiental parte do cotidiano e das necessidades dos coletivos; surge da emergência de conflitos gerados pela insatisfação ao que está posto na sociedade capitalista; a busca autônoma de saberes e práticas; a educação é potencializada quando realizada em coletivos autogestionários (Ibidem, p. 195-6).

No ensaio de perspectiva filosófica "Educações inversas e ecologias infernais: experiências para pensar as educações ambientais a partir dos contos de horror do

Heavy Metal de King Diamond", Rodrigo Barchi (2017) propõe uma destruição/desconstrução das educações e ecologias maiores, hegemônicas, no sentido de constituir possibilidades de criação/construção de educações e ecologias menores, ou seja, "insurgente, revolucionária e resistente" (BARCHI, 2017, p. 315). O texto inicia com referência à questionamentos presentes na obra "O que é filosofia", de Deleuze e Guattari, nos quais é salientada que esta não é, e nem deve ser, contemplação, reflexão ou comunicação.

Para os dois filósofos franceses, essas três atividades – a contemplação, a reflexão e a comunicação – estão longe de suscitar e potencializar o pensamento e não são mais do que as máquinas constituidoras de Universais. Ou seja, são as ferramentas que estabelecem perspectivas únicas, canônicas e totalizantes (Ibidem, p. 313).

A Educação Ambiental a partir da concepção de "educações inversas e ecologias infernais", e da leitura de Silvio Gallo acerca da filosofia de Deleuze e Guattari, afirma a necessidade de uma filosofia que estimule a criação de conceitos, a perspectiva contra-hegemônica e rizomática (Ibidem, p. 315-6). Esta proposta também está permeada por aspectos críticos e contra-hegemônicos presentes na perspectiva freireana (Ibidem, p. 319-20). Barchi argumenta que as perspectivas de Educações Ambientais "menores" se faz necessária "pois fogem das ações normativas impostas pelas instituições disciplinares, sob as quais a educação ambiental oficial tanto vem se adequando nas últimas décadas" (Ibidem, p. 317).

Após esta contextualização teórica, Barchi discute perspectivas filosóficas "menores", das ecologias infernais, a partir das letras da banda King Diamond, mais especificamente nos álbuns "Voodoo" e "House of God". Inicia esta proposta relacionando a questão da vida e da morte na natureza, da mesma forma que está situando sua perspectiva no sentido de destruição/desconstrução para criação/construção.

E é nesse tipo de paisagem, sombria, lúgubre e insólita, onde a natureza se apresenta e se materializa como o espaço onde a vida se faz em sua plenitude, e simultaneamente se apresenta ao mesmo tempo tão ameaçada e ameaçadora (Ibidem, p. 321).

Após discutir outros aspectos das relações entre suas proposições filosóficas em relação com as produções da banda dinamarquesa, propõe enquanto uma síntese temporária o desenvolvimento de uma, ou várias, Educação Ambiental alternativa, em contraponto às três macro-tendências da Educação Ambiental (LAYRARGUES; COSTA LIMA, 2014), nestes termos:

Uma ecologia menor criada simultaneamente no processo de uma educação infernal que busca desfazer ao máximo o universo das utopias ecológicas idílicas dos ambientalistas da conservação, do desenvolvimento sustentável neoliberal e das dialéticas emancipatórias reformistas totalizantes (BARCHI, 2017, p. 326-7).

Conclui o artigo argumentando sobre a importância de experimentar a criação de discursos alternativos às tendências mais consolidadas no campo teórico da Educação Ambiental.

Em "Natureza, sociedade e educação para Élisée Reclus: conflito, desigualdade e a necessidade da revolução como contribuição à Educação Ambiental", produção de Horacio Rodrigues, enquanto autor principal, e Leonardo Cunha e Carlos Machado, como colaboradores, é elaborada uma aproximação inicial ao estudo da vida e da obra do geógrafo anarquista francês Élisée Reclus em relação às temáticas da Educação Ambiental. Neste trabalho, são utilizadas as "macro-áreas" da Educação Ambiental, sociedade-natureza-educação, enquanto estratégia de aproximação aos temas da obra de Reclus.

Além de apresentar a vida e a obra do autor, no sentido de expor os princípios que Reclus professava e a afinidade deste militante em relação aos campos de conhecimento de interesse da Educação Ambiental, foram articuladas percepções em relação às "três naturezas" possíveis de destaque na obra de Reclus. Estas naturezas dizem respeito às próprias relações estabelecidas entre sociedade e natureza ao longo da história, não necessariamente lineares, são elas, respectivamente: a natureza conflitiva, a natureza desigual e a natureza revolucionária.

A natureza conflitiva trata de um processo no qual os humanos estão imersos no ambiente natural em condições de conflito com esta, considerando a luta pela sobrevivência. Conflito este que se torna dominação a partir da crescente hierarquização social, que reflete igualmente em relação à natureza. A natureza desigual diz respeito à crescente hierarquização das sociedades humanas e à consequente apropriação e exploração das camadas privilegiadas em relação ao ambiente natural e às camadas oprimidas, no sentido de exploração e acumulação de riquezas. A natureza revolucionária expõe o pensamento de Reclus sobre a relação entre evolução e revolução, neste autor estes termos são complementares, são processos que se dão em um mesmo sentido.

A evolução e a revolução são entendidas por vezes como opostas, porém são complementares, uma está implicada na outra. (...) A evolução depende de revoluções, que não pode só levar em conta um caráter da realidade, mas ao transformá-la desencadeia outras transformações (RODRIGUES; CUNHA; MACHADO, 2019, p. 113).

A educação em Reclus aparece enquanto uma ferramenta de aproximação dos educandos em relação à realidade social e natural na qual estão inseridos. Também é salientado os aspectos morais e físicos necessários para uma educação integral.

O artigo conclui que a Educação Ambiental está imersa em uma sociedade permeada de conflitos e desigualdades socioambientais. Cabe a este estudo específico realizar a crítica destas relações e estruturas desiguais e conflituosas, bem como apontar caminhos socioambientais alternativos, utopias, na qual estes conflitos e desigualdades sejam problematizados e solucionados (Ibidem, p. 115).

3. Piotr Kropotkin

Neste capítulo do estudo, busco desenvolver possibilidades de aproximação e discussão em relação à obra de Piotr Kropotkin, visando uma aproximação acerca das discussões que sua produção teórica abarca em termos de sociedade, natureza e educação. Considero oportuno o resgate do pensamento kropotkiniano enquanto fundamentação teórica para refletir os desafios, ao mesmo tempo históricos e urgentes, que a crise socioambiental do contexto capitalista atualmente suscita. Em termos de estruturação da pesquisa, busquei salientar alguns aspectos importantes da obra do autor, tais como a crítica ao modo de produção capitalista, a crítica ao poder político estatal, suas observações acerca das relações entre sociedade e natureza, a utopia revolucionária e os caminhos para atingir este projeto social, dentre eles, o último tópico, a educação.

Primeiramente, minha argumentação em torno da importância da obra deste autor é a de que, quantitativa e qualitativamente, seu pensamento explora questões pertinentes tanto ao campo do conhecimento humano e social quanto ao debate que diz respeito ao âmbito de investigação sobre a natureza, com ênfase biológica e geográfica. Reflete ainda acerca da área da educação. Elementos importantes para refletir acerca da Educação Ambiental.

Em segundo lugar, Kropotkin formulou não somente uma crítica contundente ao capital e ao Estado, mas apontou possibilidades de superação destes, articulando o estudo sobre a capacidade e o potencial da herança industrial e científica em novas relações de produção pautadas pela autogestão. Salientou o potencial que esta transformação social possui de emancipador no sentido de os trabalhadores explorados se libertarem do fardo das várias horas de trabalho para o lucro do capitalista e se emanciparem através de uma organização social libertária e igualitária, gerenciada "de baixo pra cima" de acordo com os princípios libertários. Enfatizou que a arte e a ciência, o que indiretamente se refere à educação, formal ou não, cumpriria um importante papel de desenvolvimento das consciências individuais e coletivas na nova sociedade anarco-comunista almejada, por Kropotkin e seus camaradas libertários.

Piotr Alexeyevich Kropotkin, nascido em 9 de dezembro de 1842 na cidade de Moscou, falecido em 8 de fevereiro de 1921 em Dmitrov, foi um militante anarquista

de bastante prestígio no movimento libertário. Para além de suas qualidades teóricas que o tornaram o autor de diversas obras que fundamentaram as concepções anarquistas, refletidas igualmente em sua prática de militância revolucionária profundamente engajada, foi um célebre geógrafo e cientista reconhecido internacionalmente em seu tempo. Elaborou reflexões também em outras áreas do pensamento, necessárias para melhor compreensão acerca da realidade que estava inserido, dissertando ao longo de sua trajetória acerca de questões em torno do conhecimento de história, antropologia, sociologia, zoologia, botânica, geologia, economia, pedagogia, filosofia e ciência política. Em um período histórico, final do século XIX e início do XX, no qual o paradigma positivista do conhecimento específico se consolidava no meio científico europeu, mais tarde difundido em escala global, caracterizando o contexto atual de fragmentação do conhecimento em áreas especializadas como, por exemplo, as citadas anteriormente.

Kropotkin ajudou a formular as bases, e também é muitas vezes reconhecido como um dos principais representantes, do anarco-comunismo: tendência teórico-prática anarquista que buscou re-elaborar o movimento social. Partindo da contribuição de outras vertentes anteriores anarquistas, tais como o mutualismo, que tem em Pierre-Joseph Proudhon seu principal representante, e o anarco-coletivismo, fundamentado nas apreciações de Mikhail Bakunin. A perspectiva anarco-comunista foi desenvolvida coletivamente com outros militantes anarquistas na Europa do fim do século XIX, por exemplo, o francês Élisée Reclus e os italianos Errico Malatesta e Carlo Cafiero, estes últimos sendo um dos pioneiros desta tendência, advogando-a na seção italiana da Associação Internacional dos Trabalhadores. A principal premissa anarco-comunista, de que os indivíduos produzam coletivamente de acordo com as suas possibilidades e possam usufruir do produto social do trabalho conforme suas necessidades, contrastava diretamente com o anarco-coletivismo bakuniniano que salientava a distribuição da produção do trabalho coletivo proporcional ao grau de dedicação que cada indivíduo realizou no processo de produção, adotando, por exemplo, o regime de salário.

Tal divergência em relação a Mikhail Bakunin não representa necessariamente uma ruptura radical dentro do movimento anarquista, que se caracteriza pela unidade de princípios revolucionários na diversidade de concepções

individuais e coletivas de seus militantes. Mas, foi uma reformulação da arquitetura social almejada por estes, a tal "utopia revolucionária". Sendo esta divergência inclusive, muitas vezes, discutida teóricamente no movimento anarquista enquanto possibilidades de transição em períodos de possível escassez, em decorrência das duras condições impostas pelo ambiente de luta revolucionária. A perspectiva de Bakunin representaria o ponto inicial do processo que se consolidaria no anarco-comunismo, na medida em que a conjuntura política, econômica e social fosse mais favorável, destituindo tanto o capital quanto o Estado de sua dominação social hegemônica em relação ao resto da população. Errico Malatesta foi um anarco-comunista defensor desta perspectiva de transição.

Em defesa da possibilidade palpável de realização do comunismo anarquista, Piotr Kropotkin lança mão de um conceito-chave que vai permear o conjunto de sua obra e militância, e reflete tanto no entendimento em relação aos aspectos sociais, quanto aos da natureza e da educação: o apoio-mútuo ou, em outros termos, a solidariedade.

Aqui reside uma contribuição fundamental para embasar uma perspectiva teórica contra-hegemônica em relação ao capital, sendo este o modo de produção que se sustenta tão somente através da competição desenfreada entre os membros de uma mesma comunidade, o "dividir para governar", constituindo-se ao mesmo tempo causa e sintoma de uma sociedade na qual a hierarquia está profundamente enraizada. No entendimento de Kropotkin, o apoio-mútuo não pertence tão somente à qualidade de um valor ou virtude social, tampouco está restrito somente às populações humanas, mas é concebida enquanto um instinto presente em diversas espécies animais, incluindo a humana. Instinto este de suma importância para a própria sobrevivência das espécies na luta pela vida e, como ele mesmo qualifica no subtítulo de sua obra "O Apoio-mútuo", um fator de evolução.

Outro aspecto bastante perceptível nas elaborações teóricas de Kropotkin é a crítica ao capitalismo em relação à desigualdade social de condições no processo de produção, distribuição e consumo do trabalho coletivo. Em seus escritos enfatizava as dicotomias presentes no cenário social capitalista, tais como as relações entre burguesia e proletariado, meio urbano e meio rural, trabalho intelectual e trabalho manual, dicotomias estas que manifestavam aspectos pertinentes à divisão social do

trabalho em seu tempo. E que perduram até os tempos atuais. Kropotkin buscava convencer seus leitores de que esta divisão desigual não só poderia, como deveria ser superada em uma ordem social igualitária e libertária, anarco-comunista.

Enquanto estratégia revolucionária para modificar este panorama sugeria principalmente a expropriação contra os expropriadores, a burguesia, em relação à terra e aos meios de produção. Kropotkin acreditava que a ciência e a tecnologia, a indústria, eram obra do conjunto da humanidade, principalmente dos trabalhadores. Via a utilização destes meios enquanto um fator decisivo de fornecer bem-estar a todo e qualquer indivíduo e comunidade. Em "A Conquista do Pão" e "Campos, fábricas e oficinas", elaborou estatísticas demonstrando que, se todo o conjunto da sociedade se dispor ao trabalho manual, igualmente esta totalidade coletiva disporia de tempo necessário para se dedicarem à outras atividades de caráter intelectual. Com a tecnologia produtiva de sua época, final do século XIX, conclui que seria preciso não mais do que um turno de trabalho diário de cada indivíduo para prover o bem-estar individual, e de toda a comunidade, em relação às necessidades básicas de alimento, moradia, transporte, educação, etc.

O papel da educação neste processo de transformação social no sentido igualitário, rompendo com as fronteiras no trabalho produtivo entre aqueles que pensam e administram, e aqueles que fazem e são administrados, foi enfatizado neste aspecto enquanto uma perspectiva denominada "educação integral". Termo este que designava todo o conjunto das idéias relacionadas com a pedagogia libertária, esta era conhecida anteriormente por Educação Integral. Vale ressaltar aqui, que estamos situados em fins de século XIX e o termo "educação integral" presente na obra de Piotr Kropotkin, e de outros anarquistas militantes pela educação, difere bastante do debate em relação à educação integral no contexto capitalista atual. Por educação integral, Kropotkin concebia um processo de educação capaz de formar um indivíduo considerando suas diversas potencialidades a serem desenvolvidas, rompendo com a dicotomia de uma educação enfaticamente racionalista e erudita para as classes privilegiadas e outra com enfoque tecnicista para os filhos da classe operária. Para formar um indivíduo capaz de atuar em uma sociedade anarco-comunista, formado tanto em aspectos intelectuais quanto manuais, dotando cada indivíduo das qualificações morais necessárias para atuar de forma integral nas demandas desta utopia proposta pelo autor.

Por fim, após já ter mencionado o aspecto da solidariedade e da igualdade, falta ressaltar, em título de introdução, a questão da liberdade proposta pelo autor. Este, seguidamente menciona em seus escritos o seguinte lema: "Liberdade, igualdade, solidariedade", herança dos ideais, então revolucionários, manifestados pelos europeus no processo de transformação social da ordem monárquica-feudal em republicana-burguesa, durante a Revolução Francesa do século XVIII. A qual diversas correntes socialistas européias são inspiradas desde suas origens, mesmo que tenham ressignificado estes princípios segundo uma perspectiva de luta socialista e proletária.

Para Kropotkin, a distinção social presente entre a classe burguesa que é dirigente e a classe trabalhadora que é dirigida, bem como o papel do Estado nesta administração das coisas, é considerada uma das principais limitações à liberdade na sociedade capitalista. A disparidade escancarada entre os interesses destas duas classes em termos de orientação da produção, distribuição, e consumo do que é produzido socialmente, é a principal fonte de miséria e exploração das classes oprimidas. Em sua obra, propõe a superação desta divisão social através de uma sociedade autogestionária, na qual o conjunto das decisões, e aplicações destas, estão em conformidade com a satisfação das necessidades básicas de todos os indivíduos pertencentes à comunidade. Para que isto ocorra, discorre sobre a necessidade da abolição não só da divisão social do trabalho capitalista, mas de toda e qualquer manifestação hierárquica representada também pelas estruturas do aparato estatal. Buscando um caminho em que a liberdade de decisões a respeito da organização da vida social, no intuito de garantir a dignidade necessária para o desenvolvimento pleno de todas as potencialidades humanas.

Concluindo as reflexões introdutórias a respeito da obra de Kropotkin e, antes de aprofundar os aspectos investigados, citados no início desta introdução, na elaboração teórica do autor, quero descrever um pouco sobre as obras que serviram de referência neste capítulo. Considerando a ênfase na crítica ao modo de produção capitalista e ao poder estatal, serviu de auxílio à esta reflexão principalmente a obra "Palavras de um Revoltado", editado e publicado em 1885, fruto da coletânea de diversos artigos escritos entre 1880 e 1882, publicados na revista "Le Revolté", editada em Genebra, Suíça. Nestes textos transparece uma forte influência da tendência "ilegalista", resultado da situação de forte repressão e ilegalidade

organizacional sofrida pelos socialistas na Europa após a sangrenta derrubada da Comuna de Paris, de 1871.

Em conjunto com esta crítica ao modo de produção e ao Estado capitalista, contribuiu em relação ao desenvolvimento de um projeto utópico de perfil anarco-comunista, nas obras "A Conquista do Pão", de 1888, e "Campos, fábricas e oficinas", de 1898. Nestas, Kropotkin assume uma postura mais organizacional em relação ao movimento anarquista, estando já vivenciando a possibilidade de organização dos anarquistas em sindicatos na Europa do fim do século XIX. Em relação às apreciações que se referem à relação entre sociedade e natureza, serviu de referência principalmente a obra "Apoio-mútuo: um fator de evolução", publicada em 1902. Kropotkin elabora uma polêmica contra o darwinismo social, representado principalmente por Thomas Huxley, enfatizando o papel que a cooperação e a solidariedade desempenharam no processo de sobrevivência e evolução das espécies. Contradizendo as teorias darwinistas sociais que afirmavam a competição entre indivíduos e sociedades enquanto fator de progresso.

Sobre a ênfase nas propostas referentes ao campo da educação, além das referências diretas ou indiretas a este tema, presentes nas obras citadas anteriormente, serviu de referência principal uma edição de 2014 da "Biblioteca Terra Livre", de São Paulo, intitulada "Escritos sobre Educação e Geografia". Trata-se de um compilado de textos de Piotr Kropotkin e Élisée Reclus em relação a estas temáticas. Neste compilado estão presentes dois textos de Kropotkin: "O que a geografia deveria ser", de 1885, e "Uma carta de Kropotkin", endereçada a Francisco Ferrer, reconhecido pedagogo anarquista. Nestes escritos, Kropotkin desenvolve reflexões em relação à educação de maneira mais direcionada do que entre as outras obras, anteriormente citadas.

Cabe aqui ressaltar que, embora tenha manifestado anteriormente uma breve sistematização das obras e suas respectivas ênfases temáticas, o conjunto destas referências se entrecruzam com os temas propostos para o estudo da obra deste autor. Sendo possível perceber que existe uma perspectiva que atravessa de modo coerente o conjunto da obra de Kropotkin em relação à crítica ao capital e ao Estado, relações entre sociedade e natureza, projeto revolucionário e o papel da educação neste processo de transformação social.

3.1. Crítica ao capitalismo

Elemento fundamental na produção teórica de Kropotkin, a crítica à sociedade capitalista e à propriedade privada esteve presente, direta ou indiretamente, em todo o conjunto da obra do autor. Entre os militantes anarquistas esta é, e deve ser, uma questão primordial. Pois a aspiração a uma sociedade libertária e igualitária perpassa necessariamente uma postura crítica em relação a este paradigma social fundamentado na dominação e exploração hierárquica de uma classe por outra, principalmente no aspecto econômico. Considerando ainda, que nesta crítica, o papel que o Estado desempenha na manutenção desta dominação e exploração, caracterizada principalmente pelo viés político, também é relevante. Embora aqui não seja tratada com detalhes, pois faz parte do enfoque seguinte deste capítulo.

Início a abordagem da crítica ao capitalismo em Kropotkin afirmando que quando o autor desata esta problematização não está ocupado somente com as condições injustas presentes na produção dos capitais. Mas, principalmente, em como está distribuída esta produção e a quantidade, e qualidade, do consumo às quais as classes oprimidas estão sujeitas neste ambiente. Como já foi mencionado anteriormente, em termos econômicos, Kropotkin busca demonstrar em seus escritos as condições de miséria produzidas por estas desigualdades sociais. Sua utopia revolucionária anarco-comunista se fundamenta abertamente na busca de meios de atender às necessidades básicas de cada indivíduo no conjunto da sociedade e, uma vez atendidas estas condições, será possível que a humanidade possa progredir em termos de consciência rumo a uma sociedade libertária. Nas palavras do próprio autor de "A Conquista do Pão":

O que se lança em rosto à organização burguesa não é só o capitalista açambarcar uma grande parte dos benefícios de cada empresa industrial e comercial, permitindo-lhe que viva sem trabalhar; a principal queixa (...) é que toda a produção tomou uma direção absolutamente falsa, visto que não se faz no intuito de assegurar o bem-estar de todos; está nisso sua condenação (KROPOTKIN, 2011, p. 67).

Portanto, a desigualdade no processo de consumo, talvez mais que no de produção, se faz presente na análise do anarquista russo, embora a ênfase em um aspecto não exclua a importância do outro.

Considero de absoluta relevância, na citação anterior, o questionamento acerca do direcionamento "falso" da produção na sociedade capitalista de seu

tempo. De fato, esta especulação toda e o esgotamento de recursos, que vivenciamos na atualidade, em nome da lucratividade e dos privilégios de uma quantidade mínima de pessoas, visto em termos proporcionais aos que estão à margem desta realidade. O capitalismo está pondo em xeque não só a qualidade de vida da população humana, principalmente das camadas em situação de vulnerabilidade socioambiental, também está modificando perigosamente o equilíbrio e as condições naturais essenciais para a manutenção da vida na Terra. Inclusive, tendo já extinguido, direta ou indiretamente, diversas espécies da fauna e da flora. Em nome de quê(m)? Condenação de diversas manifestações vitais no planeta em nome do privilégio de uns poucos, nisto está a sua condenação!

A partir desta constatação, percebe-se que Kropotkin está criticando as consequências desta sociedade hierarquizada salientando que, uma vez que este modo de produção é inelutavelmente uma organização incapaz de fornecer o mínimo necessário para o bem-estar dos indivíduos pertencentes ao ambiente social. Será necessário aboli-lo, pois gerir uma sociedade sem apresentar condições de proporcionar o bem-estar coletivo deveria ser considerado enquanto uma incompetência em termos econômicos, na perspectiva do autor.

Em épocas de corrida desenfreada para o enriquecimento, de especulações febris e de crises, de falência súbita de grandes indústrias e expansão efêmera de outros ramos de produção, de fortunas escandalosas acumuladas em alguns anos e dissipadas da mesma forma, concebe-se que as instituições econômicas, presidindo à produção e à troca, estejam longe de dar à sociedade o bem-estar que deveriam garantir-lhe; elas trazem, de maneira precisa, o resultado contrário (KROPOTKIN, 2005, p. 206).

Kropotkin está salientando que não é necessariamente o lucro do patrão que produz a miséria do trabalhador explorado, mas que a manutenção destas condições de miséria, a que estão submetidas a grande maioria da população. Estas sim, é que garantem que hajam condições sociais ideais para que a exploração do patronato possa se desenrolar mais facilmente no ambiente social. Portanto, a miséria da maioria é a condição essencial para que exista o acúmulo de capitais para a classe burguesa.

Ainda sobre a questão da hierarquização social, a heterogestão da sociedade, Kropotkin critica a divisão social do trabalho também enquanto uma divisão relacionada com a qualidade deste, no ambiente capitalista, entre o trabalho intelectual e o trabalho manual. Estas condições, nas quais uma classe dirigente se

ocupa de administrar o conjunto da produção, e da sociedade, e outra classe está submetida a aplicar cegamente as ordens da classe dirigente, devem ser abolidas juntamente com as próprias classes. De outra maneira, o mesmo germe da desigualdade se manifestaria futuramente na consolidação destas duas classes distintas.

Estabelecer esta distinção é manter todas as desigualdades da sociedade atual. É traçar antecipadamente uma demarcação entre os trabalhadores e os que pretendem governá-los. É dividir a sociedade em duas classes bem distintas: aristocracia do saber, acima da plebe das mãos calosas; uma voltada ao serviço da outra; uma trabalhando com os seus próprios braços para sustentar e vestir os que aproveitam o seu tempo livre a fim de aprenderem a dominar os seus sustentadores (KROPOTKIN, 2011, p. 113).

Residem aí, direta e indiretamente, também as implicações do que se pode considerar enquanto um "trabalho alienado". Não só em termos de o trabalhador estar alheio ao produto de seu trabalho, que se torna propriedade do capitalista, como bem demonstrou Karl Marx no conjunto de sua obra, mas que este processo de produção serve ao embrutecimento dos indivíduos e da classe trabalhadora.

Perdem a vida, buscando ganhá-la: enquanto alguns indivíduos possuem a consciência deste estado de coisas, mas ainda não encontraram condições para poderem se emancipar desta condição, muitos não estão a par desta lógica deveras perversa: estes não sabem que não sabem.

A divisão do trabalho é o homem etiquetado, estampilhado para toda a vida como atador de nós em uma manufatura, como vigia em uma indústria, mas não tendo nenhuma ideia do conjunto da máquina, nem da indústria, perdendo por isso mesmo o gosto pelo trabalho e as capacidades de invenção (Ibidem, p. 126).

Mais que a noção sobre o conjunto do meio de produção ou da sociedade, ou a satisfação através do trabalho, diria que se perde a noção e a satisfação em relação à vida de modo geral.

Miséria do trabalhador, insegurança do dia seguinte, lá mesmo onde a fome não bate à porta; crises, desemprego, exploração da mulher e da criança, definhamento da raça. Luxo insano dos ociosos e redução do trabalhador ao estado de besta de carga, privado dos meios de tomar parte na fruição do saber, da arte, da ciência (...) Guerras para exportação e domínio sobre os mercados; guerras internas; exércitos colossais, orçamentos monstruosos, extermínios de gerações inteiras. Depravação moral dos ociosos, falsa direção que eles dão à ciência, às artes, aos princípios éticos. Governos tornados necessários para impedir a revolta dos oprimidos; a lei e seus crimes, seus carrascos e seus juízes; a opressão, a sujeição, o servilismo que delas resultam, a depravação que ela derrama sobre a sociedade - eis o balanço da propriedade pessoal e do poder pessoal, que ela engendra (KROPOTKIN, 2005, p. 242).

Um dos principais objetivos da revolução social para este pensador é a

expropriação dos expropriadores em relação à terra e aos meios de produção monopolizados pela classe dominante.

Sendo os meios de produção obra coletiva da humanidade, devem regressar à coletividade humana. A apropriação pessoal não é justa nem proveitosa. Tudo é de todos, visto que todos precisam de tudo, visto que todos têm trabalhado na medida de suas forças, e que é materialmente impossível determinar a parte que poderia pertencer a cada um na produção atual das riquezas (KROPOTKIN, 2011, p. 24).

E mais adiante, conclui:

E é por isso que toda a sociedade, tomando-a como ideal, será levada a expropriar tudo o que serve para proporcionar o bem-estar produzindo as riquezas. Será preciso apoderar-se da terra, das oficinas, das minas, dos meios de comunicação, etc., e, além disso, que estude o que é necessário para produzir no interesse de todos, assim como as vias e os meios de produção (Ibidem, p. 69).

Portanto, cabe aos revolucionários reordenar a sociedade, abolindo a propriedade privada dos meios de produção e tornando-os propriedade da comum unidade. "Tudo é de todos", haja visto que, uma vez que a classe trabalhadora possa autogerir os processos de produção, distribuição e consumo de bens materiais, estaremos mais próximos de um ambiente no qual prosperidade e abundância não serão o privilégio de alguns em detrimento da miséria da maioria. Mas a satisfação plena das necessidades básicas de cada indivíduo dentro do ambiente coletivo, fornecendo condições para que estes possam desenvolverem-se em termos de consciência.

3.2. Crítica ao Estado

Do mesmo modo que a crítica ao capitalismo, a aversão ao Estado e à hierarquização em todas suas manifestações, institucionais ou não, é um consenso entre os anarquistas, seguro de ser afirmado. Na teoria social de Kropotkin esta postura não é diferente, em seus escritos demonstra convicção inabalável nesta postura. Reside nesta questão a principal polêmica do movimento social anarquista em relação aos marxistas, divergência que pode ser notada já no seio da Associação Internacional dos Trabalhadores, ou Primeira Internacional, nos debates envolvendo Mikhail Bakunin e Karl Marx. Também é a principal motivação para que os anarquistas, que se autodenominam socialistas libertários, utilizem o termo "socialista autoritário" ao referirem-se aos militantes marxistas.

De modo bastante acentuado, Kropotkin manifesta esta crítica principalmente em "Palavras de um Revoltado", uma obra que, como já mencionado anteriormente, foi escrita em um período de dura repressão dos Estado-nações europeus contra os militantes socialistas do período pós Comuna de Paris. Este evento exemplifica este quadro, no qual dois Estados inimigos deixam de lado suas diferenças para massacrar a classe trabalhadora em situação de rebelião emancipatória. Suas palavras revoltadas afirmam que o Estado deve ser considerado enquanto uma instituição de manutenção do status quo, instrumento de cunho autoritário utilizado pelas classes dominantes contra as classes dominadas, somente quando necessário, mas permanentemente disponível para tal. O Estado é a própria negação da liberdade individual e coletiva, constantemente afirmadas pelos anarquistas.

O Estado é a proteção da exploração, da especulação, da propriedade privada -, produto da espoliação. O proletário, que só possui como riqueza seus braços, nada tem a esperar do Estado; encontra nele apenas uma organização feita para impedir a qualquer preço sua emancipação (KROPOTKIN, 2005, p. 30).

Kropotkin busca salientar, como se espera de um partidário do anarquismo, os aspectos negativos do Estado. Embora estejamos acostumados, e não poderia ser de outra maneira, a considerar os aspectos positivos do estado, principalmente no que diz respeito à questão das políticas públicas direcionadas às camadas vulneráveis da população. Kropotkin destaca que através da organização coletiva, levada a cabo desde os mais interessados nestes benefícios, é mais do que possível que as necessidades básicas do povo trabalhador possa ser atendidas por estes mesmos. É claro, mais uma vez, em condições de organização, necessária para a cooperação entre os interessados.

Neste aspecto, em especial, reside a importância não só econômica, mas também política. No plano das decisões tomadas de modo descentralizado, de maneira mais livre possível desde a base, autogestionária, em relação ao atendimento das condições básicas para a vida de indivíduos e coletivos. Os libertários buscaram demonstrar que, em termos econômicos, o proletariado, verdadeiro produtor de riquezas através de sua capacidade laboral, está em condições de demitir seus patrões. No plano político, em contraponto ao Estado, através de uma organização não só da produção, distribuição e consumo, pode gerir politicamente a própria existência através de assembleias populares. Contando com

a cooperação dos interessados nisto, sabendo eles próprios quais são as suas necessidades e buscando, nesta organização de base, saciá-las.

"A missão do Estado - disseram-nos para melhor nos cegar - é proteger o fraco contra o forte, o pobre contra o rico, as classes laboriosas contra as classes privilegiadas." Sabemos como os governos desempenharam esta missão: eles a compreenderam às avessas. Fiel à sua origem, o governo sempre foi o protetor do privilégio contra aqueles que procuraram dele se libertar. O governo representativo, em particular, organizou a defesa, com a conivência do povo, de todos os privilégios da burguesia comerciante e industrial contra a aristocracia, de um lado, contra os explorados, de outro - modesto, educado, bem culto para com uns, feroz contra os outros (Ibidem, p. 142).

Mais uma vez, lembremo-nos que o Estado é uma organização de classe, composta por membros de uma determinada camada privilegiada da população. Que está tomando decisões a respeito da vida de outra parte, que se vê alienada destas decisões e benefícios diretos, em relação aos capitais acumulados pelo Estado e pela empresa capitalista.

Não é difícil deparar-se com argumentações contrárias à possibilidade desta organização "de baixo para cima" que possa refletir na autonomia popular em relação ao Estado. Kropotkin argumenta que muitas destas crenças na impossibilidade de sobrevivência coletiva da sociedade sem Estado são os resultados mais imediatos da própria doutrinação ideológica imposta por meio da educação estatal. Em "A Conquista do Pão" argumenta que:

Habitados como estamos - por preconceitos hereditários, uma educação e uma instrução absolutamente falsa - a não ver em toda a parte senão governo, legislação e magistratura, chegamos a crer que os homens se despedaçariam uns aos outros como feras no dia em que o policial não tivesse os olhos abertos sobre nós, o que ocorreria se a autoridade sucumbisse a qualquer cataclismo (KROPOTKIN, 2011, p. 87-8).

Transparece neste trecho o fundamento de uma argumentação que vai em direção contrária ao princípio contratualista hobbesiano, que tem por premissa a impossibilidade de convivência social pacífica sem a existência de um contrato social mediado, e fundamentado, pelo Estado.

A educação burguesa, que desde a primeira infância corrompe a criança, inculcando-lhe os preconceitos antiigualitários; a Igreja, que confunde o cérebro da mulher; a Lei, que impede a troca de idéias de solidariedade e igualdade; o dinheiro, se necessário, para corromper aquele que se faz apóstolo da solidariedade dos trabalhadores; a prisão e a metralhadora, à vontade, para calar a boca daqueles que não se deixam corromper. Eis o Estado (KROPOTKIN, 2005, p. 30).

Na crítica de Kropotkin, a própria educação estatal, que em nossa sociedade pode ser considerada enquanto uma questão de política pública (por enquanto), é uma

estratégia política de formatação e padronização dos indivíduos. Segundo as necessidades da ordem burguesa vigente, ou seja, trabalhadores ideologicamente dóceis, domesticados, "mão de obra qualificada".

Do mesmo modo que critica a busca de influência do Estado capitalista sobre os seus governados, Kropotkin é opositor também das estratégias socialistas que admitem o uso instrumental do Estado em processos de transformação social. Para o pensador russo Estado e revolução não são possíveis em um movimento revolucionário. Neste ponto está demarcada a diferença com os marxistas. Kropotkin contata que "atribuir aos parlamentos o que é devido ao progresso geral, imaginar que bastará uma constituição para ter a liberdade, é pecar contra as regras mais elementares do julgamento histórico" (Ibidem, p. 139). O Estado, para um socialista-libertário deve ser considerado enquanto um inimigo a ser combatido, mesmo que este possa se auto-proclamar um Estado socialista. "Para nós, anarquistas, a ditadura de um indivíduo ou de um partido - no fundo, é a mesma coisa - está em definitivo condenada. Sabemos que uma revolução social não é dirigida pelo espírito de um único homem ou de um grupo" (Ibidem, p. 191). Ou a revolução é autogestionária, ou não o é, haja visto que revolução, para os anarquistas, é a quebra da raiz de qualquer dominação, identificada na hierarquização social.

O governo representativo - quer ele se denomine parlamento, convenção, conselho da comuna, ou que se dê qualquer outro título mais ou menos ridículo, que ele seja nomeado pelos prefeitos de um Bonaparte ou arquivamente eleito por uma cidade insurreta -, o governo representativo sempre procurará ampliar sua legislação, reforçar sempre o poder, ingerindo-se em todas as coisas, matando a iniciativa do indivíduo e do grupo para suplantá-las pela lei. Sua tendência natural, inevitável, será a de tomar o indivíduo desde a sua infância, e conduzi-lo de lei em lei, sob ameaça de punição, do berço ao túmulo, sem jamais deixar escapar esta presa à sua intensa vigilância. Viu-se alguma vez uma assembléia eleita declarar-se incompetente sobre qualquer coisa? Quanto mais ela é revolucionária, mais se apodera de tudo que não é de sua competência. Legislar sobre todas as manifestações da atividade humana, imiscuir-se até os mínimos detalhes da vida de "seus dependentes" - é a própria essência do Estado, do governo. Criar um governo, constitucional ou não, é constituir uma força que fatalmente procurará apoderar-se de tudo, regulamentar todas as funções da sociedade, sem reconhecer outro freio senão aquele que poderemos opor-lhe de vez em quando pela agitação ou pela insurreição. O governo parlamentar - ele já o provou bastante - não faz exceção à regra (Ibidem, p. 141-2).

Exemplos históricos, relativamente recentes, como os casos da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a República Popular da China, a própria Coreia do Norte, países nos quais se implantou uma ditadura de partido único. Inclusive com culto à personalidade. Em nome da revolução socialista tornaram-se antes de

tudo capitalismo de Estado bastante desenvolvidos economicamente, fazendo frente às potências imperialistas européias e também aos estado-unidenses desde o século XX.

Enfim, é por tudo isto que os anarquistas são contra o patriotismo e favoráveis à perspectiva internacionalista. Antes de tudo, os "trabalhadores de todo o mundo" são seres humanos em busca de emancipação. Que está mais próxima de concretização se considerarmos os interesses coletivos enquanto mais relevantes que os de um Estado qualquer. Como Kropotkin questiona em "A Conquista do Pão", considerando a disparidade dos interesses de classe: "a pátria... Que pátria em comum podem ter o banqueiro internacional e o lixeiro?" (KROPOTKIN, 2011, p. 80), leia-se, considerando o período histórico e o vocabulário desde o século XIX ao XXI, gari.

3.3. Natureza

A abordagem em relação à concepção de natureza e as relações estabelecidas entre as sociedades humanas com a natureza em Kropotkin será tratada sob dois aspectos complementares: a natureza segundo o princípio do apoio-mútuo. Considerando as reflexões de Kropotkin a respeito da cooperação e solidariedade entre espécies enquanto um fator de sobrevivência e evolução, um instinto; o outro aspecto tratará basicamente de algumas considerações de Kropotkin sobre a educação da/na natureza.

O princípio da solidariedade, ou apoio-mútuo, atravessa a obra de Kropotkin, neste teórico este princípio manifesta-se tanto em termos naturais quanto sociais, é possível afirmar que é inclusive uma parte instintiva dos seres vivos na natureza. Quando jovem, Kropotkin, que era filho da nobreza russa, foi membro do exército russo do Czar, e realizou expedições para a região da Sibéria e ao norte da Manchúria.

O contato direto com a natureza nestes espaços foram impressionantes, e despertaram algumas reflexões em Kropotkin. Uma delas era de que mesmo em condições tão árduas para a sobrevivência nestes ambientes, pôde presenciar entre as espécies animais "o apoio mútuo acontecer em tal proporção que fui levado a suspeitar ali da existência de uma característica da maior importância para a

manutenção da vida, a preservação de cada espécie e sua evolução posterior (KROPOTKIN, 2009, p. 12).

Em 1902 publicou a obra "Apoio Mútuo: um fator de evolução", resultado de estudos e publicações anteriores, no qual Kropotkin articula uma argumentação em defesa do papel que a cooperação e a solidariedade desempenharam no processo de sobrevivência e evolução das espécies.

Em resposta ao darwinismo social bastante presente no contexto científico europeu de seu tempo, representado principalmente pelas teorias de Thomas Huxley (1825-1895). Sem negar a dimensão da competição, Kropotkin salientou-a enquanto um dos aspectos evolutivos, mas não o único e nem o mais importante. Esta questão vai nortear as concepções de Kropotkin sobre sociedade e educação segundo uma perspectiva naturalista:

A imensa importância dos instintos de ajuda mútua, herdados pela humanidade de sua evolução extremamente longa, presentes até hoje em nossa sociedade moderna, que se supõe estar baseada no princípio de "cada um por si e o Estado por todos", mas que nunca conseguiu e nunca conseguirá tornar-se realidade (Ibidem, p. 16).

Este princípio e conceito de apoio-mútuo presente na obra de Kropotkin foi uma de suas contribuições para o movimento anarquista internacional, que o reconhece enquanto um de seus principais teóricos e militantes. Francesco Codello, sobre o princípio do apoio-mútuo, afirma que o movimento libertário:

Deve a Kropotkin o uso desse conceito tão importante para as idéias do anarquismo. Esse apoio-mútuo é um sentimento muito mais amplo que o amor ou a simpatia pessoal, é um instinto que pouco a pouco, gradualmente, desenvolveu-se entre os animais e os homens no decorrer de uma evolução lenta e que transmitiu aos animais, como aos humanos, a força que poderiam encontrar em praticá-lo, além do prazer que proporciona às suas vidas sociais. O desenvolvimento do Estado e da exploração do homem sobre o homem adormeceu e desviou esse sentimento humano natural que, entretanto, incuba-se continuamente e incessantemente dentro dos grupos de seres humanos que testemunham a sua impossível mortalidade e garantem a possibilidade de um futuro diferente. À luz desse valor natural do apoio mútuo, é lido e interpretado também o conceito de instinto, visto como uma força natural que se liberta para além da mediação cultural, mas que, de qualquer forma, sente os efeitos de um condicionamento histórico e social (CODELLO, 2007, p. 355).

Outros militantes, como o caso do anarco-comunista Errico Malatesta, mantém uma postura crítica em relação à esta concepção de solidariedade natural, e buscam salientar uma solidariedade voluntária, construída coletivamente (CUEVAS NOA, 2014, p. 23-5).

Sobre a abordagem da natureza em Kropotkin, salienta-se umas breves

passagens sobre a educação da/na natureza na obra do autor. Em seu escrito "O que a Geografia deveria ser", Kropotkin busca reformular a geografia através da constituição de um conhecimento mais abrangente que considerasse os conteúdos, dentre outros, de ciências naturais como a botânica, zoologia, geologia, com conhecimentos de humanidades.

"A filosofia da natureza será, sem dúvida, algum dia considerada como uma parte necessária da educação" (KROPOTKIN, 2014, p. 69), conclui Kropotkin neste escrito, diga-se de passagem, proféticamente.

Tarefa que naquele escrito atribuiu ao geógrafo, mas que hoje também poderia inspirar educadores ambientais, neste breve exemplo, continua:

Mas no estado atual de nossas escolas, quem poderia empreender essa tarefa melhor que o professor de geografia? Não em vão o Cosmos foi descrito por um geógrafo. Enquanto descreve o globo - este pequeno ponto perdido em um espaço incomensurável -; enquanto mostra a variedade dos agentes mecânicos, físicos e químicos que modificam sua superfície, colocando em marcha oceanos em marcha oceanos aéreos e aquosos, fazendo surgir continentes e cavando abismos; enquanto fala da maravilhosa variedade de formas orgânicas, de sua cooperação e de suas lutas, de suas admiráveis adaptações; enquanto descreve o homem e suas relações com a natureza (Ibidem, p. 69)

O princípio de educar sobre a natureza no ambiente natural, embora seja necessário de considerar-se os aspectos críticos neste "educar", dentre outros, as relações entre sociedade e a natureza observada, é um apelo educacional presente nas obras de Kropotkin.

Neste mesmo período, uma prática existente na experiência pioneira da pedagogia libertária, no Orfanato de Cempuis, fundada pelo militante e educador anarquista Paul Robin.

Levem-na ao campo ou à beira-mar. Aí ensinem-lhe ao ar livre, e não em livros, a geometria, medindo com ela as distâncias até os rochedos próximos; ela aprenderá as ciências naturais colhendo as flores e pescando no mar; a física fabricando o barco em que há de ir pescar. Mas, por favor, não lhe encham o cérebro de frases e línguas mortas (KROPOTKIN, 2011, p. 109).

Trata-se de uma metodologia que articula proporcionalmente os aspectos teóricos e práticos, através da observação, questionamento e investigação direta; além de proporcionar um contato mais íntimo com o ambiente natural, considerando a imersão acentuada no ambiente artificial, tal como ocorre principalmente em grandes centros urbanos.

3.4. Utopia

A utopia revolucionária que Piotr Kropotkin formulou, individual e coletivamente, e ajudou a consolidar no seio do movimento anarquista enquanto uma tendência revolucionária, é a anarco-comunista, ou comunismo libertário. Já expus quais são as críticas que este desenvolve em relação ao capitalismo e ao Estado, nos quais também aparecem a crítica à propriedade privada. Neste trecho será explorado o contraponto que Kropotkin afirma em relação à sociedade de seu tempo, sua utopia revolucionária.

Tal qual a obra de Kropotkin busca traduzir, os pilares da sociedade anarco-comunista são o apoio-mútuo e a autogestão. Embora, muitas vezes criticado por outros anarquistas em vista de um demasiado otimismo em relação à boa vontade dos indivíduos. No que diz respeito às questões que tratam da produção, distribuição e consumo de riquezas, pressupondo que os indivíduos estarão dispostos a trabalhar livremente para produzir estas riquezas e buscarão distribuir e consumi-las de acordo com as suas estritas necessidades, de maneira justa e considerando o bem-estar coletivo, Kropotkin oferece pistas em suas formulações que sugerem que este "otimismo" é também realista. Trechos como este apresentam as características anteriormente citadas:

Podendo desde já conceber a solidariedade, esse poder imenso que centuplica a energia e as forças criadoras do homem, a sociedade nova marchará à conquista do futuro com todo o vigor da mocidade. Cessando de produzir para compradores desconhecidos, e procurando no próprio seio necessidades e gostos a satisfazer, a sociedade assegurará largamente a vida e o bem-estar a cada um dos seus membros, ao mesmo tempo que a satisfação moral que dá o trabalho livremente escolhido e livremente executado e a alegria de poder viver sem que seja à custa dos outros. Inspirados em uma nova ousadia alimentada pelo sentimento de solidariedade, todos marcharão juntos para a conquista dos altos gozos do saber e da criação artística (Ibidem, p. 151).

Cabe aqui salientar que estamos tratando de um processo de transformação não só nas condições materiais humanas, mas também em termos morais. No sentido de que hajam indivíduos e coletividades com as qualidades necessárias para atuar em tal sociedade anarco-comunista, esta preocupação está bastante explícita nas questões que Kropotkin vai desenvolver a respeito da educação libertária.

Deixemos que Kropotkin afirme seu entendimento acerca do processo revolucionário:

O que compreendemos por revolução? Não é uma simples mudança de

governantes. É a apropriação pelo povo de toda a riqueza social. É a abolição de todos os poderes, que não cessaram de entravar o desenvolvimento da humanidade. (...) Para que a apropriação da riqueza social pelo povo torne-se um fato consumado, é preciso que o povo sinta a liberdade de agir, que ele aniquile a servidão à qual está muito habituado, que aja por si mesmo, que avance sem esperar as ordens de ninguém. Isto é exatamente o que impedirá a ditadura (KROPOTKIN, 2005, p. 196).

A nova sociedade deve ser organizada de maneira autogestionária. Kropotkin acredita que através de associações livres de trabalhadores é possível organizar e distribuir a produção dos bens materiais necessários a atender as condições básicas de todo e qualquer indivíduo. Sem que necessite de um Estado ou partido centralizado responsável por fazê-lo, em lugar dos próprios trabalhadores. Isto demanda uma nova formulação acerca das relações de produção, da divisão social do trabalho, desenvolvendo nos indivíduos tanto as potencialidades a respeito do trabalho manual quanto do trabalho intelectual, dentre elas, a capacidade de gerir a própria vida individual e coletivamente.

É precisamente para pôr fim a esta separação entre o trabalho mental e o trabalho manual, que nós queremos abolir o salariado, que queremos a revolução social. Então já o trabalho não se apresentará como uma maldição da sorte: tornar-se-á o que deve ser: o livre exercício de "todas" as faculdades do homem (KROPOTKIN, 2011, p. 102).

E, reafirma que:

Uma sociedade, que dispensa a cada um de seus membros a instrução larga, filosófica e científica, saberá organizar o trabalho corporal de modo a fazer o orgulho da humanidade; e a sociedade sábia tornar-se-á uma associação de investigadores, de amadores e de operários, conhecendo todos um ofício doméstico e interessando-se todos pela ciência (Ibidem, p.76).

Na obra "A Conquista do Pão", Kropotkin esforça-se por demonstrar estatisticamente, baseado nos níveis de capacidade de produção de fins do século XIX (!) na Europa capitalista, que estes princípios utópicos manifestados e discutidos neste tópico são possíveis de serem concretizados. Aparecem enquanto tópicos nesta obra as estatísticas em relação à diversas necessidades a serem atendidas em seu projeto social anarco-comunista, tais como habitação, vestuário, transportes, educação, etc. A respeito do conjunto destas necessidades, considerando as possibilidades de reconfiguração das relações de produção, distribuição e consumo, Kropotkin conclui que:

Trabalhando cinco ou quatro horas por dia até a idade de 45 ou 50 anos, dissemos, o homem poderia facilmente produzir "tudo" o que é necessário para garantir cabalmente o bem-estar. Mas o dia do homem habituado ao trabalho e ligado a uma máquina não é de cinco horas; é de 10 horas, 300 dias por ano e por toda a sua vida. Assim gasta-se a saúde e esgota-se a inteligência.

Assim, quando se podem variar as ocupações e sobretudo alternar o labor manual com o trabalho intelectual, fica-se ocupado voluntariamente, sem fadiga, 10 ou 12 horas. É normal. O homem que tiver feito quatro ou cinco horas de trabalho manual necessário para viver, terá ainda diante de si cinco ou seis horas, que procurará preencher segundo o seu gosto. E essas horas lhe darão plena possibilidade de obter, associando-se a outros, tudo o que quiser fora do necessário garantido a todos.

Primeiro desempenhar-se-á, nos campos, ou nas oficinas, do trabalho que dever à sociedade pela sua parte de contribuição à produção geral e empregará a outra metade do seu dia, da sua semana ou do seu ano, na satisfação dos seus gostos artísticos ou científicos (Ibidem, p. 74).

Torna-se possível identificar através deste projeto utópico, através do apoio-mútuo e da autogestão, proposições concretas de transformação social para uma sociedade anarco-comunista. A produção, distribuição e consumo norteados não mais pela lógica do lucro do capitalista, mas do atendimento às necessidades da população. Construindo condições para o desenvolvimento individual e coletivo. São considerações importantes para refletir o potencial infinito de consciência derivada deste processo, considerando inclusive a qualidade da interação entre os seres humanos e em relação ao restante da natureza. Uma vez que estes valores de solidariedade e apoio-mútuo precisam, urgentemente, se estenderem às outras formas de vida igualmente.

3.5. Educação

A obra de Kropotkin sobre a temática da específica da educação é relativamente restrita. No entanto, se considerarmos o conjunto de sua obra, a temática da educação está permanentemente presente. O papel que a educação pode e deve representar nos processos de transformação social para uma sociedade libertária e igualitária é um debate presente nos escritos de Kropotkin.

A crítica à educação estatal ou religiosa, a reforma no ensino e na constituição científica da Geografia e as contribuições para o desenvolvimento dos princípios da "Educação Integral" em sua relação estreita com o projeto utópico de sociedade anarco-comunista. A questão da importância do trabalho manual e intelectual, bem como a questão da educação moral, são alguns temas que a abordagem de Kropotkin contempla em seus escritos.

Kropotkin critica os aspectos autoritários e doutrinários presentes na educação oficial, do final do século XIX na Europa. Na perspectiva do autor, a

escola, estatal ou religiosa, educa para a obediência à estrutura hierárquica presente na sociedade capitalista. A escola oficial é o ambiente de doutrinação ideológica dos privilegiados em relação ao povo, neste ambiente autoritário e burocrático se ensinam os deveres cívicos e o patriotismo, a obediência ao governo e às leis, à propriedade privada, à hierarquia como um todo. Estes aspectos doutrinários, também presentes nas metodologias de ensino, terminam por eliminar qualquer vestígio de criatividade dos educandos, de pensamento crítico e autonomia intelectual.

Estamos todos de tal modo pervertidos por uma educação que, desde a infância, procura matar em nós o espírito de revolta e desenvolver o de submissão à autoridade; estamos de tal modo pervertidos por esta existência sob o jugo da lei que tudo regulamenta: nosso nascimento, nossa educação, nosso desenvolvimento, nosso amor, nossas amizades, que, se isto continuar, perderemos toda iniciativa, todo hábito de raciocinar por nós mesmos (KROPOTKIN, 2005, p. 164).

Em uma carta endereçada a Francisco Ferrer, felicitando-o em relação à criação da Escola Moderna, de Barcelona, Kropotkin descreve logo nas primeiras palavras alguns aspectos que manifestam a sua concepção de educação e uma ligeira crítica à educação escolar de sua época:

Tudo está por fazer na escola atual. Sobretudo a educação propriamente dita: isto é, a formação do ser moral, ou seja, o indivíduo ativo, cheio de iniciativa, empreendedor, valente, livre dessa timidez do pensamento que caracteriza o homem educado em nossa época; e ao mesmo tempo sociável, igualitário, de instinto comunista, e capaz de sentir sua unidade com todos os homens do universo inteiro e, portanto, despojado das preocupações religiosas, estritamente individualistas, autoritárias etc. que nos inculca a escola (KROPOTKIN, 2014, p. 73).

Kropotkin, acompanhado por seu amigo Élisée Reclus, também cientista, geógrafo e militante anarquista, busca configurar a Geografia enquanto um saber popular e libertário, buscando ressignificar os métodos e conteúdos desta disciplina científica. Para o geógrafo russo, a necessária reforma do ensino de geografia deve seguir, pelo menos, três objetivos principais no sentido de reformular-se enquanto um saber crítico.

O primeiro diz respeito ao caráter multidisciplinar que Kropotkin atribuiu à geografia, destacando nesta multidisciplinaridade as contribuições dos estudos de botânica, da geologia e da zoologia, bem como das ciências humanas, configurando a geografia política, para compor este saber complexo. O segundo objetivo é um apelo ao internacionalismo e à solidariedade entre os povos, romper com a ilusão das fronteiras políticas nacionais através do estudo dos humanos na Terra, das

diferentes culturas, enfim, da nossa diversidade. O terceiro objetivo diz respeito à uma crítica ao etnocentrismo, presença marcante no meio científico europeu no final do século XIX, tempos de neocolonialismo, nos quais grande parte dos povos de continentes que não o europeu e o norte da América são objeto de exploração imperialista. O autor usa o termo "raças inferiores", entre aspas, em sua crítica ao etnocentrismo, embora estivesse justamente criticando o desrespeito aos povos oprimidos, na perspectiva de um europeu.

O ensino de geografia deve, pois, perseguir um triplo objetivo: despertar em nossas crianças o gosto por todas as ciências naturais; precisa ensiná-las que todos os homens são irmãos, seja qual for sua nacionalidade; e ensiná-las a respeitar as "raças inferiores". Assim entendida, a reforma da educação geográfica é imensa: é nada menos que uma reforma de todo o sistema de educação seguido em nossas escolas (Ibidem, p. 41-2).

Outro elemento na concepção acerca da educação em Kropotkin é o debate sobre o que viria a ser o princípio da educação integral: a importância de formar indivíduos com aptidões para trabalhos manuais e intelectuais, também destacando aspectos da educação física e moral. Termos de uma determinada concepção de "indivíduo completo". Este conceito está intimamente relacionado com a concepção utópica anarco-comunista. Permite vislumbrar antes, durante e depois das transformações sociais, a educação enquanto uma ferramenta na transformação da divisão social do trabalho, manifestada no capitalismo, também, na divisão entre trabalho intelectual e manual.

É porventura um sonho conceber uma sociedade onde, sendo todos produtores, recebendo todos uma instrução que lhe permita cultivar as ciências ou as artes, e tendo todos tempo livre de o fazer, se associem entre si para publicarem seus trabalhos suportando a sua parte do trabalho manual? (KROPOTKIN, 2011, p. 75-6).

Félix Garcia Moriyón, estudioso da pedagogia libertária, organizou uma compilação de textos de militantes e educadores anarquistas para compor a obra "Educação libertária" (MORIYÓN, 1989). O texto de Kropotkin escolhido por Moriyón foi o oitavo capítulo da obra "Campos, fábricas e oficinas" (KROPOTKIN, 1909), sob o título de "Trabalho intelectual e trabalho manual", haja vista a importância desta questão para a abordagem sobre a educação em Kropotkin. A este respeito, Moriyón afirma que esta concepção em Kropotkin representa uma percepção:

Mais complexa e rica daquilo que deve pressupor a educação; a educação integral não é só um problema didático restrito ao âmbito da escola, mas também pressupõe toda uma concepção distinta da sociedade e das relações humanas; manifesta-se assim insuficiente a aplicação desse ensino integral e ativo somente à escola, enquanto toda a sociedade funciona de outra maneira. Do mesmo modo, de nada serviria se não fosse

articulada com um projeto antropológico mais amplo cujo pilar básico seria precisamente o apoio mútuo e a solidariedade, a colaboração de todos os seres humanos na solução dos problemas que a natureza nos apresenta. (MORIYÓN, 1989, p. 32).

Como já salientamos, no aspecto da utopia em Kropotkin, a questão do trabalho manual e intelectual está diretamente relacionada com a educação que deve ser estabelecida pelas comunidades autogestionárias que sua utopia anarco-comunista propõe.

4. Murray Bookchin

Murray Bookchin foi, em conjunto com Kropotkin, a principal fundamentação teórica deste trabalho. Em termos de manifestar uma reflexão através de críticas e propostas acerca das questões socioambientais de seu tempo, bem como de algumas poucas considerações ao espaço que a educação deve representar neste contexto. Bookchin foi um militante e teórico tanto de questões pertinentes ao movimento anarquista, quanto daquelas que dizem respeito às demandas ecológicas, desde a metade de século XX até o início de século XXI.

Acredito ser oportuno o estudo da obra deste autor em relação às problemáticas relacionadas com a Educação Ambiental. Principalmente se a considerarmos de acordo com uma perspectiva de criticidade e transformação social, através do conhecimento e reconhecimento destas problemáticas. Ao longo de sua obra, bem como Kropotkin, teceu diversas considerações a respeito de uma crítica contundente ao modo de produção capitalista e das relações que este modo de produção desenvolve. Tanto em seu ambiente construído socialmente, bem como as relações que o capitalismo estabeleceu para com o ambiente natural, que o autor não tardou em descrevê-las enquanto extensão da dominação e exploração constituída socialmente pelos dirigentes de nações e corporações capitalistas. Propôs e desenvolveu, em contrapartida, alternativas e projetos utópicos considerando a realidade socioambiental capitalista relativamente recente, pois suas principais obras foram escritas a partir das décadas de 1950 e 1960. Os aportes ecológicos já eram salientados nos princípios destas utopias libertárias. Elaborou o Municipalismo Libertário, tendo em mãos a consciência histórica em relação aos projetos e tentativas revolucionárias ocorridas ao final do século XIX e início de século XX. Resignificou e atualizou as concepções libertárias, apontando novos caminhos, através de críticas e reflexões sobre temáticas anarquistas e ecológicas, em sua relação com os movimentos sociais e ecológicos.

Neste sentido, aplica-se o mesmo princípio de pesquisa aplicado a Kropotkin em relação à obra de Murray Bookchin. Para atingir minimamente nos aspectos mais relevantes de sua obra, é salientado o tripé sociedade-natureza-educação, entendido enquanto "macro-áreas" de conhecimento da Educação Ambiental. A partir destes eixos esta aproximação teórica constitui-se, tal como em Kropotkin, de

uma discussão acerca da crítica que o autor expõe em relação ao capitalismo e ao Estado, e quais são os projetos utópicos estabelecidos pelo autor enquanto contraponto ao contexto político-econômico vigente; das questões referentes ao ambiente natural e de que modo as sociedades humanas capitalistas estão se relacionando com este ambiente, a concepção de natureza que Bookchin apresenta em sua argumentação, que se propõe abertamente ecológica; e, finalmente, o papel que educação estabelece em relação à manutenção do paradigma socioambiental vigente e quais deveriam ser em relação a um projeto utópico para uma sociedade libertária, igualitária e, ao mesmo tempo, ecológica.

Murray Bookchin dedicou boa parte de sua obra às temáticas ecológicas. Isto desde a década de 1950 e 1960, constituindo desde já um entendimento acerca do debate ecológico profundamente enraizado com as dimensões socioculturais e político-econômicas que este problema encerra. O que se está dizendo aqui é que o pressuposto de considerar as questões ecológicas de modo crítico, considerando nesta criticidade a capacidade de se relacionar a crise ecológica enquanto uma crise socioambiental capitalista, já estava sendo exercido no período em que Bookchin se debruçou sobre estas questões. Embora possa citar outras obras anteriores, me parece que em "Ecología y pensamiento revolucionario", publicada em 1964, Bookchin está desenvolvendo explicitamente, mesmo que introdutoriamente, sua concepção de "Ecologia Social", em termos gerais, aponta: "lo que nosotros estamos observando hoy en día es una crisis no sólo de la ecología natural sino también, sobretudo, de la ecología social" (BOOKCHIN, 2014a, p. 8).

Ainda que esta seja uma afirmação bastante óbvia para as fundamentações teóricas em Educação Ambiental atualmente, esta premissa característica da obra de Bookchin foi articulada e expressada por pelo menos três décadas antes de a Educação Ambiental crítica brasileira trazer esta pauta na década de 1990, em contraponto às macro-tendências conservacionistas e pragmáticas (LAYRARGUES; COSTA LIMA, 2014). Da mesma forma, são restritas as referências a esta perspectiva da "Ecologia Social" libertária de Bookchin. Mais adiante este tópico introdutório será aprofundado, principalmente no trecho deste capítulo dedicado à concepção de natureza e ecologia na obra deste autor.

A trajetória biográfica de Murray Bookchin ajuda a explicar esta percepção

fundamental na ecologia política. Bookchin transitou entre as principais vertentes do movimento operário estadunidense, desde o marxismo-leninismo, stalinismo, trotskismo, até o anarquismo, sendo a perspectiva libertária do anarco-comunismo a vertente mais influente no pensamento deste autor, que também tem em Piotr Kropotkin uma de suas principais influências. Nascido em 14 de janeiro de 1921 em Nova Iorque e descendente de uma família de judeus russos, que haviam participado das agitações sociais russas em 1905 e migraram para os Estados Unidos após ser instaurada a perseguição aos revolucionários russos pelo czarismo. Bookchin aos nove anos de idade já fazia parte da Liga de Jovens Comunistas, da qual foi expulso posteriormente, acusado de discordâncias ideológicas em relação ao stalinismo. Já no período da Revolução Espanhola, na segunda metade da década de 1930, colaborou com um grupo de apoio nova-iorquino articulado com a tendência trotskista. Posteriormente foi membro ativo de sindicatos operários de orientação comunista e também anarco-sindicalista, quando trabalhou na indústria automobilística. A aderência definitiva de Bookchin ao movimento anarquista se deu na década de 1950, quando aderiu à Liga Libertária, criada em 1954 em Nova Iorque. Articulado com as questões sociais de seu tempo, Bookchin manifestou neste mesmo período ocupação com as questões ambientais, dimensão que tradicionalmente não ocupava posição privilegiada nas elaborações teóricas socialistas do período, caracterizando-o como um dos pioneiros da ecologia política (ROJO, 2009; SILVA, 2007).

A seguir, serão discutidas as concepções deste autor em relação aos tópicos propostos pela pesquisa.

4.1. Crítica ao capitalismo

A questão da crítica ao modo de produção capitalista em Bookchin está permeada por temáticas que transitam diretamente pelos outros enfoques deste capítulo. Não há crítica ao capital neste autor sem tratar de temas tais como a hierarquia, o Estado, a crise ecológica e as relações estabelecidas entre sociedade e natureza, bem como a estruturação de uma utopia ecológica capaz de resolver estas problemáticas relacionadas à sociedade capitalista.

Primeiramente, para Bookchin, uma das principais causas dos problemas humanos e ambientais é a hierarquia e o processo de dominação que esta perspectiva estrutural encerra. É a partir da crítica à hierarquia, e das proposições acerca da dissolução das hierarquias através da perspectiva de uma sociedade ecológica e libertária, que propõe enquanto autogestionária, que Bookchin situa a sua teoria socioambiental. O capitalismo, para Bookchin, é o ápice deste processo de dominação hierárquica. Enquanto uma perspectiva social na qual a exploração desenvolvida por parte da humanidade contra seus semelhantes, estendida para o ambiente natural, tensiona a relação entre humanidade e natureza para além dos limites críticos. É neste processo mais desenvolvido de hierarquização socioambiental que ocorre, não por acaso, a situação de crise socioambiental. Sobre o entendimento em relação ao conceito de hierarquia, Bookchin afirma que:

Existe una fuerte necesidad teórica de contrastar "jerarquía" con el uso, más extendido, de las palabras "clase" y "Estado"; utilizaciones descuidadas de estos términos pueden inducir una peligrosa simplificación de la realidad social. Usar las palabras "jerarquía", "clase" y "Estado" interminadamente, como lo hacen muchos teóricos sociales, es insidioso y oscurantista. Esta práctica, en el nombre de una sociedad "sin clases" o "libertaria", podría fácilmente ocultar la existencia de relaciones jerárquicas y de un sentimiento jerárquico, los cuales - incluso en ausencia de explotación económica o de coerción política - servirían para perpetuar el sometimiento (BOOKCHIN, 1999, p. 18).

Neste mesmo texto, que faz parte da introdução da obra na qual aprofunda a questão da hierarquia em relação à sua obra, "La Ecología de la Libertad: el surgimiento y la disolución de la jerarquía", publicado originalmente em 1972, Bookchin manifesta o que quer dizer por hierarquia, seu conceito:

Entiendo por "jerarquía" a los sistemas culturales, tradicionales y psicológicos de obediencia y mandato, no solamente a los sistemas económicos y políticos a los cuales los términos "clase" y "Estado" se refieren más apropiadamente. De acuerdo con esta postura, la jerarquía y la dominación podrían persistir fácilmente en una sociedad "sin clases" o "sin Estado". Yo aludo en cambio a la dominación del joven por el viejo, de mujeres por hombres, de un grupo étnico por otro, de "masas" por burócratas que juran hablar en sus "más altos intereses sociales", del campo por la ciudad, y en un sentido psicológico más sutil, del cuerpo por la mente, del espíritu por una chata racionalidad instrumental, y de la naturaleza por la sociedad y la tecnología. Por cierto, sociedades sin clases pero jerárquicas existen en la actualidad (y han existido en el pasado); no obstante, la gente que vive en ellas ni disfruta de libertad, ni posee control sobre sus vidas (Ibidem, p. 18).

A sociedade capitalista, na crítica de Bookchin, é a principal causadora da crise socioambiental na qual estamos inseridos. As raízes sociais que determinaram este processo crítico desenvolvidas por este modelo social hegemônico, segundo

Bookchin, são várias, desde a ideologia econômica do crescimento sem limites; a exploração predatória de parte da humanidade contra outra parte e em relação à natureza como um todo, para atingir este fim econômico; a competição desenfreada que esta perspectiva econômica impõe; a simplificação da complexidade cultural e natural imposta por este processo em nome da mercantilização social, dentre outros. As fundamentações críticas em relação ao regime capitalista são tantas que Bookchin o qualifica enquanto anti-natural, em "Libertad y necesidad en la Naturaleza", escrito em 1986. Bookchin afirma:

La mercantilización de la humanidad adquiere su forma más perniciosa en la manipulación de los individuos como medios de producción y como medios de consumo.

Aquí, la naturaleza humana, en cada caso, es empleada (en un sentido literal del término) como una técnica de producción o como una técnica de consumo; un mero dispositivo cuyos poderes creativos y auténticas necesidades son igualmente pervertidos en un fenómeno objetivado. Como resultado, nosotros hoy en día tenemos no sólo el "fetichismo de la mercancía" (por usar la famosa formulación Marx), sino también el fetichismo de la necesidad. Los seres humanos entonces se quedarían separados del mundo natural y de su propia naturaleza en una división real, que reemplace aquella teórica que se atribuye a Descartes. En este sentido, el proclamar que el capitalismo es un "orden antinatural" es completamente preciso (BOOKCHIN, 1986b, p. 11).

Trata-se de um processo no qual a grande maioria da humanidade tem suas condições presentes e futuras submetidas aos interesses e privilégios de uma elite hierárquica em nível local e global. Uma ínfima minoria que usufrui e dispõe dos "recursos econômicos", do planeta inteiro, humanos ou naturais. O capitalismo introduz um sistema de convulsiva competição, no qual a ideologia do crescimento sem limites, que é a maior expressão desta necessidade capitalista de concorrência, impõe enquanto destino existencial da humanidade e da natureza, como um todo, a condição de servir às diretrizes e exigências desta minoria privilegiada. Através dos contínuos processos de crise capitalista foram consolidando uma desigualdade social cada vez maior e monopolizando cada vez mais os recursos humanos e naturais em benefício dos capitalistas. É a maior e mais catastrófica expressão que a hierarquia e a heterogestão podem oferecer, não só em nível político e econômico mas, ao conjunto da vida coletiva e individual em nível planetário.

Em "Ecologia e pensamento revolucionário", publicado originalmente em 1964, Bookchin argumenta sobre:

La destrucción moderna del medioambiente es de dimensión global, como su imperialismo (...). El parasitismo humano presente perturba todavía más la atmósfera, el clima, los recursos hídricos, la tierra, la flora y la fauna de

una región; perturba virtualmente todos los ciclos básicos de la naturaleza y amenaza con minar la estabilidad del medio ambiente a escala mundial (BOOKCHIN, 2014a, p. 5).

Já em 1973, quase uma década depois, em "Hacia una sociedad ecologica", vai colocar o problema do capitalismo nestes termos:

En este dominio cuantitativo de la equivalencia, dónde la sociedad es regida por la producción por la producción misma, y el crecimiento es el único antídoto contra la muerte, el mundo natural es reducido a los recursos naturales — el dominio de la explotación gratuita par excellence. El capitalismo no sólo valida las nociones precapitalistas de la dominación de la naturaleza por el hombre; convierte el saqueo de la naturaleza en la ley de vida de la sociedad. El discutir sutilmente con este tipo de sistema sobre sus valores, o el intentar asustarlo con visiones sobre las consecuencias del crecimiento, es meterse con su mismísimo metabolismo. Uno podría más fácilmente persuadir una planta verde a que desista de la fotosíntesis, antes que pedirle a la economía burguesa que desista de la acumulación de capital (BOOKCHIN, 2014b, p. 10).

Esta ordem antinatural capitalista, se considerarmos suas raízes históricas, é herança do processo civilizatório de conquista imperialista europeia em relação aos demais continentes. Foi este episódio histórico que antecedeu e permitiu aos europeus acumularem o capital necessário para desenvolver o processo de industrialização e, conseqüentemente, maior controle do mercado mundial, que já estava submetido aos preceitos coloniais eurocêntricos. O capitalismo é o produto do roubo colonialista autorizado pela ética eurocêntrica da pólvora, desde o século XV até os dias atuais, sendo que no século XX testemunhamos a transferência da hegemonia anteriormente inglesa para os estadunidenses, os mesmos que estão sediando permanentemente a Organização das Nações Unidas, diga-se de passagem.

Os processos históricos desenvolvidos neste contexto civilizatório do europeu invadindo e saqueando as Américas e a África, assassinando e escravizando as populações nativas, um genocídio físico e cultural sem precedentes; mineração escrava de ouro, prata e diamante, dentre outros metais; derrubada de florestas inteiras em favor de monoculturas, como as do algodão na Índia ou a cana-de-açúcar do nordeste brasileiro e no Haiti; guerras nacionalistas em nível mundial, nos quais as colônias também são chamadas para lutar em nome de interesses imperialistas exógenos, em massacres geracionais envolvendo principalmente a população pobre e jovem; para citar apenas alguns dos exemplos dos desastres humanos e ambientais que fundaram o capitalismo, "hay que llegar a la Era

Capitalista moderna para ver al hombre y la naturaleza separados casi como enemigos, y para que el "dominio" del hombre sobre el mundo natural tome la forma de un dominio rudo, y no sólo de clarificación jerárquica" (BOOKCHIN, 1991, p. 73).

Nuevamente, encontramos una sensibilidad occidental que es ajena al pensamiento procesual, al desarrollo y a sus fases, una inhabilidad para ver la naturaleza como un fenómeno cuya organización básica reta nuestros modos de pensamiento mecanicista y analítico. El dualismo es tan profundamente inherente a nuestras operaciones mentales que el esfuerzo conativo de las formas de vida hacia la libertad y la auto-conciencia tiende a dormir dentro de la supra-naturaleza más bien que en la naturaleza, en el reduccionismo más que en la diferenciación, en la sucesión más que en la culminación. Por lo menos esto está en claro: la forma en que nos posicionamos en nuestra visión del mundo natural está profundamente entrelazada con la manera en que vemos el mundo social. En gran medida, de lo último se deriva lo anterior y sirve, a su tiempo, para reforzar la ideología social. Cada sociedad extiende su percepción de sí misma en la naturaleza, sea como un cosmos tribal que esta enraizado en comunidades de parentesco, un cosmos feudal que se origina en y fundamenta una estricta jerarquía de derechos y deberes, un cosmos burgués estructurado alrededor de un sociedad de mercado que fomenta la rivalidad y la competición entre los humanos, o un cosmos corporativista, diagramado como cuadros de flujo, sistemas de retroalimentación y jerarquías que son un espejo de los sistemas operacionales de las sociedades corporativas (BOOKCHIN, 1986b, p. 9).

Em "Liberdade e necessidade na Natureza", de 1986, Bookchin argumenta igualmente que este processo de consolidação do capitalismo ocidental está interferindo diretamente no domínio da subjetividade, moldando nossas concepções sobre a própria identidade individual, coletiva e, extendendo-se, em relação à natureza e ao mundo material mercantilizado.

Considerou-se apresentar alguns aspectos da crítica de Murray Bookchin em relação ao modo de produção capitalista, a seguir veremos qual a relação do Estado com este estado de coisas, qual seu papel na manutenção da exploração e dominação hierárquica capitalista.

4.2. Crítica ao Estado

Tal como qualquer indivíduo que se posiciona em favor dos ideais anarquistas, Bookchin também foi um crítico contundente do Estado e de todo e qualquer modo de vida hierárquico. Em sua obra buscou destacar o papel que esta instituição política exerceu e exerce na manutenção do *status quo*, principalmente na sociedade capitalista. Para além de discutir uma crítica à questão da manifestação sob forma de poder político e classista, que esta instituição social exerce sobre a

grande maioria da população que está submetida a este controle social, Bookchin contrastou o Estado nacional centralizado em relação aos modos possíveis de administrar a vida como um todo, sob perspectiva autogestionária, segundo uma perspectiva mais descentralizada, de base, "baixo para cima", em nível de municípios ou bairros.

Em "Ecologia e pensamento revolucionário", de 1964, Bookchin está desenvolvendo uma argumentação que busca abertamente constituir uma matriz de pensamento ecológico crítico que considere os pressupostos anarquistas. Também busca chamar a atenção do movimento libertário em relação às demandas ecológicas que a crise socioambiental capitalista vem produzindo. Tornar o ecológico anarquista e o anarquista ecológico, foi uma das principais atividades teóricas e práticas que Murray Bookchin desenvolveu em sua vida e obra. Nesta perspectiva o autor ressalta:

El lado crítico de la ecología no deviene solamente del hecho de que entre todas las ciencias ella presenta este sorprendente mensaje a la humanidad, sino de que lo presenta con una nueva dimensión social. Desde el punto de vista ecológico, la inversión de la evolución orgánica es el resultado de la horrorosa contradicción que resulta entre nacional y local, entre estado y comunidad, industria y agricultura, entre producción en masa y artesanía, centralismo y regionalismo, y entre escala burocrática y escala humana (BOOKCHIN, 2014a, p. 11).

Neste trecho transparece o entendimento de Bookchin acerca das relações antagônicas entre um modo de vida capitalista e uma perspectiva ecológica. Saliente, para considerar a questão do Estado, as contradições entre a perspectiva nacional e local, centralismo e regionalismo, mas principalmente entre Estado e comunidade, bem como o que o autor destaca enquanto uma "escala burocrática" em contraponto a uma "escala humana". Estas contradições estão intrínsecamente relacionadas com o desenvolvimento socioambiental hierárquico e, portanto, heterogestionário. O autor destaca o processo de inversão da "evolução orgânica", na qual "sociedades orgânicas" são entendidas enquanto os povos nativos, tradicionais, coletivos nos quais a hierarquia não exerce influência tão central na vida comunitária e, conseqüentemente, as relações com o ambiente natural também não estão permeadas por esta mesma dominação hierárquica. Em "Hacia una sociedad ecológica", de 1973, diz o seguinte, sobre as relações entre hierarquia e natureza: "El quiebre de estas comunidades orgánicas unificadas, basadas en la división sexual del trabajo y en lazos de parentesco, en sociedades jerárquicas y,

finalmente, de clases, gradualmente subvierte la unidad de la sociedad con el mundo natural" (BOOKCHIN, 2014b, p. 7).

El Estado, no obstante, al igual que la ciudad y los propios ámbitos político y social, ha tenido un desarrollo histórico. Emergió gradualmente de una matriz inicial de relaciones jerárquicas, tomando variedad de formas y experimentando diferentes grados de desarrollo durante el curso de la evolución social. Lejos de ser monolítico, "el Estado" como rúbrica incluye Estados en embrión, cuasi Estados parcialmente formados e inestables, imperios, monarquías, Estados federales, teocracias, repúblicas, Estados del bienestar, autocracias, dictaduras y Estados totalitarios. Como todos los sistemas de jerarquía y dominación de clases, los Estados toman diferentes formas, y su desarrollo ha sido, en todos los casos, tortuoso e irregular, múltiple y complejo (BIEHL; BOOKCHIN, 2009, p. 50-1).

Esta crítica está embasada fundamentalmente na perspectiva federalista libertária, que acredita que a única possibilidade real de "democracia" é a exercida de maneira direta, sem intermédio de representantes. É o apelo autogestionário de que os indivíduos estejam organizados em coletivos em nível de bairro ou município e, através de associações livres, possam decidir sobre tudo o que diz respeito à vida, desde as demandas econômicas de produção, distribuição e consumo, bem como as diretrizes sociais, educacionais, ecológicas, culturais, etc. Tal fundamento é necessariamente crítico a qualquer perspectiva de um Estado centralizado que pretenda ou possua o controle, através de uma proporção mínima de indivíduos em relação aos que são controlados, de todos os aspectos da vida humana e natural.

Desde la perspectiva de la ecología, la humanidad ha peligrosamente simplificado su medioambiente. Las ciudades modernas representan las intromisiones regresivas de lo sintético en lo natural, de lo inorgánico (cemento, metales y vidrio) en lo orgánico, y de lo artificial, de estímulos elementales en lo variopinto y naturalmente salvaje. Los grandes cinturones urbanos ahora en desarrollo en las zonas industrializadas del mundo, no sólo son groseramente ofensivos para la vista y el oído, sino que además se están volviendo en crónicamente ruidosos, sitiados por el smog y virtualmente inmovilizados por las congestiones vehiculares.

Este proceso de simplificación del medioambiente humano que lo vuelve cada vez más vulgar y básico, tiene una dimensión física y también una cultural. La necesidad de manipular las inmensas poblaciones urbanas —de transportarlas, alimentarlas, educarlas y de algún modo entretener millones de atiborradas personas diariamente— genera a un descenso del nivel cívico y social. La idea de relaciones humanas organizadas a escala masiva —de orientación totalitaria, centralista y regimentada— conduce a un dominio más individualizado que en el pasado. Técnicas burocráticas de control social reemplazan aproximaciones más humanistas. Todo lo que es espontáneo, creativo e individual ha sido limitado a lo estandarizado, lo regulado y lo masivo. El espacio individual se ha reducido constantemente por las restricciones impuestas sobre el por un aparato social impersonal y sin rostro (BOOKCHIN, 2014a, p. 8-9).

Tal é a leitura anarquista que Murray Bookchin explicita na obra "Ecologia e pensamento revolucionário", e em sua obra como um todo. Uma crítica não só ao

Estado contrapondo aos municípios, mas incluindo também a constituição prejudicial das megalópoles industriais capitalistas, que demandam uma perspectiva de controle de massas, que simplifica e deturpa as relações individuais e coletivas de acordo com os interesses daqueles que controlam este grande aglomerado humano. Descaracterizando e uniformizando as relações humanas e naturais, exercendo um controle individual, coletivo e ambiental de proporções sufocantes, sendo este, o Estado, uma igual expressão da sociedade que vem produzindo a crise socioambiental atual.

4.3. Natureza

Nesta etapa do capítulo, estarão manifestas algumas concepções de Murray Bookchin, principalmente através da sua perspectiva de Ecologia Social libertária, sobre questões relacionadas com o ambiente natural, destaco principalmente suas considerações sobre as relações estabelecidas entre sociedade e natureza e a crise socioambiental capitalista.

Como já salientado antes, para Bookchin a compreensão em relação ao ambiente natural deriva diretamente da qualidade das relações que desenvolvemos entre os próprios humanos, social e culturalmente. A esta perspectiva ecológica, que buscou formular baseado amplamente nos pressupostos libertários do anarquismo, deu o nome de Ecologia Social. É notável esta premissa nos escritos de Bookchin, não há interpretação sobre as questões ambientais que não estejam profundamente engajadas com a crítica social direcionada à questão da hierarquia e ao modo de produção capitalista. Através desta lente interpretativa, as relações estabelecidas socialmente entre os humanos, afetando diretamente a perspectiva de relação com o ambiente natural, estão mediadas pelas máculas do processo civilizatório historicamente construídas segundo uma crescente hierarquização das relações socioambientais e aprofundadas com o advento do domínio globalizado capitalista.

En términos generales, la ecología trata del balance de la naturaleza. En tanto que la naturaleza incluye a la humanidad, es la ciencia que trata básicamente de la armonización entre la naturaleza y la humanidad. Éste es un punto de implicaciones explosivas. Las implicaciones explosivas de una aproximación ecológica se perciben no sólo por el hecho de que la ecología es intrínsecamente una ciencia crítica —de hecho, critica en una escala que los más radicales sistemas político-económicos han fallado en alcanzar—, pero también es una ciencia integradora y reconstructiva. Éste aspecto

integrador y reconstructivo de la ecología, cargado de todas las implicaciones, conduce directamente a ideas sociales anárquicas. En un último análisis, es imposible lograr la armonización de la humanidad y la naturaleza sin crear una comunidad humana que viva en balance permanente con su ambiente natural (BOOKCHIN, 2014a, p. 4).

Já em "Ecologia e pensamento revolucionário", Bookchin está formulando as concepções básicas desta Ecologia Social, e o faz considerando uma concepção de natureza que está incluindo a humanidade na mesma. Ou seja, o ser humano enquanto natureza se relacionando com outras manifestações igualmente desta mesma natureza. A ecologia deve possuir um saber crítico e igualmente construtivo, capaz de perceber as problemáticas pertinentes às relações entre sociedade e natureza, de maneira que possa através destas percepções atuar no sentido de reorganizar estas relações. Através da mudança social de cunho libertário. Em "Hacia una sociedad ecológica", retoma esta questão:

La ecología, quisiera afirmar, adelanta una concepción más amplia de la naturaleza y de la relación de la humanidad con el mundo natural. Según mi modo de pensar, me parece que el balance y la integridad de la biosfera son un fin en sí mismos. La diversidad natural debe ser cultivada no solamente porque mientras más diversificados son los componentes que constituyen un ecosistema, más estable es el ecosistema en cuestión; sino porque la diversidad en deseable en sí misma, es un valor que debe ser mantenido como parte de una noción espiritualizada del universo viviente. Los ecólogos ya han apuntado que cuanto más simplificado es un ecosistema — como en los biomas ártico o desértico, o en la forma de monocultivos para alimentos— más frágil es el ecosistema y más propenso es a la inestabilidad, a las infecciones por pestes y a las catástrofes posibles (BOOKCHIN, 2014b, p. 4).

Através desta perspectiva ecológica crítica, Bookchin apresenta os problemas existentes nesta relação estabelecida entre sociedade e natureza no capitalismo. Para este autor, nunca antes na história do planeta, conseqüentemente da humanidade, as relações estabelecidas entre humanos e natureza foi tão crítica. Herdeiros diretos dos processos sociais que mais trataram de aprofundar os níveis de hierarquia e dominação. Em nome de uma minoria que gestiona todo o conjunto da vida social e ambiental planetária segundo os preceitos do lucro e da acumulação capitalista, que trata a seres humanos e natureza na condição de "recursos", a sociedade humana hoje está submetida ao modo de produção que mais produz crises: sejam elas de ordem humana ou ambiental. O capitalismo é a própria crise. Uma elite política e econômica sustentada, isto sim, pela maioria da população humana e pelo ambiente natural. Por certo, é que em uma perspectiva capitalista de crescimento sem limites, já mencionada antes, não pode de modo algum ser ecológica ou sustentável, se considerarmos este último conceito em seu verdadeiro

significado. Em "Liberdade e necessidade na natureza", de 1986, afirma:

Para superar el problema del conflicto entre necesidad y libertad — básicamente, entre naturaleza y sociedad— debemos ir más allá de construir puentes entre las dos, tales como encontrar sistemas de valores que están basados únicamente en actitudes utilitarias hacia el mundo natural. El argumento de que nuestro abuso de la naturaleza subvierte las condiciones naturales para nuestra propia supervivencia, aunque ciertamente verdadero, es groseramente instrumental. Asume que nuestra preocupación por el resto de la naturaleza descansa sobre nuestro interés propio, más que sobre el sentimiento de una comunidad de la vida de la que somos parte, aunque de una forma única y distintiva.

Dado tal argumento, nuestra relación con la naturaleza no es ni mejor ni peor que el éxito con el cual saqueamos el mundo natural sin lastimarnos a nosotros mismos. Este una autorización para explotar el mundo natural siempre que podamos encontrar sustitutos viables o adecuados para las formas de vidas existentes y para relaciones ecológicas, tan sintéticas, simples, o mecánicas como ellas pueden ser. El tiempo nos ha mostrado que es precisamente esta perspectiva la que ha jugado un rol principal en la presente crisis ecológica, una crisis que resulta no sólo de las disfunciones físicas sino también de un serio degeneramiento de nuestras sensibilidades éticas y bióticas (BOOKCHIN, 1986b, p.4).

Reconhecendo esta relação profundamente conflituosa entre sociedade e natureza, cabe aqui ressaltar as elaborações de Murray Bookchin em relação a uma questão fundamental em sua obra, a crise socioambiental capitalista. Em Bookchin esta crise socioambiental está diretamente relacionada com as consequências do projeto de acumulação capitalista, do "crescimento sem limites", que o ambiente natural limitado não pode suportar. Desta maneira, a relação conflituosa entre o modo de produção capitalista e a natureza se torna aguda. A ânsia devoradora do lucro e da acumulação já passou dos limites permitidos pelo equilíbrio ecológico que regula as condições de vida na Terra, mas o capital continua explorando e tensionando estes limites ambientais.

La cuestión es que el hombre está deshaciendo el trabajo de la evolución orgánica. Por medio de la creación de vastas aglomeraciones urbanas de concreto, metal y vidrio, sobrepasando y minando la complejidad, la sutileza de los ecosistemas organizados que constituyen las diferencias locales en el mundo natural —abreviando, por el reemplazo de un ambiente orgánico altamente complejo, por uno simplificado e inorgánico— la humanidad está desmontando la pirámide biótica que la ha sostenido, por incontables milenios, en la cúspide. En el proceso de reemplazar las complejas interrelaciones ecológicas de las cuales dependen todas las formas avanzadas de vida por otras relaciones más elementales, la humanidad está sostenidamente restaurando en la biosfera un estadio que sólo será capaz de soportar las formas de vida más simples. Si esta profunda regresión del proceso evolucionario continúa, no es ilusorio suponer que las precondiciones necesarias para las formas de vida más elevadas serán destruidas y la Tierra se volverá incapaz de soportar a la humanidad misma (BOOKCHIN, 2014a, p. 11).

Neste contexto de insustentabilidade crônica, Bookchin resalta a simplificação do ambiente natural, ambiente orgânico altamente complexo, fruto de

milhões, bilhões, de anos de evolução, quando este é substituído no meio urbanizado por uma densa camada de cimento, pela industrialização capitalista e seus resíduos tóxicos ao ambiente natural. O ambiente urbano é compreendido ecológicamente enquanto um ambiente artificial simplificado. As relações estabelecidas entre este espaço e o ambiente rural também influenciam na simplificação deste ambiente agrário, responsável por produzir a alimentação suficiente para manter aos que não plantam na cidade, através da industrialização da agricultura e a produção de vastas extensões de terras segundo os princípios do monocultivo. Já em 1964, em "Ecologia e pensamento revolucionário", Bookchin argumenta acerca da simplificação ambiental no meio rural:

La misma simplificación regresiva del medioambiente ocurre en la agricultura moderna. Las personas que son manipuladas en las ciudades modernas deben ser alimentadas y alimentarlas implica la extensión de granjas industriales. Las plantas alimentarias deben cultivarse de modo que permitan un alto grado de mecanización —no para reducir el trabajo humano sino para incrementar la productividad y eficiencia, maximizando la inversión y el rendimiento de la explotación de la biosfera. Concordantemente, el terreno debe reducirse a una planicie chata —como el piso de una fábrica, por decirlo de algún modo— y las variaciones naturales de la topografía deben desaparecer tanto como sea posible. El arado, la fertilización del suelo, el sembrado y la cosecha deben realizarse en escala masiva, frecuentemente con un total descuido respecto de la ecología natural del área. Grandes áreas de tierra deben dedicarse a un solo tipo de cultivo —una forma de agricultura que conduce por sí misma no sólo hacia la mecanización sino también proliferación de plagas. El monocultivo es el medioambiente ideal para la proliferación de plagas. Finalmente, agentes químicos deben utilizarse en grandes proporciones a fin de lidiar con los problemas creados por insectos, hierbas y las enfermedades de los cultivos, para regular su crecimiento, y para maximizar el rendimiento del suelo. El verdadero símbolo de la agricultura no es la hoz (o si se quiere el tractor) sino el aeroplano. Los cultivadores modernos no son representados por el campesino, el hacendado, o incluso el agrónomo —personas de las cuales cabe esperar que tengan una íntima y única relación con las cualidades de las tierras en las cuales ellos cultivan— si no el piloto y el químico, para quienes el suelo es un mero recurso, materia prima inorgánica (BOOKCHIN, 2014a, p. 9-10).

Considerando esta ordem de coisas, esta simplificação ambiental que nos coloca em uma situação de profunda crise socioambiental, esta insustentabilidade nas relações sociais e ambientais derivada de processos históricos de dominação hierárquica, Murray Bookchin elaborou uma utopia ecológica libertária. Libertária porque profundamente enraizada nos preceitos anarquistas, ecológica porque articula estes preceitos libertários aos princípios ecológicos necessários para estabelecer um equilíbrio nas relações entre sociedade e natureza. É o próximo tópico em relação à obra de Bookchin que será apresentado.

4.4. Utopia

O paradigma social proposto por Murray Bookchin, em contraponto à sociedade capitalista e a todo um processo civilizatório baseado na hierarquia e dominação, foi desenvolvido articulando soluções de cunho sociocultural e, também, socioambiental.

Em relação às questões socioculturais, Bookchin argumenta a favor de uma sociedade libertária, anarquista, acredita que somente através de uma transformação social profunda é possível tornar as relações humanas livres, igualitárias e solidárias. Sua utopia social anarquista foi nomeada por "Municipalismo Libertário", uma sociedade ecológica baseada nas propostas libertárias que Murray Bookchin desenvolveu, considerando a herança histórica revolucionária das teorias e práticas anarquistas. O municipalismo libertário busca uma sociedade descentralizada, formada por livres associações de base, autogestionárias, em nível de bairros ou municípios. Cada comunidade manifestando, na medida do ecológicamente possível, autonomia e autosuficiência, não só política e econômica, mas em todos os aspectos essenciais da vida individual e coletiva. Sociedades nas quais são combatidas as tendências hierárquicas em relação a qualquer tipo de dominação: seja ela econômica, política, étnica ou de gênero, e, finalmente, dos humanos em relação à natureza, da qual fazem parte. Em "Ecología libertaria", argumenta que:

No estamos luchando solamente para mejorar nuestras relaciones humanas (...), también el sistema capitalista continua simplificando no sólo una compleja obra de millones de años, sino también el espíritu humano. (...) está privándolo de la complejidad y de la plenitud que contribuyen a formar la personalidad creativa. Por eso nuestra nueva política no debe plantearse como único objetivo salvar al planeta sino crear una sociedad verde, ecológica, con carácter libertario y una alternativa política a nivel de base (BOOKCHIN, 1991, p. 45)

Torna-se importante destacar uma polêmica que diz respeito ao municipalismo libertário em relação ao movimento anarquista. Murray Bookchin, profundamente inspirado no anarco-comunismo de Piotr Kropotkin, que vai caracterizar enquanto orientado ao municipalismo, argumenta que os bairros e municípios devem ser autogestionados através de instituições populares descentralizadas, as livres associações. A questão é que Murray Bookchin admite que estas instituições populares desenvolvam eleições para representantes neste nível de bairro ou município, com mandatos revogáveis caso manifestem

descompromisso com as pautas socioambientais, podendo através destes representantes articular suas pautas com as de outros municípios em federações e confederações. Considerando que o âmbito de tomada de decisão respeite o princípio anarquista "de baixo para cima" e da periferia ao centro.

Bookchin critica as posturas de anarquistas dogmáticos, que em sua visão sofrem de inércia e imobilismo intelectual e prático, incapazes de renovar esta tradição revolucionária diante dos novos tempos e olhando com desconfiança para qualquer alteração teórica e prática em relação ao "anarquismo clássico". Segundo Bookchin argumenta nas fundamentações sobre as "Seis teses sobre Municipalismo Libertário": "é curioso que muitos anarquistas que se entusiasмам com qualquer chácara coletivizada no contexto de uma economia burguesa encare com desgosto uma ação política municipal que comporte qualquer tipo de eleições" (ROCHA, p. 39, 2015). Em "Ecología libertaria", Bookchin reafirma seu conjunto de ideias sobre a necessidade de renovação crítica das propostas anarquistas, considerando as mudanças sociais ocorridas no decorrer de mais de um século:

Si mis cincuenta años de vida me han enseñado alguna cosa, es primero, que el mundo ha cambiado profundamente desde la época histórica del movimiento obrero; segundo, que el anarquismo no es solamente un cuerpo de ideas, una ideología "congelada" definida una vez por todas por sus susodichos "fundadores", sino ante todo un movimiento social que tiene su vida en la acción real de las gentes; y, en fin, que debemos buscar las raíces del anarquismo en las tradiciones específicas de cada pueblo, y no en las ideas inventadas en las academias e impuestas por los lastres de culturas completamente diferentes o por situaciones sociales ajenas. Esta sensibilidad en vez de lo único, la variedad y la diversidad es, a mi modo de ver, la forma de internacionalismo revolucionário más elevada, porque ella permite la creatividad cultural, social e histórica, y no deja lugar a la homogeneidad y la uniformidad totalitaria (BOOKCHIN, 1991, p. 21).

No que diz respeito às questões socioambientais, em sua utopia ecológica libertária, Bookchin busca um projeto social que supere as problemáticas derivadas das relações entre humanidade e natureza que, como salienta em sua "Ecologia Social", são principalmente sociais. Para além deste ponto de partida, Bookchin busca nos aportes ecológicos uma perspectiva diferencial em relação às elaborações utópicas socialistas de períodos anteriores, tarefa que permeia o conjunto de sua obra. Ao reelaborar estes preceitos ecológicos segundo uma perspectiva anarquista, salienta a necessidade de uma "visão mais coerente" em relação ao conjunto destas problemáticas socioambientais em fase crítica. Em "Ecología libertaria" afirma sobre esta perspectiva:

Nuestro problema no reside tanto en mejorar el ambiente, bloquear las

centrales nucleares, impedir la construcción de nuevas calles, la expansión y sobrepoblación de las ciudades, la contaminación del aire, del agua y de los alimentos. La cuestión que debemos afrontar es más profunda, más capital.

Tenemos que llegar a una visión de mundo más coherente. No debemos pensar en proteger a las aves y dar al olvido las centrales nucleares, ni tampoco luchar contra las centrales nucleares descuidando las aves y la agricultura. Debemos alcanzar a comprender los mecanismos sociales y hacerlo de una manera adecuada. Debemos encuadrarlos en una visión coherente, lógica del mundo, que prevea a largo plazo una transformación radical de la sociedad y de nuestra sensibilidad. Hasta que no obtengamos esta transformación, las ventajas que logremos serán de poca monta. Venceremos en alguna batalla, pero perderemos la guerra; mejoraremos en algunos aspectos, pero no obtendremos una auténtica victoria.

Hoy, en el momento culminante de una crisis ambiental que amenaza nuestra propia supervivencia, debemos perseguir el objeto de una transformación radical fundada en una visión armónica, que tome en cuenta todos los problemas. Las causas de la crisis deben resultar lógicas y claras, de manera que todos - nosotros incluidos - las podamos comprender. En otras palabras, todos los problemas ecológicos y ambientales son problemas sociales; problemas sociales relacionados fundamentalmente con una mentalidad y sistema de relaciones basados en la dominación y, en su raíz, en la jerarquía (BOOKCHIN, 1991, p. 38)

De acordo com estes princípios, a sociedade municipalista libertária enquanto uma sociedade orgânica, ecológica, deve estar integrada objetiva e subjetivamente em relação ao ambiente natural. Em termos de conceber esta integração em relação à natureza, Bookchin argumenta a favor de concepções como "eco-comunidades" e "eco-técnicas", enquanto formulações acerca das relações para com a natureza, bem como de uma concepção subjetiva relacionada com estas "eco-técnicas" também enquanto uma "ética ecológica". Estes pressupostos devem ser considerados no sentido de reelaborar as relações entre sociedade e natureza segundo os princípios da Ecologia Social. Em "Liberdade e necessidade na Natureza", Bookchin argumenta que:

Dentro de este nexo de ideas, compromisos y sensibilidades, la libertad humana puede ponerse al servicio de la fecundidad natural; una sociedad participativa al servicio de complejas e interactivas eco-comunidades; poblaciones creativas al servicio de comunidades orgánicas, y la mente al servicio de una naturaleza más subjetivizada. El decir que la naturaleza permanece en la humanidad, tanto como la humanidad permanece en la naturaleza es expresar la necesidad por una relación altamente recíproca entre las dos; en vez de una estructurada alrededor de la subordinación y la dominación. Ni la sociedad ni la naturaleza, se disuelven la una en la otra. Más bien, la ecología social trata de recuperar los atributos distintivos de ambas, en un continuum que da lugar a una ética substantiva, uniendo lo social a lo ecológico sin negar la integridad de cada uno (BOOKCHIN, 1986b, p. 15).

Em termos mais aprofundados, sobre as relações socioambientais que sua proposta encerra:

Una ética ecológica no puede estar divorciada de una técnica que armonice

nuestra relación con la naturaleza —un “metabolismo” creativo con la naturaleza, no uno destructivo. Una eco-tecnología es una tecnología moral. Hay una dimensión profundamente ética en el intento de aproximar el suelo, la flora y la fauna (o lo que pulcramente llamamos la cadena de alimentos) a nuestras vidas, no sólo como una fuente “sana” de comida, sino como parte de un extenso movimiento en el cual el consumo es un proceso no menos creativo que la producción —originándose en el suelo y retornando a él de manera enriquecida, el total de los componentes de los que se produjo el ciclo de la comida. Acá, el consumo va más allá del puro dominio económico de la relación comprador–vendedor; de hecho, más allá del mero dominio material de la sustancia y entra en el dominio ecológico como un modo de incrementar la fecundidad de una eco-comunidad. Una tecnología ecológica —para el consumo no menos que para la producción— sirve para incrementar la complejidad, no para simplificarla, como es el caso de la técnica moderna. Por la misma razón, una ética ecológica no puede estar divorciada de una política de la participación, una política que fomenta el auto-empoderamiento, más bien que el empoderamiento del estado. Tal política debe volverse una verdadera política comunal, orgánica en el sentido de que la participación política es literalmente protoplasmática y comunal por asambleas, discusiones cara-a-cara que son reforzadas por la veracidad del lenguaje corporal, tanto como por el razonamiento del proceso del discurso. La ética política que se sigue de estos fundamentos debería crear una comunidad moral, no sólo una “eficiente”; una comunidad ecológica, y no sólo una contractual; una práctica social que incrementa la diversidad, no sólo una política cultural que invita a la participación pública más amplia (BOOKCHIN, 2014b, p. 14-5).

Portanto, pode-se afirmar que a utopia ecológica libertária de Murray Bookchin demanda uma transformação em termos socioambientais, que estão articulados com uma transformação nas relações humanas e destes com a natureza. As relações de produção, distribuição e consumo devem estar permeadas por uma compreensão ecológica que estas relações encerram. A utopia de Bookchin, tal como a de Kropotkin, leva em consideração primeiramente as necessidades humanas e, agora, também as necessidades básicas de equilíbrio ecológico do ambiente natural.

4.5. Educação

Na obra de Murray Bookchin as considerações explícitas em termos de educação são bastante raras. Em verdade, quando Bookchin situa o termo educação, de modo geral, está situando o processo no âmbito das relações e do cotidiano.

Para Bookchin, as relações estabelecidas em sociedade, destacando principalmente as relações entre indivíduos e coletivos que buscam emanciparem-se das relações de hierarquia e dominação capitalistas, produzem trocas capazes de

educar estes mesmos indivíduos e coletivos. A educação é direcionada para a aptidão e empoderamento acerca da luta contra o capitalismo e da construção de uma sociedade ecológica e libertária. Trata-se de um processo educativo não-formal, baseado na troca de experiências e engajamento individual e coletivo, visando a formação de quadros autogestionários.

Esta concepção de educação em Bookchin está diretamente influenciada pelo princípio grego, mais especificamente ateniense, da Paidéia. Uma educação, para e através, da participação em assembléias públicas, visando a constituição de um engajamento individual e coletivo, com forte acentuação na questão ética, para exercer de modo integral a cidadania. Salienta-se neste aspecto a importância desta formação para capacitar cada membro individual dos coletivos libertários para a autogestão da vida social e ecológica, considerando a utopia ecológica do municipalismo libertário.

Na obra "As políticas da ecologia social: municipalismo libertário" (BIEHL; BOOKCHIN, 2009), Janet Biehl, que conheceu Bookchin no final da década de 1980 e posteriormente permaneceu enquanto companheira e colaboradora até o falecimento de Bookchin em 2006, desenvolve reflexões mais aprofundadas sobre estas mesmas questões nos capítulos "Construindo um movimento" (p.71-80) e "A formação da cidadania" (91-100).

Ademais, estes pressupostos aparecem com bastante ênfase no texto "Autogestão e nova tecnologia", de 1986, no qual Bookchin afirma esta perspectiva de educação em relação a organizações autogestionárias de cunho anarquista:

La organización anárquica, con su política de acción directa, es, por definición, el instrumento educativo para la consecución de estos antiguos objetivos. Es el ahora donde, como antaño, se realiza la política de la personalidad. En su medio, los "grupos de afinidad" representan una forma de asociación única en su género, fundada sobre el reconocimiento de la capacidad y la competencia de todos sus miembros o, por lo menos, sobre el reconocimiento de la necesidad de alcanzar este nivel de individualidad. Cuando estos grupos cesan de ejercitar su obra educativa en este sentido, se convierten en otra cosa. Peor aún, "producen" militantes y no anarquistas, subordinados y no individuos. En su acepción ideal, el grupo anarquista de afinidad es una asociación sobre bases éticas de individuos libres y dotados de gran fuerza moral, con capacidad para autogobernarse consensualmente utilizando y respetando las respectivas capacidades y competencias. Sólo si alcanzan esta condición, y consecuentemente, sólo si alcanzan a través de un proceso revolucionario el estado de individuos, sus miembros pueden definirse como verdaderos revolucionarios: ciudadanos de una futura sociedad libertaria (BOOKCHIN, 1986a, p. 3).

Portanto, considera-se razoável afirmar que para Murray Bookchin a educação está diretamente relacionada com a possibilidade de formar indivíduos empoderados em termos de consciência e engajamento. Indivíduos capazes de atuar coletivamente, de transformar a realidade socioambiental capitalista no sentido da utopia ecológica municipalista libertária.

5. Pedagogia Libertária

Nos capítulos anteriores, através das teorizações de Kropotkin e Bookchin se buscou demonstrar um panorama geral em relação à crítica ao capitalismo e ao Estado e a utopia anarquista, concepção de natureza e as relações estabelecidas da sociedade em relação a esta, presente na obra destes dois autores em termos sociais e ambientais. Igualmente nas questões referentes à educação.

Neste capítulo serão abordadas as concepções anarquistas em educação. A questão educacional historicamente esteve presente nas elaborações teóricas e práticas dos militantes anarquistas. Seu papel em relação à capacidade de mobilização de indivíduos e coletivos para transformar a realidade social e reconstruí-la a partir dos ideários libertários, embora discutida a dimensão que poderia ou deveria ter, esteve nas pautas dos debates libertários. Do mesmo modo que os anarquistas se opuseram criticamente ao modo de produção capitalista e ao Estado, as percepções críticas em relação às problemáticas educacionais no ambiente capitalista não passaram despercebidas. Da mesma forma que elaboraram projetos sociais utópicos em contraponto à sociedade capitalista e estatal, também desenvolveram concepções pedagógicas próprias. Percebiam que a educação tinha o propósito de fornecer condições de indivíduos e coletivos emanciparem-se com fins de construir uma sociedade libertária e, ao mesmo tempo, igualitária.

A educação, de acordo com os anarquistas, não era o único nem o mais importante agente responsável pelo desencadeamento da revolução social e pela consolidação das mudanças por ela provocadas; mas era evidente, para eles, que sem a formação prévia de consciências e vontades libertárias por meio de tarefas adequadas, entre as quais incluíam-se as educacionais, a transformação social correria o risco de tomar um rumo não desejado (...) É precisamente neste ponto que fica esclarecida a articulação que existia para os anarquistas entre as atividades educacionais e o processo de mudança social. De fato, a educação tinha uma enorme responsabilidade nesse processo pois era encarada como um privilegiado agente formador de mentalidades e vontade libertárias capazes de atuar em dois sentidos distintos: de um lado, estimular e impulsionar o processo de mudança social segundo os critérios libertários, e, de outro, garantir a não-degeneração da nova ordem social (MORIYÓN, 1989, p. 8-9).

Desta maneira, a organização deste capítulo buscará contemplar igualmente o aspecto da crítica libertária, da negação, ao paradigma da educação no modo de produção capitalista e também explorar as propostas que os anarquistas desenvolveram na teoria e na prática em termos pedagógicos. No primeiro momento será apresentada a crítica da educação no capitalismo, buscando demonstrar de

que modo os processos e a estrutura educacional são instrumentalizados na manutenção das condições sociais hierárquicas. O segundo e terceiro momento deste capítulo terá por objetivo apresentar as formulações teóricas e práticas, respectivamente, que os militantes anarquistas desenvolveram em contraponto às críticas anteriormente citadas.

Com relação aos aspectos teóricos, serão explorados os princípios/conceitos pedagógicos libertários que fundamentam a perspectiva educacional anarquista, são eles o "antiautoritarismo pedagógico", a "autogestão pedagógica" e a "educação integral". Na sequência serão discutidas as práticas dos militantes anarquistas no âmbito da educação, dentre elas as experiências mais reconhecidas historicamente pelo movimento: as iniciativas de Paul Robin, Sébastien Faure e Francisco Ferrer. Serão abordadas também outras iniciativas educacionais do movimento anarquista desenvolvidas em ambientes escolares ou alternativos à escola. Inclusive algumas experiências no Brasil influenciadas pela perspectiva da Escola Moderna de Ferrer.

Considera-se oportuno este debate em relação às concepções educacionais anarquistas por duas motivações principais.

O primeiro aspecto salientado é que os militantes anarquistas desenvolveram estas propostas educacionais alternativas ao que estava posto no contexto histórico capitalista. Uma vez que seus ideais libertários contradiziam os pressupostos de uma educação religiosa ou de qualquer instituição privada, e igualmente consideravam nociva a influência ideológica da educação estatal, formularam concepções educacionais próprias que transcendiam os paradigmas pedagógicos de seu tempo. Uma vez que a educação capitalista está centrada na autoridade e na competição, próprias dos mecanismos deste paradigma social, as teorias e práticas pedagógicas anarquistas, baseadas em uma formação para uma sociedade alternativa, estavam concebendo uma educação de qualidades para além de seu tempo. Influenciaram igualmente pedagogias alternativas e populares posteriores, embora esta contribuição nem sempre tenha sido reconhecida pelos historiadores da educação.

A segunda motivação está no fato de que a Educação Ambiental pode representar, se assim o quiser, um campo aberto para experimentações pedagógicas, no sentido de romper com os estreitos limites da educação capitalista.

Neste sentido, o conjunto de teorias e práticas libertárias em educação, tem o potencial de representar importantes inovações na direção de ampliar o horizonte pedagógico de uma educação que se propõe a contribuir para a resolução dos problemas socioambientais que enfrentamos na sociedade capitalista.

5.1. Crítica à educação no capitalismo

A crítica elaborada pelos anarquistas em relação à educação no ambiente capitalista traduz enfaticamente os ideais professados por este movimento social. Como já mencionado anteriormente, os movimentos socialistas europeus, do século XIX, herdaram e reformularam os ideais da Revolução Francesa, segundo a perspectiva de crítica da sociedade burguesa. Deste modo, os anarquistas não foram exceção.

É possível afirmar que as principais críticas dos anarquistas em relação ao tema da educação estão intrinsecamente articulados com estes ideais. No movimento anarquista, e já foi citado em Kropotkin neste estudo, são de liberdade, igualdade e solidariedade, também cunhada pelo termo kropotkiniano do "apoio-mútuo". Nestes termos, igual como o que ocorre em relação à sociedade burguesa, os libertários criticaram os aspectos derivados das características autoritárias, hierárquicas e desiguais, bem como a competitividade, existentes na educação elaborada segundo os propósitos do capitalismo.

Na sociedade capitalista é possível de se perceber uma concepção que atribui uma centralidade bastante considerável à questão da escolarização quando o assunto é a educação. Deste modo, permeia socialmente o entendimento de que os processos educativos estão identificados com instituições estatais ou privadas, detentoras de um determinado saber necessário às práticas sociais dentro de um determinado ambiente social. Através desta estrutura, o Estado, por exemplo, trata de impor mais uma espécie de resignação nos governados, a de que o Estado é necessário, entre outros tantos âmbitos da vida, para que exista educação. José Oiticica, militante anarquista, critica a influência da educação estatal nestes termos:

A chave dessa educação burguesa é o preconceito. O Estado, exatamente pelo mesmo processo usado com os soldados, vai gravando, a força de repetições, sem demonstrações ou com argumentos falsos, certas ideias capitais, favoráveis ao regime burguês, no cérebro das crianças, dos

adolescentes, dos adultos. Essas ideias, preconceitos, vão se tornando, pouco a pouco, verdadeiros dogmas indiscutíveis, perfeitos ídolos subjetivos. A idolatria política, na verdade, é um processo tradicional de deformação da mentalidade humana em favor do capitalismo. Essa idolatria embute no espírito infantil os chamados deveres cívicos: obediência às instituições, obediência às leis, obediência aos superiores hierárquicos, reconhecimento da propriedade particular, intangibilidade dos direitos adquiridos, amor da pátria até o sacrifício da vida, culto à bandeira, exercício do voto, necessidade de parlamentos, tribunais, força armada, etc (GALLO, 1995, p. 114).

Segundo Ivan Illich, este pressuposto desencoraja os indivíduos a buscar meios de educarem-se entre si e adquirirem conhecimentos em ambientes alternativos e/ou antagônicos à lógica capitalista e estatal. De forma que, quando se escolariza, o indivíduo passa a "confundir ensino com aprendizagem, obtenção de graus com educação, diploma com competência, fluência no falar com capacidade de dizer algo novo" (ILLICH, 1973, p. 21). Esta hipótese proporciona o argumento fundamental para que o Estado torne o ensino obrigatório dentro de seu território.

A sua discordância para com o ensino público, foi, a propósito, um dos pontos centrais na divergência dos anarquistas com as demais correntes do socialismo que, de modo geral, consideravam como progressista a reivindicação da educação como um direito básico do cidadão e um dever do Estado, engajando-se em frequentes lutas pela implantação de escolas públicas, pela sua ampliação e pela melhoria na qualidade do ensino nelas oferecido (GALLO, 1995, p. 111).

O aspecto do autoritarismo presente nas críticas libertárias já começa pela centralidade da educação, em todos os níveis, na autoridade do educador. O educador é percebido enquanto o indivíduo que "sabe" e tem a função social de ensinar aqueles que "não sabem". Nas relações estabelecidas entre educador-educando, neste contexto escolar, restrito é o espaço para a liberdade e, conseqüentemente, a responsabilidade dos educandos no processo educativo. A educação se realiza fundamentalmente segundo os princípios heterogestionários, "de cima para baixo".

Para além desta relação hierárquica estabelecida oficialmente nas relações entre educador-educando nas salas de aula da escola capitalista, o próprio educador está submetido às exigências da burocracia estatal ou privada. Isto ocorre tanto na hierarquia presente no âmbito da administração escolar, como também nas diretrizes estabelecidas para além da escola, em nível estatal. Considerando aqui as decisões centralizadas em nível de Estado a respeito da educação, em todos os aspectos, desde os currículos e conteúdos até o financiamento destinado para esta prática. O educador está na base da hierarquia institucional da educação, e pouco

lhe resta de poder de decisão a respeito das diretrizes educacionais das quais está incumbido de exercer na prática docente.

Assumir a perspectiva anarquista não significa negar a eficiência de nenhuma das outras, mas sim a tentativa de um caminho diferente que, se traz determinadas inovações, não deixa de apresentar também suas dificuldades, como assumir abertamente a luta contra o Estado, com todas as consequências que ela deve trazer.

No paradigma anarquista, a educação pública não é e nem deve ser uma função do Estado, mas sempre uma responsabilidade da comunidade, da sociedade. Assim, cada grupo social deve auto-organizar-se para constituir um sistema de ensino, definindo-lhe os conteúdos, a carga horária, a metodologia, os processos de avaliação, etc., sempre num regime de autogestão (GALLO, 1995, p. 146).

Outra questão é a desigualdade de condições que permeia a educação. Considerando a realidade social que envolve o ambiente educacional, seria difícil imaginar algo diferente da situação observada. A própria organização social, baseada na desigualdade, se articula fundamentada em relações norteadas pela existência de diplomas escolares sucessivos, que também sustentam a hierarquização social. A estratificação social desenvolvida por meio da hierarquização laboral torna necessária a existência tanto dos diplomados e/ou tecnocratas quanto dos jovens e adultos não alfabetizados. Afinal, apreciando o caráter fundamental de desigualdade que nutre as relações humanas capitalistas, percebe-se que as políticas educacionais no capitalismo são direcionadas a atender estas demandas representadas pelos diferentes níveis desta pirâmide social. Basta identificar os diferentes modelos e níveis educacionais propostos pelo Estado (universitário, técnico, cursos profissionalizantes, campanhas de alfabetização de adultos, etc.).

Piotr Kropotkin, que obviamente nunca leu Pierre Bourdieu, possuía uma concepção de indivíduo e sociedade fundamentados na articulação igualitária do trabalho manual e intelectual realizado por todos. Ao criticar as relações entre trabalho e educação no capitalismo salienta: "o engenheiro, o sábio, o doutor exploram um capital - o seu diploma" (KROPOTKIN, 2011, p. 113). Desta forma, tal como o indivíduo possuidor de diploma de doutorado, o indivíduo não alfabetizado faz parte de uma categoria social pertinente e essencial às relações capitalistas de produção. Sem a presença dos grupos sociais não alfabetizados, por exemplo, os serviços que exigem mão-de-obra barata encontrariam maiores dificuldades em contratar profissionais dispostos a exercer atividades precarizadas.

Este debate nos remete ao terceiro aspecto salientado, o da competição. No capitalismo, a ascensão social só é bem-vinda quando ocorre individualmente, de modo elitista, sem colocar em cheque a ordem das coisas. Nestes termos, os anarquistas aboliram em suas experiências pedagógicas a utilização de avaliações classificatórias, de provas, bem como prêmios ou castigos relacionados com estas classificações. O argumento principal foi, e é, de que estes sistemas de classificação introduzem e/ou aprofundam estímulos competitivos entre aqueles que estão sendo avaliados. Além do mais, considera-se arbitrário atribuir um conceito "A", "B" ou "E" para cada indivíduo, dotado de características e potenciais próprios, baseado em um mesmo exame aplicado a todos educandos.

O mais importante é eliminar completamente qualquer tipo de competitividade, reforçado por um acentuado sentido da disciplina e da hierarquização que, como já vimos, tende a perpetuar relações de dominação e dependência e a tornar impossível as relações de igualdade e solidariedade (MORIYÓN, 1989, p. 26).

Compreende-se que estes rituais escolares em torno da competição condicionam os indivíduos a se inserir no mercado de trabalho adaptados, sem questionamentos, ao regime de alta competitividade que o caracteriza. Por todos os meios de publicidade e propaganda capitalistas, incluindo aí a escola, o darwinismo social continua a ser ensinado em novos termos: "enquanto eles dormem, trabalhe...", pro patrão, eles dizem.

Através desta abordagem crítica da educação no capitalismo, os anarquistas desenvolveram teorias e práticas pedagógicas próprias. A seguir serão apresentados os princípios norteadores da pedagogia libertária: o antiautoritarismo pedagógico, a autogestão pedagógica e a educação integral.

5.2. Antiautoritarismo Pedagógico

Com especial posição nas discussões acerca das pedagogias alternativas e em crítica às concepções hegemônicas em educação, a problemática pertinente à relação entre liberdade e autoridade, sem deixar de estar relacionada ao seu desvio negativo em autoritarismo, representa um debate importante nas teorias libertárias em educação. Por se tratar de uma perspectiva pedagógica que está intimamente atrelada a um projeto de transformação social, visando possibilidades de maior

liberdade e igualdade em termos sociais, é uma discussão fundamental para esta concepção pedagógica. A pauta do papel que a liberdade e a autoridade exercem na construção deste “que fazer” pedagógico, em consonância com a diretriz proposta em termos de mudança social, torna-se fundamental.

Considerando a perspectiva pedagógica anarquista, é bastante apropriado explicitar as relações que podem ser estabelecidas entre liberdade e autoridade, e autoritarismo. No livro “Anarquismo y educación”, Francisco José Cuevas Noa argumenta que:

Convieni aclarar aquí que el anarquismo se suele oponer a la autoridad de tipo “negativo”, es decir, a aquella emanada de relaciones arbitrarias de poder y a aquella que se hace obedecer para conseguir sumisión. Existe otro tipo de autoridad, digamos de tipo moral, que se basa en el reconocimiento de la sabiduría de determinadas personas, que despiertan admiración (no sumisión) y que se entiende como un tipo de autoridad “positiva” que se acepta porque ayuda al crecimiento autónomo del educando (CUEVAS NOA, 2014, p. 76).

A título de exemplificação, considera-se pertinente uma passagem de Mikhail Bakunin em “Deus e o Estado”, acerca de uma concepção negativa de autoridade, relacionando-a a educação de adultos:

O princípio de autoridade, aplicado aos homens que ultrapassaram ou atingiram a maioridade, torna-se uma monstruosidade, uma negação flagrante da humanidade, uma fonte de escravidão e de depravação intelectual e moral. Infelizmente, os governos paternalistas deixaram as massas populares se estagnarem numa tão profunda ignorância que será necessário fundar escolas não somente para as crianças do povo, mas também para o próprio povo. Destas escolas deverão ser absolutamente eliminadas as menores aplicações ou manifestações do princípio de autoridade. Não serão mais escolas; serão academias populares, nas quais não se poderá mais tratar nem de estudantes, nem de mestres, onde o povo virá livremente ter, se assim achar necessário, um ensinamento livre, nas quais, rico de sua experiência, ele poderá ensinar por sua vez muitas coisas aos professores que lhe trarão conhecimentos que ele não tem. Será pois um ensinamento mútuo, um ato de fraternidade intelectual entre a juventude instruída e o povo (BAKUNIN, 1988, p. 44-5).

Por outro lado, Silvio Gallo, busca trabalhar com um conceito positivo de autoridade, entretanto, a autoridade aparece nas relações pedagógicas entre educador e educando enquanto uma condição inicial que deve ser superada por relações autônomas.

A tarefa da pedagogia libertária é uma tarefa destrutiva, des-construtiva: é preciso primeiro destruir para depois criar (...). Nessa perspectiva, deve-se partir da vivência da autoridade, como vimos anteriormente, para destruí-la paulatinamente, enquanto a liberdade é conquistada e construída como fenômeno ao mesmo tempo individual e coletivo (GALLO, 1995, p. 216).

Na “Enciclopédia Anarquista” de Sébastien Faure, Voline, ao definir o conceito de autoridade e relacioná-lo ao tema da educação, afirma que:

No tema da educação, a única autoridade admitida e ao mesmo tempo indispensável, é aquela, pura e verdadeiramente moral, de um educador consciente de seu escopo delicado e que sabe aplicar devidamente a arma da autoridade. A livre influência, a persuasão, o bom exemplo, o sério raciocínio, uma razoável e afetuosa repreensão, tais são os meios aceitáveis dessa autoridade (CODELLO, 2007, p. 361).

Neste sentido, é possível argumentar que uma das possibilidades que os libertários desenvolvem em relação ao processo educativo, diz respeito a uma certa diretividade possível pela autoridade do educador ao processo pedagógico anarquista. A autoridade do educador é possível de ser afirmada com a condição de que ela não seja um empecilho para a liberdade, para o diálogo, para as condições de emancipação e libertação dos educandos e do próprio educador. Esta perspectiva propõe ao papel do educador um compromisso social no sentido de atuar na construção de condições concretas de realizar a utopia atravessada pela pedagogia libertária, de transformação social em acordo com outro projeto de sociedade.

A discussão acerca da questão “autoridade-liberdade” certamente demanda um estudo mais minucioso, ao mesmo tempo mais sutil e mais denso, problematizador. Por certo, é possível admitir que educar para transformar pode implicar em um direcionamento educacional coerente com esta transformação social almejada. Neste contexto, o educador ocupa um papel essencial neste processo educacional e, de certa maneira, é corresponsável por engajar o coletivo discente nesta pedagogia para uma utopia transformadora, caso isto seja também da vontade coletiva.

Embora sejam possíveis diferentes leituras, por diferentes teóricos libertários, acerca da questão da liberdade e autoridade, do direcionamento e engajamento pedagógico, buscou-se evidenciar a perspectiva que aponta para o engajamento aberto do educador no processo educativo desconsiderando propositalmente concepções não-diretivas que podem estar amparadas nesta pedagogia. É o que Cuevas Noa vai caracterizar enquanto “teorias anarquistas de caráter sociopolítico” (CUEVAS NOA, 2014, p. 68), em contraposição às teorias não-diretivas libertárias.

Considera-se esta discussão enquanto fundamental no que concerne a quaisquer pedagogias que se pretendam enquanto críticas e transformadoras, pois possui uma íntima relação com os rumos que esta transformação social, almejada através, também, da transformação educacional, pode vir a realizar.

5.3. Autogestão Pedagógica

O princípio da autogestão pedagógica representa um importante referencial teórico e prático para a pedagogia libertária. Em concordância com os fundamentos sociopolíticos anarquistas, a autogestão pedagógica fundamenta na dimensão da educação o princípio anarquista da autogestão. O princípio da autogestão pedagógica está fundado em dois aspectos, a estrutura e os processos educacionais. A organização estrutural do ambiente educativo esteja sob a responsabilidade e a gestão de todos os envolvidos nos processos de ensino-aprendizagem de forma horizontal, não-hierárquica. Igualmente, propõe a ressignificação das relações sócio-pedagógicas estabelecidas neste ambiente, no sentido de desconstruir relações hierárquicas, como por exemplo, gestão escolar/educador e educador/educando. Visa construir relações horizontais, igualitárias, nas quais os processos pedagógicos se constituam no ensino e aprendizagem mútuos entre os indivíduos envolvidos, diluindo as hierarquias para constituir uma experiência prática autogestionária.

Parte-se do pressuposto de que a intervenção pedagógica não é neutra, mas sim, uma atividade que está inserida em determinado tempo e espaço social, permeado por diferentes conflitos de ordem política, econômica, sociocultural, epistemológica... Portanto, embora seja admitida ou não, toda proposta educacional é condicionada e condicionante de processos sociais, apresenta um aspecto político, uma perspectiva individual e coletiva de formação humana. Em resumo, se posiciona a favor ou contra as relações sociais e de poder vigentes na sociedade na qual estão inseridas (CUEVAS NOA, 2014).

A perspectiva pedagógica libertária, representa uma proposta de educação popular concebida no seio das contradições de classes existentes no modo de produção capitalista. Neste contexto, toma partido em favor dos oprimidos e busca

proporcionar condições de emancipação social. Por consideração ao princípio autogestionário, os anarquistas defendem que os coletivos organizados não devem estabelecer vinculação estatal ou religiosa. Isto, em referência à crítica histórica por parte dos anarquistas ao caráter hierárquico e autoritário, doutrinário e disciplinador, servil ao modo de produção capitalista, atribuído, por exemplo, a instituições como o Estado-nação moderno e a Igreja Católica.

Em contraponto, o coletivo organizado deve ser um ambiente de formação no qual o princípio da autogestão é vivido no cotidiano, caracterizando um processo dialético característico da perspectiva bakuniniana de desconstrução da heterogestão/construção da autogestão, facilitando um processo de problematização e transformação individual e social (GALLO, 1995). A dimensão individual diz respeito à relação do indivíduo consigo mesmo, sua subjetividade, e com o meio socioambiental no qual está inserido, amparando uma reflexão/ação transformadora na medida em que o indivíduo constrói, coletivamente, sua autonomia. A transformação coletiva está intrinsecamente relacionada com a transformação, quantitativa e qualitativa, que se estabelece entre os indivíduos pertencentes ao coletivo organizado, no sentido de desconstrução das hierarquias.

O potencial transformador deste coletivo é de permear e difundir estas vivências relacionais em autogestão para o restante da sociedade na qual o coletivo está inserido: o pedagógico na autogestão. Para realizar estes objetivos, historicamente a educação libertária não restringiu suas ações à escola formal, mas apoiou e desenvolveu participações em instituições auxiliares da escola. Tais espaços alternativos como a imprensa, os sindicatos, as bibliotecas, todas de caráter libertário e autogestionário como a própria escola. Deste modo, buscando a articulação destas organizações com os movimentos de libertação da opressão como um todo, desenvolvendo assim o caráter pedagógico destes ambientes e ações sociais de cunho político.

O autogestionário na pedagogia trata de fundamentar uma prática libertária em educação. No ambiente escolar autogestionário, através dos princípios anarquistas, as relações pedagógicas devem ocorrer pela aprendizagem e ensino mútuos. O trabalho ocorre sempre por meio de princípios solidários, desconstruindo os argumentos e práticas que ordenam a competição compulsória entre indivíduos,

quando submetidos à sociedade capitalista. Neste sentido, a relação docente-discente deve ser problematizada, não mais educador e educando, mas sim educadores e educandos ensinando e aprendendo através de relações horizontais permeadas pelo apoio mútuo e pela liberdade.

5.4. Educação Integral

As elaborações teóricas anarquistas em torno da noção de educação integral representam uma estratégia pedagógica que busca tensionar os limites da sociedade de classes. Seu fundamento está pautado na formação integral do indivíduo, capaz de fornecer subsídios para que os educandos possam construir sua autonomia, individual e coletiva, através do exercício, principalmente, das capacidades de trabalho manual e intelectual.

A importância dada pelos anarquistas a estas capacidades reside na crítica da sociedade heterogestionária capitalista. Esta crítica está relacionada com o fato de existir uma divisão do trabalho que também se fundamenta na divisão entre intelectuais, em geral de uma classe hegemônica, e trabalhadores manuais e braçais, em posição social desprivilegiada. Esta dicotomia pode ser identificada enquanto um elemento fundamental a ser superado em um processo revolucionário, articulando condições para que a emancipação dos oprimidos seja obra dos próprios emancipandos. Segundo Cuevas Noa:

Las sociedades desiguales, bien sean feudales o de clases, se basan sobre la separación del trabajo intelectual del trabajo manual, y esta división se acentua extraordinariamente en la sociedad capitalista resultado de la Revolución Industrial, que afecta al trabajador negativamente mediante un proceso de alienación. El socialismo va a cuestionar este proceso de división y propone su superación mediante una sociedad donde el trabajo integre la actividad física y intelectual, y no se valore más el intelecto. En el contexto del siglo XIX los primeros socialistas no autoritarios, fundamentalmente Proudhon y Bakunin, proponen la idea anarquista de educación integral como camino para la superación de esta alienación (CUEVAS NOA, 2014, p. 78).

O conceito de educação integral teorizado pelos anarquistas, em fins do século XIX, já antecipa a crítica desenvolvida ao paradigma científico ocidental de especialização cada vez mais acentuada, em termos de funções e/ou áreas de saberes disciplinados. Sébastien Faure (1858-1942), educador anarquista fundador da Colméia, uma das experiências pedagógicas anarquistas mais celebradas pelos

libertários, ao refletir sobre esta experiência pedagógica e seus fundamentos baseados na educação integral, afirma:

A educação deve por objeto e por resultado formar seres tão completos quanto seja possível, capazes de ir mais além de suas especialidades cotidianas, quando as circunstâncias ou as necessidades o permitam ou o exijam: os trabalhadores manuais, de abordar o estudo de um problema científico, de apreciar uma obra de arte, de conceber ou de executar um plano, até mesmo de participar de uma discussão filosófica; os trabalhadores intelectuais, de pôr a mão à massa, de se servirem com destreza dos seus braços, de fazerem, na fábrica ou nos campos, um papel decente e um trabalho útil (FAURE, 2015, p. 109).

Piotr Kropotkin ao formular as bases de um projeto social utópico em “A Conquista do Pão”, identifica na educação um fator fundamental para a emancipação da humanidade.

Se nós desejamos a revolução social, é, certamente, em primeiro lugar, para assegurar o pão a todos, para metamorfosear esta sociedade execrável, onde cada dia vemos trabalhadores robustos andarem com as mãos abanando por não terem um patrão que os queira explorar; mulheres e crianças vaguearem de noite sem abrigo; famílias inteiras reduzidas a pão seco; crianças, homens e mulheres morrerem por falta de cuidados, se não de alimento. É para pôr termo a estas iniquidades que nos revoltamos. Mas nós esperamos outra coisa da Revolução. Vemos que o trabalhador, obrigado a lutar penosamente pela vida, está reduzido a nunca conhecer esses altos gozos – os mais altos que sejam acessíveis ao homem – da ciência e, sobretudo, da descoberta científica; da arte e principalmente da criação artística. É para lhe deixar o tempo, a possibilidade de desenvolver suas capacidades intelectuais, que a Revolução deve garantir a cada um o pão cotidiano. (KROPOTKIN, 2011, p. 72-3).

A partir desta reflexão, e contextualizando-a com a perspectiva de revolução social estabelecidas nas obras de Piotr Kropotkin e Murray Bookchin, a educação integral adquire potência transformadora.

5.5. Experiências práticas

A abordagem em relação às experiências práticas em educação pelos militantes anarquistas encerra este capítulo. Neste trecho serão apresentadas algumas experiências pioneiras entre os anarquistas, que ocorreram na Europa, entre o fim do século XIX e início do XX, e se tornaram as principais referências para a pedagogia libertária. São elas: a pioneira, um orfanato em Cempuis, França, idealizado pelo militante Paul Robin; a Escola Moderna, em Barcelona, de Francisco Ferrer; por fim, "A Colméia", uma escola, e comunidade utópica, em Rambouillet, arredores de Paris, iniciada por Sébastien Faure.

Da mesma forma, abordarei, de maneira mais breve, outras experiências localizadas, também, em tempos e espaços alternativos aos citados anteriormente, tais como: as Bolsas de Trabalho mutualistas, idealizada por Fernand Pelloutier, realizada nos sindicatos franceses entre o final do século XIX e início do XX; as experiências da pedagogia libertária no Brasil de início de século XX, influenciadas principalmente pela Escola Moderna de Ferrer.

Tomar a educação como parte do processo de transformação implica necessariamente no comprometimento do educador com sua comunidade e com a sociedade na qual ela está inserida. Isso significa que, antes de tudo, é necessária uma tomada de posição com relação a essa sociedade e, se somos contrários a ela, a crítica e teoria são importantes, mas insuficientes; a mudança exige a ação efetiva (GALLO, 1995, p. 221-2).

A primeira experiência educacional anarquista foi realizada no Orfanato Prévost de Cempuis, nos anos de 1880 até 1894, idealizada por Paul Robin (1837-1912). Paul Robin foi um militante anarquista, era filiado à Associação Internacional dos Trabalhadores, a Primeira Internacional, e amigo de Bakunin, com quem dividia as atividades de militância revolucionária libertária. Já em 1868, durante um congresso da Internacional, discursou a favor da "Educação Integral".

Em 1880, após encontrar dificuldades em implantar inovações pedagógicas no meio educacional estatal francês, aceita o convite de administrar um orfanato em Cempuis, mudando-se com a família para este espaço. Entre 1880 e 1894, desenvolve experiências educativas inspiradas nos princípios de antiautoritarismo, internacionalismo, emancipação da mulher, autogestão e, principalmente, da educação integral. O ensino científico é ministrado em contraponto ao religioso. Utilizava de metodologia empírica para as ciências, que deviam ser realizados na prática através da observação e experimentação, tanto em laboratório quanto na natureza. Os conhecimentos estudados eram as ciências naturais, matemática, história e língua estrangeira, bem como trabalhos manuais e artesanais, educação física, canto e dança (CUEVAS NOA, 2014, p. 105-6).

Coroando o relacionamento que deve existir entre as três dimensões da educação integral (física, intelectual e moral), Robin defende a união entre a teoria e a prática; isto é, "o estudo da natureza deve ser realizado através da observação; o estudo da indústria deve ser feito nas fábricas; o estudo das ciências nos laboratórios e observatórios". O estudo teórico nos livros deve tão somente complementar e coordenar os estudos previamente conduzidos na prática (LUIZETTO, 1987, p. 58).

Neste espaço era oferecida a educação para ambos os sexos, o que representava um avanço para o período no território francês, setores conservadores

se escandalizavam com esta premissa. Não havia sistema classificatório, nem prêmios ou castigos para os educandos, visando evitar a competição e estimular a cooperação. Uma questão polêmica desta experiência é que havia também uma formação de cunho militar, a educação física era articulada juntamente com aulas de tiro com revólver e fuzil.

A experiência foi interrompida quando as autoridades francesas foram pressionadas por setores sociais conservadores contrários às inovações pedagógicas realizadas no espaço do orfanato. Paul Robin foi acusado, dentre outras coisas, de "antipatriota". Após este período, Robin fundou, em 1893, a "Associação Universal do Ensino Integral", com a finalidade de divulgar os pressupostos teóricos e práticos desta experiência pedagógica libertária (CUEVAS NOA, 2014, p. 107-8).

A experiência mais conhecida e também de maior influência internacional na história da pedagogia libertária foi a Escola Moderna, idealizada pelo militante espanhol Francisco Ferrer (1859-1909), em Barcelona. Quando Ferrer retornou do exílio, fundou a escola em 1901, contando com o apoio de intelectuais, universitários, republicanos, maçons e anarquistas, um grupo bastante misto em termos ideológicos. Esta situação explica-se no fato de a Espanha de até então ainda ser politicamente monarquista, nisto proporcionando a união de setores, mais ou menos, progressistas em sua oposição.

A Escola Moderna se caracterizava por um ensino laico, de viés enfaticamente racionalista. A educação era oferecida para ambos os sexos e também havia a questão de educar crianças de toda e qualquer classe social, sendo que era cobrada mensalidade conforme as condições econômicas das famílias das crianças. Não havia premiações ou castigos na Escola Moderna, no artigo "O Ensino Laico", publicado pelo Boletim da Escola Moderna, mídia autogestionada pela própria escola, Ferrer esclarece sobre a questão classificatória:

Suprimimos em nossas escolas qualquer partição de prêmios, de presentes, de esmolas, qualquer porte de medalhas, triângulos e cinturões por serem imitações religiosas e patrióticas, próprias unicamente para manter a fé em talismãs e não no esforço individual e coletivo dos seres conscientes de seu valor e de seu conhecimento. (...) podem esperar tudo o que for racional de si mesmos e da solidariedade livremente organizada e aceita (FERRER, 2010, p. 40-1).

Os conhecimentos ministrados na escola eram a geografia, a física, a

química, língua espanhola e francesa, literatura, história, matemática, desenho, canto. A escola contava com laboratório científico, mapas, projetores, estimulando a experimentação e observação e, constantemente, realizada excursões para museus e fábricas. Além disto, existia uma educação de conscientização para a saúde e higiene dos educandos. A Escola Moderna possuía uma editora própria, na qual eram produzidos o jornal da escola, chamado "Boletim da Escola Moderna", bem como os materiais didáticos utilizados, livros e traduções de obras de referência, etc. Todos estes conhecimentos teóricos e práticos visavam estimular a autonomia e a solidariedade entre os educandos (CUEVAS NOA, 2014, p. 109-11).

Demonstrar às crianças que enquanto um homem depender de outro homem serão cometidos abusos e haverá tirania e escravidão, estudar as causas que mantêm a ignorância popular, conhecer a origem de todas as práticas rotineiras que dão vida ao atual regime insolidário, fixar a reflexão dos alunos sobre tudo que à vista nos é apresentado, tal deve ser o programa de nossas escolas racionalistas.

Não percam tempo, então, pedindo a outros o que corresponde a nós e nós mesmos podemos obter (FERRER, 2010, p. 40).

O fechamento da Escola Moderna de Barcelona ocorreu em 1906, quando o bibliotecário da escola, o militante anarquista Mateo Morral, fracassou em uma tentativa de assassinar ao rei da Espanha, Alfonso XIII. Francisco Ferrer esteve preso até comprovar sua inocência, mas a escola permaneceu fechada. Neste período Ferrer criou a "Liga Internacional para a Educação Racional da Infância" e seguiu divulgando seus ideais pedagógicos e o exemplo da Escola Moderna. Em 1909, mesmo sem provas, foi acusado e fuzilado pelo Estado espanhol, ocorreram protestos em vários países nos momentos pré e pós execução (CUEVAS NOA, 2014, p. 112).

"A Colméia" foi uma comunidade'escola anarco-comunista idealizada inicialmente pelo francês Sébastien Faure. Após viajar como palestrante, divulgando seus ideais e arrecadando finanças para fundar a escola, inclusive investindo o dinheiro recebido na condição de palestrante, Faure alugou uma propriedade rural nos arredores de Paris, no ano de 1904. Este espaço, em Rambouillet, de 25 hectares de campos e florestas, recebia cerca de 40 educandos, formando uma comunidade'escola.

Faure, que se tornou anarquista aos 30 anos, para além de educador, foi um militante ativo no anarquismo francês. Além da experiência da Colméia, fundou o periódico *Le Libertaire* juntamente com Louise Michel (FAURE, 2015, p. 12) e em

meados de 1926 inicia, juntamente com outros militantes, a produção da "Enciclopédia Anarquista" (CODELLO, 2007, p. 349-407). Também lutou durante a Revolução Espanhola, fez parte de um grupo armado anarquista, a coluna Durruti.

Voltando à Colméia, esta pode ser considerada uma espécie de comunidade utópica autogestionária de cunho anarco-comunista.

Sébastien Faure deixa claros seus ideais de militante anarco-comunista, vendo na escola a chance de construir uma célula social funcionando segundo o princípio básico deste pensamento socialista: a coletivização dos bens com a extinção da propriedade privada, com o trabalho individual de cada um organizado de acordo com o trabalho geral da comunidade, cada um contribuindo de acordo com suas possibilidades e retirando da comunidade o necessário para uma sobrevivência digna, justa e feliz. A orientação utópica também é clara: criar uma microssociedade à parte da sociedade institucionalizada, funcionando de acordo com suas leis internas próprias (GALLO, 1995, p. 185).

Neste ambiente, todos os colaboradores e os educandos contribuíam com seu trabalho individual conforme suas possibilidades, e usufruíam do espaço conforme suas necessidades. Trata-se do ambiente ideal para realizar os pressupostos da educação integral. Segundo as palavras do próprio Faure:

O papel do ensino é conduzir ao máximo desenvolvimento todas as faculdades da criança: físicas, intelectuais e morais.
O dever do educador consiste em favorecer o pleno desenvolvimento deste conjunto de energias e de aptidões que se encontram em todos.
E digo que, ao dotar as crianças que nos são confiadas de toda a cultura geral que estão aptas a receber e do ensinamento técnico para o qual mais se inclinarem os seus gostos e as suas forças, teremos cumprido para com elas o nosso dever, todo o nosso dever. Porque teremos, assim, formado seres completos (...).
A educação deve ter por objeto e por resultado formar seres tão completos quanto seja possível, capazes de ir mais além de suas especialidades cotidianas, quando as circunstâncias ou as necessidades o permitam ou o exijam: os trabalhadores manuais, de abordar o estudo de um problema científico, de apreciar uma obra de arte, de conceber ou de executar um plano, até mesmo de participar a uma discussão filosófica; os trabalhadores intelectuais, de pôr a mão à massa, de se servirem com destreza dos seus braços, de fazerem, na fábrica ou nos campos, um papel decente e um trabalho útil (FAURE, 2015, p. 107-9).

Além dos conhecimentos intelectuais e científicos, eram estimuladas as atividades físicas e manuais através de oficinas e brincadeiras. Não eram realizados exames, pelo mesmo princípio já citado nas outras experiências descritas até aqui. Também possuíam um periódico próprio, o "Boletim da Colméia", e realizavam viagens, incluindo a Argélia no roteiro, com o objetivo de literalmente expandir os horizontes de educadores e educandos deste processo.

O sistema de Educação Integral se realizava ali a partir das diversas oficinas que cumpriam uma tripla função: ensinava as diversas técnicas como carpintaria, ferraria, costura e encadernação, com vistas à formação

das crianças; garantia a economia na aquisição de materiais (móveis, roupas, material didático) que eram produzidos pelos próprios alunos; e por fim, podiam ser comercializados com os sindicatos e associações simpatizantes da educação anarquista como forma de arrecadação complementar de fundos para sua manutenção (FAURE, 2015, p. 14)

No entanto, após franca pressão do governo francês e dos setores reacionários da sociedade, e com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, e a crise política, econômica e social que a guerra gerou, a Colméia encerrou suas atividades em 1917, por dificuldades financeiras, pois também dependia dos ganhos diretos ou indiretos das palestras de Faure.

A seguir, algumas breves passagens sobre outras experiências educacionais anarquistas importantes.

As "Bolsas de Trabalho" representam uma experiência ligada aos sindicatos libertários, baseados nos ideais mutualistas do anarquista francês Pierre-Joseph Proudhon. No período após a repressão pós-Comuna de Paris, os anarquistas passaram a se organizarem em sindicatos. Militantes libertários fundaram nas Bolsas de Trabalho a primeira experiência anarco-sindicalista da história, um dos nomes mais conhecidos deste processo é o do anarquista Fernand Pelloutier.

Eram células federativas, espaços de organização dos trabalhadores, ofereciam todo tipo de apoio às greves, germinavam cooperativas e educação aos trabalhadores. Os educadores eram membros da classe operária. Possuíam bibliotecas, museu social e do trabalho, catálogos com estatuto e memória de organizações proletárias anteriores à experiência com a finalidade de assimilar aqueles conhecimentos e práticas, imprensa autogestionada, cursos profissionalizantes e de conhecimentos gerais. Os cursos oferecidos eram para formar profissionais carpinteiros, metalúrgicos, sapateiros, tipógrafos, também ensinavam geometria e desenho mecânico. Os conhecimentos gerais incluíam cursos de direito, língua inglesa, espanhola ou alemã, desenho, medicina, economia política, filosofia, dentre outros (CUEVAS NOA, 2014, p. 100-3).

Ainda na história da educação brasileira predomina um relativo desconhecimento acerca das contribuições pioneiras dos anarquistas no que diz respeito à educação popular. No Brasil, os movimentos operários de inclinação libertária contribuíram com práticas educativas direcionadas aos trabalhadores,

principalmente durante o período da "República Velha" ou "Primeira República", segundo Jomini (1990), Neiva e Clovis Kassick (2004), Ghiraldelli (1987) e Luizetto (1982), influenciando concepções educacionais progressistas posteriores, tal como a concepção de educação popular freireana. A própria modalidade de alfabetização de jovens e adultos foi foco de atuação dos libertários em suas atividades pedagógicas, o índice de analfabetismo no Brasil era alto, quem haveria de ler os jornais e revistas, veículos de propaganda revolucionária anarquista?

As realizações educacionais no Brasil aconteceram concomitantemente à atuação libertária nas diversas manifestações do movimento operário. Isto porque, como se via, os libertários entendiam que seu papel consistia em fomentar a ação das massas despertando-as para a injustiças sofridas pelos trabalhadores e indicando a possibilidade de construção da sociedade ácrata. Essa tarefa se efetuava pela participação nos movimentos reivindicatórios, pela propaganda veiculada nos jornais, revistas, romances, teatro, nas festas promovidas com a finalidade de angariar recursos para as diversas atividades (jornais, fundos de greve, escolas) e, pelas iniciativas de caráter propriamente educacional como os centros de estudos sociais, a Universidade Popular de Ensino Livre, e as escolas (JOMINI, 1990, p. 56-7).

Desta maneira, os libertários foram parcialmente responsáveis pela formação da classe trabalhadora brasileira, a partir de espaços educacionais alternativos ao domínio estatal, privado e religioso, tais como os sindicatos, ateneus sindicalistas, centros de cultura, grupos de estudo, bibliotecas, jornais, etc. Destacam-se a criação de diversas "Escolas Modernas" no Brasil, inspiradas no modelo espanhol de Francisco Ferrer, principal referência pedagógica anarquista da época. Dentre os conteúdos que geralmente circulavam entre os meios educacionais libertários do início do século XX, Jomini destaca os seguintes aspectos:

- a) o conhecimento da História dos oprimidos. Uma História marginalizada pelas classes dominantes, mas que os anarquistas procuravam manter viva, na memória das crianças e da comunidade em geral, através de festas, conferências, etc. A recuperação das lutas dos despossuídos, caracterizou o ensino de História, por eles proporcionado, como algo novo no Brasil. E isto, apesar de transmitirem uma visão de História impregnada de propaganda.
- b) o contato com as explicações científicas (não religiosas) para os fenômenos da natureza. Isto porque os anarquistas entendiam que a religião escravizava os homens, enquanto a ciência poderia libertá-los.
- c) o respeito ao ritmo de aprendizado do aluno. Pois, para que o ensino científico pudesse cumprir seu papel libertador, deveria vir acompanhado de um método que observasse a individualidade do educando.
- d) uma avaliação condizente com o princípio de solidariedade ou apoio mútuo. Isto significou, no caso da Escola Social da Liga Operária de Campinas, a não realização de provas ou exames, no intuito de não dar ensejo à competição, e de reforçar os laços de solidariedade (JOMINI, 1990, p. 122).

As experiências pedagógicas anarquistas no Brasil foram desaparecendo na medida em que a popularidade dos anarquistas no movimento operário brasileiro,

que se inicia com a Revolução Russa, mas se consolida na década de 1920, com a criação do Partido Comunista em território brasileiro. Ao mesmo tempo, posteriormente, ocorreu uma relativa desconsideração em relação a estas experiências por parte da historiografia oficial da educação.

6. Considerações Finais

Finalizo considerando o princípio. Esta pesquisa tratou questões que dissertam acerca do campo dos fundamentos teóricos da Educação Ambiental. Reconhecendo este campo de conhecimento enquanto diverso e em permanente construção, e que as origens desta construção nos remetem à crise socioambiental capitalista, logo, às diferentes interpretações para as problemáticas e soluções desta crise. Estas diferentes interpretações foram divididas, genericamente, entre hegemônicas e contra-hegemônicas. As percepções contra-hegemônicas salientam a necessidade de crítica e transformação das relações socioambientais do/no capitalismo como um todo. Entretanto, a perspectiva libertária, anarquista, pouco permeia estes debates em Educação Ambiental, considerando proporcionalmente a quantidade de produções teóricas libertárias em relação ao campo.

Identifico igualmente uma alternativa libertária em potencial nesta área do conhecimento. Buscou-se demonstrar que os aportes teórico-práticos anarquistas manifestam uma postura crítica em relação à conjuntura capitalista, geradora da crise socioambiental, bem como projetos de transformação desta conjuntura, utopias, caminhos alternativos. Desta forma Piotr Kropotkin e Murray Bookchin foram os principais referenciais, em termos de manifestarem igualmente uma crítica ao capitalismo e a formulação de um projeto utópico libertário alternativo, anarco-comunista e municipalista libertário, respectivamente. Neste mesmo sentido, a pedagogia libertária foi tratada enquanto um referencial para a questão da educação, destacando sua postura crítica em relação à educação no ambiente capitalista e suas teorias e práticas educacionais direcionadas para a transformação social anarquista.

Sendo assim, objetivo deste trabalho foi o de desenvolver uma abordagem em Educação Ambiental alternativa, tendo enquanto referencial o pensamento libertário. O problema de pesquisa foi formulado nos seguintes termos: quais as possibilidades e limites das teorias libertárias de Piotr Kropotkin e Murray Bookchin e da pedagogia libertária para fundamentar uma perspectiva alternativa em Educação Ambiental frente à crise socioambiental capitalista?

Através de quatro objetivos específicos, que se tornaram capítulos, buscou-se esta resposta. O primeiro tratou, quantitativa e qualitativamente, de identificar as

produções teóricas libertárias no campo da Educação Ambiental. O segundo e terceiro, através do tripé das "macro-áreas" da Educação Ambiental, sociedade-natureza-educação, investigou na obra de Kropotkin e Bookchin a crítica ao capitalismo e ao Estado, a utopia, a concepção de natureza e relação entre sociedade e natureza, e, por fim, o aspecto da educação nestes autores. O quarto, e último, através de referenciais de teorias e práticas anarquistas em educação, da pedagogia libertária, buscou salientar a crítica libertária à educação no capitalismo, os principais conceitos e princípios teóricos e experiências práticas da pedagogia libertária.

O primeiro capítulo buscou identificar as produções libertárias em Educação Ambiental em termos quantitativos e qualitativos. Considerando investigações anteriores a esta pesquisa, já se esperava que o número de produções seria restrito. Contudo, a aproximação em relação a estas produções existentes foi fundamental na constituição desta dissertação. Destaco estas contribuições não somente em termos de confirmar e ampliar os horizontes desta proposta de pesquisa em relação às temáticas abordadas e discutidas em termos libertários para a Educação Ambiental, mas também os referenciais teóricos e práticos evidenciados neste processo. Igualmente considero oportunos por apresentarem reflexões críticas bastante pertinentes em relação à Educação Ambiental e o contexto socioambiental que a envolve.

Sobre o aspecto quantitativo, ficou evidenciada a proporção reduzida que as produções libertárias em Educação Ambiental ocupam neste campo. Do acervo derivado das teses e dissertações do PPGEA-FURG foram pesquisadas um total de 97 teses (2008 à 2018) e 213 dissertações (2006 à 2018), totalizando 310 produções, das quais apenas 3 dissertações correspondiam ao referencial libertário. Do acervo das revistas de Educação Ambiental, deste mesmo programa de pós-graduação, foram pesquisados 955 artigos da Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental (REMEA) e 393 artigos da revista Ambiente & Educação, totalizando 1348 artigos, dos quais apenas 4 tratavam sobre a Educação Ambiental segundo a perspectiva libertária.

No entanto, a qualidade destas produções, para além da quantidade, propiciaram algumas contribuições importantes para esta dissertação e, igualmente,

para o campo da Educação Ambiental em termos libertários. Das três dissertações do acervo do PPGEA, destaco a fundamental importância do intenso levantamento teórico sobre a vida e a obra de Murray Bookchin (SILVA, 2007), um dos autores principais desta pesquisa, juntamente com Piotr Kropotkin; saliento também a contribuição não só em teorias, mas da importância dos referenciais práticos libertários em Educação Ambiental evidenciados nas dissertações de Menezes (2013) e Moraes (2016). Além disto, devo apontar a validade da aproximação da Educação Ambiental libertária em relação às práticas agroecológicas (MENEZES, 2013) e as reflexões críticas "desde baixo" sobre o campo da Educação Ambiental, partindo das experiências práticas do cotidiano de comunidades utópicas pesquisadas (MORAES, 2016).

Sobre os quatro artigos encontrados na Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental (REMEA), igualmente as considero oportunas. Destaco a pioneira contribuição de Barchi (2009), uma iniciativa no sentido de argumentar sobre a aproximação dos aportes teóricos libertários em relação à Educação Ambiental, o principal objetivo desta dissertação. Neste mesmo aspecto, o artigo de Neto e Accioly e Silva (2016), realizou um levantamento sobre as produções libertárias em Educação Ambiental a partir de revistas científicas da área e apontou alguns referenciais importantes a serem considerados nesta aproximação, tais como os anarquistas Piotr Kropotkin, Élisée Reclus, Murray Bookchin e Francisco Ferrer. A segunda produção de Barchi (2017) enriquece as abordagens libertárias em Educação Ambiental por trazer fundamentações filosóficas problematizadoras para as concepções hegemônicas em educação e ecologia, tratando de inserir neste debate a perspectiva de Educações Ambientais "menores", contra-hegemônicas, com evidente potencial de diálogo com a concepção de Educação Ambiental "desde baixo" de Moraes (2016). Por fim, considero bastante oportuna a aproximação inicial estabelecida entre a obra de Élisée Reclus e a Educação Ambiental (RODRIGUES; CUNHA; MACHADO, 2019), neste estudo se torna perceptível a relevância da vida e obra deste militante anarquista em suas concepções críticas em relação à temáticas como sociedade, natureza e educação. Considero Reclus enquanto uma importante referência de estudos posteriores para uma Educação Ambiental de perspectiva libertária.

No segundo capítulo, a obra de Piotr Kropotkin foi investigada segundo o tripé

sociedade-natureza-educação. Foi salientado que este pensador teorizou, segundo as concepções libertárias, sobre estas três áreas do conhecimento. Em sua crítica ao capitalismo contestou enfaticamente o "direcionamento falso" (lucro, acumulação e competição) que este paradigma estabelece socialmente, incapaz de fornecer bem-estar ao conjunto da população. O mesmo direcionamento falso que, a meu ver, também ajudou a gerar as condições de crise socioambiental. Argumenta que as condições de miséria da maioria é que propiciam a melhor exploração pelos capitalistas, e não o contrário. Criticou o Estado enquanto uma instituição autoritária, organizado pelas elites para oprimir aos governados, e que, em articulação com o capital, centraliza o poder de decisão a respeito de todos aspectos da vida do conjunto social em seu território, incluindo aí as questões ambientais urbanas e naturais. Trata-se de uma instituição heterogestionária, por essência e excelência.

Kropotkin foi um dos principais elaboradores da utopia anarco-comunista, em contraponto ao capitalismo. Concebia este projeto social com a principal finalidade de atender o conjunto das necessidades de cada indivíduo e comunidade, de acordo com o princípio comunista libertário: "de cada um conforme as suas possibilidades, a cada um conforme as suas necessidades". As relações desta sociedade utópica devem se realizar através do "apoio-mútuo", ou seja, da solidariedade, da cooperação, princípio anarquista do qual foi o principal colaborador. A organização social, política, econômica, educacional, deve ser descentralizada, autogestionada a partir de associações livres entre indivíduos de uma mesma comunidade. Estas se organizariam em um nível extra-comunitário através de federações libertárias, segundo o mesmo princípio da autogestão. Salientou, para isto, a necessidade dos indivíduos aptos, do mesmo modo, para o trabalho manual e intelectual. Desta forma, contemplando as necessidades básicas (alimentação, moradia, transportes) através do trabalho manual, indivíduo e comunidade poderiam se dedicar às aspirações morais, científicas e artísticas potenciais de cada um.

Sua concepção de natureza estava diretamente articulada com o princípio do apoio-mútuo. Este foi defendido pelo autor, mais do que uma construção social, enquanto um instinto, uma característica natural, pertencente tanto aos humanos quanto às demais espécies da natureza. Mais que isto, foi o principal fator de sobrevivência e evolução da vida no planeta. Esta percepção é frontalmente contrária à perspectiva darwinista social capitalista de competição entre indivíduos,

sociedades e espécies. Este princípio influenciou não só a sua utopia anarco-comunista, mas também a concepção de educação. Criticou igualmente o "direcionamento falso" (obediência às hierarquias e competição) estabelecido pelo capital e pelo Estado na educação, através de instituições estatais e religiosas, em relação à consciência dos explorados. Esforçou-se por configurar a geografia enquanto um saber popular e libertário, através dos princípios de solidariedade e internacionalismo, e da configuração de um saber multidisciplinar entre as ciências naturais e humanas. Soa familiar? Também destacou a importância de aprender sobre a natureza, segundo uma perspectiva de observação e investigação diretas, na natureza. Por fim, ajudou a conceber o princípio da educação integral, intimamente articulado com sua utopia. A educação deve formar indivíduos com aptidões manuais e intelectuais, morais e criativos, capazes de se dedicarem tanto à produção do bem-estar individual e coletivo, pelo trabalho manual, quanto desenvolverem investigações científicas e criações artísticas, pelo trabalho intelectual.

No terceiro capítulo, do mesmo modo que em Kropotkin, a obra de Murray Bookchin também contempla o tripé sociedade-natureza-educação. Mesmo tendo sido um dos pioneiros da ecologia política, são restritas as referências a este pensador no campo da Educação Ambiental. Em sua crítica ao capitalismo salienta primeiramente a questão da hierarquia e dominação, considerando o paradigma capitalista enquanto o ápice do processo histórico de consolidação da hierarquia. Neste ambiente social, a hierarquia também está articulada com a questão de Estado e classe, embora seja salientado que não podem ser confundidos, pois a hierarquização é anterior ao Estado e às classes sociais.

Também caracteriza o capitalismo enquanto anti-natural: um paradigma fundamentado no crescimento sem limites em um ambiente natural limitado; de competição desenfreada e exploração predatória dos seres humanos e da natureza em geral, tratados enquanto "recursos", humanos ou naturais; responsável pela crise socioambiental atual, através de um processo de simplificação do ambiente cultural e natural, naturalmente diversa e complexa, em favor das demandas capitalistas. O Estado, para Bookchin, é uma instituição fruto da crescente hierarquização social ao longo da história. Autoritário, centralizador e burocrático, instrumento das elites hierárquicas na manutenção da ordem. Buscou contrastar as dicotomias entre um

âmbito estatal capitalista e sua perspectiva utópica municipalista libertária. Contrapôs o nacional em relação ao local, o centralismo ao regionalismo, Estado versus comunidade, "escala burocrática" versus "escala humana", tomando, implicitamente, o Estado também enquanto uma ordem anti-natural.

A concepção de natureza em Bookchin está permeada pelos princípios da Ecologia Social, vertente ecológica libertária que fundou através de sua vida e obra, já nas décadas de 1950 e 1960. A Ecologia Social de Bookchin percebe as questões e problemáticas ambientais, a relação sociedade e natureza, enquanto consequências das relações humanas permeadas pela hierarquia e dominação, situadas principalmente no capitalismo. Portanto, concebe a humanidade na natureza, e trata a crise ambiental enquanto uma crise social. Nesta iniciativa, buscou tornar o ecológico anarquista e o anarquista ecológico, em um período que os socialistas ainda não haviam atribuído muita importância e dimensão à questão ecológica em suas elaborações.

A proposta social utópica de Bookchin é o municipalismo libertário. Concebeu os bairros e os municípios enquanto contraponto ao Estado centralizado. São sociedades ecológicas organizadas através de associações de base, "de baixo para cima", segundo o princípio da autogestão e contrárias a toda manifestação hierárquica. Buscou salientar a questão do atendimento das necessidades dos indivíduos e da comunidade, tal como Kropotkin, ampliando este horizonte e incluindo as "necessidades" da natureza nas prioridades sociais. Ao contrário do capitalismo, que trata o crescimento, o "progresso", enquanto um fim em si mesmo, tratou da integridade da biosfera enquanto a finalidade última das eco-comunidades libertárias. Percebia que o equilíbrio natural é precioso, inclusive, dentre outras motivações, para manutenção da vida humana no planeta, pois é resultado de bilhões de anos de um processo orgânico complexo. Na questão da educação, destacou a importância das relações socioambientais e do cotidiano, principalmente entre militantes nos movimentos socioambientais, enquanto processos educativos não-formais. A educação, inspirada nos princípios da Paidéia grega, busca formar indivíduos e coletivos visando a transformação socioambiental, aptos para atuar na sociedade libertária e ecológica municipalista.

O quarto, e último, capítulo, é sobre a pedagogia libertária, a bandeira

anarquista no campo da educação. Os anarquistas percebiam que, embora a educação não pudesse resolver sozinha suas questões de transformação social do capitalismo, tampouco poderiam realizar estas transformações sem a contribuição de uma atmosfera educativa. Em coerência com os fundamentos libertários, os militantes anarquistas desenvolveram uma pedagogia com teorias e práticas próprias, contrapondo outros movimentos socialistas que protestavam exigindo ampliação e qualidade da educação estatal. Desta maneira, formularam experimentações pedagógicas inovadoras, baseados em seus ideais de liberdade, igualdade e apoio-mútuo, que inclusive inspiraram iniciativas posteriores no campo da educação alternativa e popular. Mesmo que este legado importante seja parcialmente negligenciado pela historiografia da educação, permanece vivo na memória deste movimento.

A crítica libertária à educação capitalista identificava nas estruturas e processos autoritários, competitivos e hierárquicos presentes nas escolas estatais, privadas e/ou religiosas, no ambiente capitalista enquanto extensões doutrinárias necessárias para a continuidade deste paradigma social. Neste ambiente, tal como o serviço militar, o voto, a escolarização estatal também é obrigatória. Manifestaram contrariedade à estrutura autoritária, hierárquica e heterogestionária na presença da burocratização educacional, no trato da educação pelo Estado, bem como na esfera administrativa escolar, mesmo em relação ao educador, situado na base desta burocracia. Percebiam estas mesmas características no ambiente de sala de aula, onde a centralidade na autoridade do educador em relação aos educandos é inquestionada, caracterizando uma educação para a obediência. Criticaram a estimulação permanente à competitividade, que se manifesta em sistemas arbitrários de classificação através de exames uniformes. Competição manifesta igualmente nas qualificações através de diplomas sucessivos (fundamental, médio, superior, "pós-superior", etc.) articulados com a divisão social do trabalho hierárquica capitalista.

Em contraponto a esta crítica, desenvolveram princípios educativos próprios, fundamentados nos princípios libertários. O antiautoritarismo pedagógico problematiza as relações de autoridade presentes na relação entre educador e educando. Busca diluir esta relação no sentido de que os processos de ensino e aprendizagem sejam percebidos enquanto mútuos, por todos os indivíduos

envolvidos no ato de educar para a liberdade. A autogestão pedagógica, que se baseia também no antiautoritarismo e no apoio-mútuo, visa tornar o ambiente educativo enquanto uma experiência prática da autogestão. Neste ambiente, as estruturas e processos educativos são contrários ao princípio da hierarquia, e a organização autogestionária também é entendida enquanto um processo de educação do cotidiano destas relações, o pedagógico na autogestão. A educação integral tem por princípio fundamental a formação crítica de indivíduos e coletivos. Salienta uma concepção de educação para desenvolver "seres completos", nos termos de uma educação que qualifique tanto para trabalhos manuais quanto intelectuais, incluindo aí aspectos físicos e morais.

As experiências libertárias em educação manifestam a dimensão prática destes princípios pedagógicos. Robin, Ferrer e Faure, para além de educadores, eram militantes anarquistas ativos. Em um período histórico no qual a tendência anarco-comunista era predominante no movimento anarquista, desenvolveram práticas educativas inovadoras, coerentes com estes princípios. Nestes ambientes autogestionários a educação científica, através da observação e experimentação, na natureza e em laboratórios, contrapôs o ensino dogmático religioso e estatal. Educavam meninos e meninas juntos e em igualdade, o que era julgado imoral no período destas experiências. Não realizavam exames e, conseqüentemente, não ofereciam premiações ou castigos para os educandos durante o processo educativo. Além dos conhecimentos gerais e científicos, estimulavam o potencial artístico dos educandos, bem como os aspectos físicos e da saúde do corpo através de exercícios e brincadeiras. Realizavam viagens e excursões a museus, fábricas, florestas e possuíam diversas oficinas destinadas aos trabalhos manuais. Também possuíam uma imprensa própria, autogestionada, com fins de divulgação de seus ideais e práticas pedagógicas realizadas no espaço educativo.

Enfim, a consideração final. Inicialmente, considero oportuna a aproximação entre as concepções teóricas e práticas anarquistas, através das contribuições de Piotr Kropotkin, Murray Bookchin e da Pedagogia Libertária, para a Educação Ambiental, no sentido de estabelecer uma alternativa potencial e profundamente crítica para os fundamentos da Educação Ambiental no contexto de crise socioambiental capitalista. Estes três referenciais manifestam considerações pertinentes às três "macro-áreas" de conhecimento da Educação Ambiental, as

categorias de sociedade, natureza e educação, e os percebem enquanto intimamente relacionados. Considerando o contexto atual de crise socioambiental capitalista, os aportes teóricos proporcionados por Kropotkin, Bookchin e pela Pedagogia Libertária, apontam criticamente os fatores socioambientais, bem como no âmbito da educação que os sustenta, que levaram a esta situação. Destaco principalmente a pioneira contribuição crítica da Ecologia Social de Murray Bookchin, que salientava claramente que os problemas ambientais derivam de desequilíbrios sociais, originados pela hierarquia e dominação, em período anterior à própria existência da Educação Ambiental, e mais ainda, se considerarmos esta percepção pelas vertentes críticas. Além disto, estes três referenciais apontam caminhos concretos para a superação destes paradigmas socioambientais e educacionais. Mais do que dizer que é preciso transformar a sociedade, elaboraram, em teorias e práticas, um projeto social, ecológico e educacional alternativo, baseados em princípios e experiências coletivas concretas de autogestão e apoio-mútuo, de viés anarco-comunista, tendo por princípio e finalidade o atendimento às reais necessidades humanas, ambientais e educativas.

7. Referências Bibliográficas

BAKUNIN, Mikhail. **Deus e o Estado**. São Paulo: Cortez, 1988.

BARCHI, Rodrigo. Educações inversas e ecologias infernais. **Revista eletrônica do mestrado em educação ambiental**, Rio Grande-RS, v. 34, n. 1, 2017.

_____. Uma educação ambiental libertária. **Revista eletrônica do mestrado em educação ambiental**, Rio Grande-RS, v. 22, n. 1, 2009.

BIEHL, Janet; BOOKCHIN, Murray. **Las políticas de la ecología social. Municipalismo libertario**. Bilbao: Virus, 2009.

BOOKCHIN, Murray. Autogestión y nueva tecnología. **Comunidad**, Montevideo-UY, v.53-4, s.n., 1986a.

_____. **Ecología Libertaria**. Madrid: Ediciones Madre Tierra, 1991.

_____. **Ecología y pensamiento revolucionario**. Tucumán: Difusora Virtual Libertad, 2014a.

_____. **La ecología de la libertad**: la emergencia y la disolución de las jerarquías. Madrid: Nossa y Jara Editores, 1999.

_____. **Libertad y necesidad en la naturaleza**: problemas de ética ecológica. Tucumán: Difusora Virtual Libertad, 1986b.

_____. **Hacia una sociedad ecológica**. Tucumán: Difusora Virtual Libertad 2014b.

_____. Municipalismo libertário. In: Ateneu Libertário A Batalha da Várzea. **A resistência é a vida**: notas sobre o processo revolucionário do povo curdo. Porto Alegre: [s.n.], 2015.

CODELLO, Francesco. **“A boa educação”**: experiências libertárias e teorias anarquistas na Europa, de Godwin a Neill. São Paulo: Imaginário, 2007.

CUEVAS NOA, Francisco José. **Anarquismo y educación**: la propuesta sociopolítica de la pedagogía libertaria. Madrid: Fundación de Estudios Libertarios Anselmo Lorenzo, 2014.

FAURE, Sébastien. **A Colmeia**: uma experiência pedagógica. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2015.

FERRER, Francisco. **A Escola Moderna**. Piracicaba: Ateneu Diego Giménez, 2010.

GALLO, Silvio. **Educação anarquista**: um paradigma para hoje. Piracicaba: Ed. Unimep, 1995.

GHIRALDELLI, Paulo. **Educação e movimento operário no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1987.

ILLICH, Ivan. **Sociedade sem escolas**. Petrópolis: Vozes, 1973.

JOMINI, Regina Celia Mazoni. **Uma educação para a solidariedade**. Campinas: Pontes, 1990.

KASSICK, Neiva Beron; KASSICK, Clovis Nicanor. **A pedagogia libertária na história da educação brasileira**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004.

KROPOTKIN, Piotr. **A conquista do pão**. Tradução Cesar Falcão. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

_____. **Ajuda mútua: um fator de evolução**. São Sebastião: A Senhora Editora: 2009.

_____. **Campos, fábricas y talleres**. Valencia: F. Sempere y Compañía, 1909.

_____. **Palavras de um revoltado**. São Paulo: Imaginário, 2005.

KROPOTKIN, Piotr; RECLUS, Élisée. **Escritos sobre educação e geografia**. Tradução Rodrigo Rosa da Silva; Guilherme Amaral; Adriano Skoda. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2014.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; COSTA LIMA, Gustavo Ferreira da. As macrotendências político-pedagógicas da Educação Ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo-SP, v. 17, n. 1, 2014.

LUIZETTO, Flávio. **Cultura e Educação Libertária no Brasil no início do século XX**. In: Educação & Sociedade, UNICAMP, Campinas: São Paulo, ano IV. nº 12. setembro de 1982.

_____. **Utopias anarquistas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MENEZES, Diego Sabbado. **Educação ambiental, educação libertária e a agroecologia: uma pesquisa com o projeto 'Vivências com a terra'**. Dissertação de Mestrado em Educação Ambiental. Rio Grande: FURG, 2013.

MORAES, Bruno Emilio. **Reflexões por uma Educação Ambiental Desde Baixo: o cotidiano das comunidades utópicas**. Dissertação de Mestrado em Educação Ambiental. Rio Grande: FURG, 2016.

MORIYÓN, Félix Garcia (Org.). **Educação libertária**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

NETO, Diógenes Valdanha; ACCIOLY E SILVA, Doris. Polifonia da Educação Ambiental Libertária. **Revista eletrônica do mestrado em educação ambiental**, Rio Grande-RS, v. 33, n. 3, 2016.

RODRIGUES, Horacio Rodrigo Souza; CUNHA, Leonardo Leite da; MACHADO, Carlos Roberto da Silva. Natureza, sociedade e educação para Elisée Reclus.

Revista eletrônica do mestrado em educação ambiental, Rio Grande-RS, Ed. Especial EDEA, n. 2, 2019.

ROJO, Alfonso López. Murray Bookchin: comunalismo, naturaleza y libertad. **Libre Pensamiento**, La Rioja, n. 62, p. 64-75, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, André Lemes da. **Da ecologia social à educação ambiental**: as contribuições do pensamento libertário de Murray Bookchin. Dissertação de Mestrado em Educação Ambiental. Rio Grande: FURG, 2007.